



DIÁRIO OFICIAL DO

MUNICÍPIO

SALVADOR • BAHIA • TERÇA-FEIRA,

12 DE DEZEMBRO DE 2017

ANO XXXI | N° 6.987

P R E F E I T U R A M U N I C I P A L D E S A L V A D O R

SUMÁRIO

EXECUTIVO	2
LEIS	2
DECRETOS FINANCEIROS	2
DECRETOS NUMERADOS	6
DECRETOS SIMPLES	14
GABINETE DO PREFEITO - GABP	15
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ	15
CONSELHO MUNICIPAL DE TRIBUTOS - CMT	17
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SEMGE	18
SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE - SEMOB	19
SUPERINTENDÊNCIA DO TRÂNSITO DO SALVADOR - TRANSALVADOR	19
SECRETARIA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DA CIDADE - SEMAN	22
LICITAÇÕES	23
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ	23
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SEMGE	23
COMPANHIA DE GOVERNANÇA ELETRÔNICA DO SALVADOR - COGEL	23
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SMED	24
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS	24
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO - SECOM	25
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO - SECULT	25
FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS - FGM	25
SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA - SEMOP	25
SECRETARIA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DA CIDADE - SEMAN	26
CONTRATOS	27
GABINETE DO PREFEITO - GABP	27
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGMS	27
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ	27
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SEMGE	27
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SMED	28
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS	29
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E COMBATE À POBREZA - SEMPS	30
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E URBANISMO - SEDUR	31
FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA - FMLF	31
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO - SECULT	31
FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS - FGM	31
EMPRESA SALVADOR TURISMO - SALTUR	31
SECRETARIA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DA CIDADE - SEMAN	32
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO SALVADOR - DESAL	32
CONVÊNIOS	33
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS	33
EDITAIS	33
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ	33
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SEMGE	33
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS	35
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E URBANISMO - SEDUR	35
DIVERSOS - PUBLICAÇÃO FEITA NOS TERMOS DA LEI Nº 3.675/86	35

**EXECUTIVO****LEIS****LEI Nº 9.301/2017**

Autoriza o Poder Executivo a promover Concessão de Uso do Centro de Convenções de Salvador e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a promover a Concessão de Uso do Centro de Convenções de Salvador, mediante licitação, na modalidade concorrência, tendo como objeto sua operação e manutenção, precedida de investimentos para fornecimento e instalações de equipamentos.

Parágrafo único. A concessão referida no caput deste artigo reger-se-á pelas normas da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, com suas alterações, submetida, ainda, no que couber, às disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aos termos do edital da licitação respectiva.

Art. 2º A concessão de que trata essa Lei terá o prazo máximo de 35 (trinta e cinco) anos, podendo ser prorrogado no caso de novos investimentos, desde que previamente aprovado pelo Poder Concedente, ou por outro fator que o justifique e que seja aceito pela Administração Pública, observadas as disposições do edital da licitação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 11 de dezembro de 2017.

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO
Prefeito

JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO
Chefe do Gabinete do Prefeito

LUIZ ANTONIO VASCONCELLOS CARREIRA
Chefe da Casa Civil

PAULO GANEM SOUTO
Secretário Municipal da Fazenda

CLÁUDIO TINOCO MELO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

ANTÔNIO ALMIR SANTANA ME JR
Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas

JOSÉ SERGIO DE SOUSA GUANABARA
Secretário Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo

LEI Nº 9.302 /2017

Dispõe sobre a concessão de abono aos aposentados e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência do Município de Salvador, na forma que indica.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido abono em favor dos aposentados e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência do Município de Salvador, observadas as seguintes regras:

I - para aposentados e pensionistas que recebam proventos e pensões de até 01 (um) salário mínimo, um abono, em parcela única, a ser paga no mês de dezembro de 2017, correspondente a 20% (vinte por cento) da totalidade dos seus respectivos proventos ou pensão;

II - para aposentados e pensionistas que recebam proventos e pensões acima de 01 (um) salário mínimo e até 03 (três) salários mínimos, um abono, em parcela única, a ser paga no mês de dezembro de 2017, correspondente a 10% (dez por cento) da totalidade dos seus respectivos proventos ou pensão.

§ 1º O abono referido no caput será pago em única parcela e não será incorporado para qualquer finalidade nem será considerado para efeito de cálculo de quaisquer outras vantagens pecuniárias.

§ 2º Para fins de apuração dos limites mencionados nos incisos deste artigo, deverá ser considerado o valor da totalidade dos proventos ou pensão, antes da incidência de qualquer desconto, e serão considerados como base os valores pagos no mês de outubro do presente ano.

§ 3º Sobre o valor do abono não incidirão os descontos relativos às contribuições devidas ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salvador.

§ 4º O abono de que trata o caput será custeado exclusivamente com recursos do Tesouro Municipal.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta das verbas próprias do orçamento vigente, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 11 de dezembro de 2017.

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO
Prefeito

JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO
Chefe do Gabinete do Prefeito

THIAGO MARTINS DANTAS
Secretário Municipal de Gestão

DECRETOS FINANCEIROS**DECRETO Nº 29.304 de 11 de dezembro de 2017**

Altera o Quadro de Detalhamento da Despesa, das unidades orçamentárias, na forma que indica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 52, inciso V da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o § único do artigo 29 da Lei nº 9.095, de 26 de julho de 2016, Decreto nº 25.785, de 06 de janeiro de 2015, Decreto nº 28.238, de 11 de janeiro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Quadro de Detalhamento da Despesa de 2017, das unidades orçamentárias indicadas no anexo integrante a este Decreto.

Art. 2º As Unidades Orçamentárias abrangidas por este Decreto e a Diretoria Geral de Orçamento, deverão proceder aos registros resultantes do presente ato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 11 de dezembro de 2017

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO
Prefeito

JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO
Chefe de Gabinete do Prefeito

LUIZ ANTÔNIO VASCONCELLOS CARREIRA
Chefe da Casa Civil

THIAGO MARTINS DANTAS
Secretário Municipal de Gestão

PAULO GANEM SOUTO
Secretário Municipal da Fazenda



ANEXO AO DECRETO Nº 29.304/2017

PREFEITURA MUN. DE SALVADOR		ALTERA QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA			PAG: 01
Valores em R\$ 1,00					
ÓRGÃO / UNIDADE	PROJETO / ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	SUPLEMENTAÇÃO	ANULAÇÃO
547002-SALTUR	23.122.0015.2001	3.3.90.33	0.1.00	15.000,00	
	23.122.0015.2001	3.3.90.37	0.1.00		10.000,00
	23.122.0015.2001	3.3.90.39	0.1.00		5.000,00
	SUB-TOTAL			15.000,00	15.000,00
570002-SECOM	24.122.0015.2000	3.1.91.13	0.1.00	17.000,00	
	24.122.0015.2001	3.3.90.33	0.1.00	10.000,00	
	24.122.0015.2001	3.3.90.93	0.1.00	2.500,00	
	24.122.0015.2000	3.1.90.16	0.1.00		17.000,00
	24.122.0015.2001	3.3.90.37	0.1.00		12.500,00
	SUB-TOTAL			29.500,00	29.500,00
590002-SEMTEL	27.812.0017.1120	4.4.90.92	0.1.00	270.000,00	
	27.812.0017.1120	4.4.90.51	0.1.00		270.000,00
SUB-TOTAL				270.000,00	270.000,00
TOTAL GERAL				314.500,00	314.500,00

DECRETO Nº 29.305 de 11 de dezembro de 2017

Altera o Quadro de Detalhamento da Despesa, da unidade orçamentária, na forma que indica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 52, inciso V da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o § único do artigo 29 da Lei nº 9.095, de 26 de julho de 2016, Decreto nº 25.785, de 06 de janeiro de 2015 e Decreto nº 28.238, de 11 de janeiro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Quadro de Detalhamento da Despesa de 2017, da unidade orçamentária indicada no anexo integrante a este Decreto.

Art. 2º A Unidade Orçamentária abrangida por este Decreto e a Diretoria Geral de Orçamento, deverão proceder aos registros resultantes do presente ato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 11 de dezembro de 2017

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO
Prefeito

JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO
Chefe de Gabinete do Prefeito

LUIZ ANTÔNIO VASCONCELLOS CARREIRA
Chefe da Casa Civil

THIAGO MARTINS DANTAS
Secretário Municipal de Gestão

PAULO GANEM SOUTO
Secretário Municipal da Fazenda

ANEXO AO DECRETO Nº 29.305/2017

PREFEITURA MUN. DE SALVADOR		ALTERA QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA			PAG: 01
Valores em R\$ 1,00					
ÓRGÃO / UNIDADE	PROJETO / ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	SUPLEMENTAÇÃO	ANULAÇÃO
200002-CMS	01.031.0016.2000	3.1.90.01	0.1.00	14.000,00	
	01.031.0016.2000	3.1.90.94	0.1.00	726.000,00	
	01.031.0016.2000	3.1.90.11	0.1.00		740.000,00
SUB-TOTAL				740.000,00	740.000,00
TOTAL GERAL				740.000,00	740.000,00

DECRETO Nº 29.306 de 11 de dezembro de 2017

Altera o Quadro de Detalhamento da Despesa, das unidades orçamentárias, na forma que indica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 52, inciso V da Lei Orgânica do Município e em conformidade

com o § único do artigo 29 da Lei nº 9.095, de 26 de julho de 2016, Decreto nº 25.785, de 06 de janeiro de 2015, Decreto nº 28.238, de 11 de janeiro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Quadro de Detalhamento da Despesa de 2017, das unidades orçamentárias indicadas no anexo integrante a este Decreto.

Art. 2º As Unidades Orçamentárias abrangidas por este Decreto e a Diretoria Geral de Orçamento, deverão proceder aos registros resultantes do presente ato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 11 de dezembro de 2017

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO
Prefeito

JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO
Chefe de Gabinete do Prefeito

LUIZ ANTÔNIO VASCONCELLOS CARREIRA
Chefe da Casa Civil

THIAGO MARTINS DANTAS
Secretário Municipal de Gestão

PAULO GANEM SOUTO
Secretário Municipal da Fazenda

ANEXO AO DECRETO Nº 29.306/2017

PREFEITURA MUN. DE SALVADOR		ALTERA QUADRO DE DETALHAMNETO DA DESPESA			PAG: 01
Valores em R\$ 1,00					
ÓRGÃO / UNIDADE	PROJETO / ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	SUPLEMENTAÇÃO	ANULAÇÃO
340002-SEMUR	14.122.0015.2001	3.3.90.37	0.1.00	48.000,00	
	14.122.0015.2001	3.3.90.33	0.1.00		5.000,00
	14.122.0015.2001	3.3.90.39	0.1.00		43.000,00
	SUB-TOTAL			48.000,00	48.000,00
543002-FGM	13.392.0008.1286	3.3.90.30	0.1.10	14.000,00	
	13.392.0008.1286	3.3.90.39	0.1.10		14.000,00
SUB-TOTAL				14.000,00	14.000,00
TOTAL GERAL				62.000,00	62.000,00

DECRETO Nº 29.307 de 11 de dezembro de 2017

Altera o Quadro de Detalhamento da Despesa, da unidade orçamentária, na forma que indica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 52, inciso V da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o § único do artigo 29 da Lei nº 9.095, de 26 de julho de 2016, Decreto nº 25.785, de 06 de janeiro de 2015, Decreto nº 28.238, de 11 de janeiro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Quadro de Detalhamento da Despesa de 2017, da unidade orçamentária indicada no anexo integrante a este Decreto.

Art. 2º A Unidade Orçamentária abrangida por este Decreto e a Diretoria Geral de Orçamento, deverão proceder aos registros resultantes do presente ato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 11 de dezembro de 2017

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO

Prefeito

JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO

Chefe de Gabinete do Prefeito

LUIZ ANTÔNIO VASCONCELLOS CARREIRA

Chefe da Casa Civil

THIAGO MARTINS DANTAS

Secretário Municipal de Gestão

PAULO GANEM SOUTO

Secretário Municipal da Fazenda

ANEXO AO DECRETO Nº 29.307/2017

PREFEITURA MUN. DE SALVADOR		ALTERA QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA				PAG: 01
Valores em R\$ 1,00						
ÓRGÃO / UNIDADE	PROJETO / ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	SUPLEMENTAÇÃO	ANULAÇÃO	
301110-FMS	10.122.0015.2000	3.1.90.11	0.1.02	20.203.497,00		
	10.122.0015.2000	3.1.90.11	0.1.00		20.203.497,00	
SUB-TOTAL				20.203.497,00	20.203.497,00	
TOTAL GERAL				20.203.497,00	20.203.497,00	

DECRETO Nº 29.308 de 11 de dezembro de 2017

Altera o Quadro de Detalhamento da Despesa, da unidade orçamentária, na forma que indica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 52, inciso V da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o § único do artigo 29 da Lei nº 9.095, de 26 de julho de 2016, Decreto nº 25.785, de 06 de janeiro de 2015, Decreto nº 28.238, de 11 de janeiro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Quadro de Detalhamento da Despesa de 2017, da unidade orçamentária indicada no anexo integrante a este Decreto.

Art. 2º A Unidade Orçamentária abrangida por este Decreto e a Diretoria Geral de Orçamento, deverão proceder aos registros resultantes do presente ato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 11 de dezembro de 2017

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO

Prefeito

JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO

Chefe de Gabinete do Prefeito

LUIZ ANTÔNIO VASCONCELLOS CARREIRA

Chefe da Casa Civil

THIAGO MARTINS DANTAS

Secretário Municipal de Gestão

PAULO GANEM SOUTO

Secretário Municipal da Fazenda

ANEXO AO DECRETO Nº 29.308/2017

PREFEITURA MUN. DE SALVADOR		ALTERA QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA			PAG: 01
Valores em R\$ 1,00					
ÓRGÃO / UNIDADE	PROJETO / ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	SUPLEMENTAÇÃO	ANULAÇÃO
301110-FMS	10.122.0015.2000	3.1.90.08	0.1.02	365.462,00	
	10.122.0015.2000	3.1.90.11	0.1.02	2.176.643,00	
	10.122.0015.2000	3.1.90.13	0.1.02	147.353,00	
	10.122.0015.2000	3.1.90.04	0.1.02		457.121,00
	10.122.0015.2000	3.1.90.16	0.1.02		512.815,00
	10.122.0015.2000	3.1.91.13	0.1.02		1.719.522,00
SUB-TOTAL				2.689.458,00	2.689.458,00
TOTAL GERAL				2.689.458,00	2.689.458,00

DECRETO Nº 29.309 de 11 de dezembro de 2017

Altera o Quadro de Detalhamento da Despesa, da unidade orçamentária, na forma que indica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 52, inciso V da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o § único do artigo 29 da Lei nº 9.095, de 26 de julho de 2016, Decreto nº 25.785, de 06 de janeiro de 2015, Decreto nº 28.238, de 11 de janeiro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Quadro de Detalhamento da Despesa de 2017, da unidade orçamentária indicada no anexo integrante a este Decreto.

Art. 2º A Unidade Orçamentária abrangida por este Decreto e a Diretoria Geral de Orçamento, deverão proceder aos registros resultantes do presente ato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 11 de dezembro de 2017.

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO

Prefeito

JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO

Chefe de Gabinete do Prefeito

LUIZ ANTÔNIO VASCONCELLOS CARREIRA

Chefe da Casa Civil

THIAGO MARTINS DANTAS

Secretário Municipal de Gestão

PAULO GANEM SOUTO

Secretário Municipal da Fazenda

ANEXO AO DECRETO Nº 29.309/2017

PREFEITURA MUN. DE SALVADOR		CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR				PAG: 01
Valores em R\$ 1,00						
ÓRGÃO / UNIDADE	PROJETO / ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	SUPLEMENTAÇÃO	ANULAÇÃO	
600002-SEDUR	15.122.0015.2001	3.3.90.92	0.1.00	25.200,00		
	15.122.0015.2001	3.3.90.39	0.1.00		25.200,00	
SUB-TOTAL				25.200,00	25.200,00	
TOTAL GERAL				25.200,00	25.200,00	

DECRETO Nº 29.310 de 11 de dezembro de 2017

Abre ao Orçamento Fiscal, o Crédito Adicional Suplementar, na forma que indica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 52, inciso XXVII da Lei Orgânica do Município e devidamente autorizado pelo Decreto nº 25.785, de 06 de janeiro de 2015, Decreto nº 28.238, de 11 de janeiro de 2017, e Lei Orçamentária Anual nº 9.185, de 29 de dezembro de 2016, em seu art. 6º, inciso I.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 1.600.000,00 (hum milhão e seiscentos mil reais), na unidade orçamentária indicada no anexo integrante a este Decreto.

Art. 2º As despesas decorrentes da abertura do presente Crédito Adicional Suplementar correrão por conta dos recursos oriundos do Superávit Financeiro, apurado conforme **Processo 57.725/2017-SEFAZ**.

Art. 3º A Unidade Orçamentária abrangida por este Decreto e a Diretoria Geral de Orçamento, deverão proceder aos registros resultantes do presente ato.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 11 de dezembro de 2017.

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO

Prefeito

JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO

Chefe de Gabinete do Prefeito

LUIZ ANTÔNIO VASCONCELLOS CARREIRA

Chefe da Casa Civil

THIAGO MARTINS DANTAS

Secretário Municipal de Gestão

PAULO GANEM SOUTO

Secretário Municipal da Fazenda

ANEXO AO DECRETO Nº 29.310/2017

PREFEITURA MUN. DE SALVADOR		CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR			PAG: 01
Valores em R\$ 1,00					
ÓRGÃO / UNIDADE	PROJETO / ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	SUPLEMENTAÇÃO	ANULAÇÃO
616002-SUCOP	15.451.0018.1282	4.4.90.51	0.1.00	1.600.000,00	
SUB-TOTAL				1.600.000,00	
TOTAL GERAL				1.600.000,00	

DECRETO Nº 29.311 de 11 de dezembro de 2017

Abre ao Orçamento Fiscal, o Crédito Adicional Suplementar, na forma que indica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 52, inciso XXVII da Lei Orgânica do Município e devidamente autorizado pelo Decreto nº 25.785, de 06 de janeiro de 2015, Decreto nº 28.238, de 11 de janeiro de 2017, e Lei Orçamentária Anual nº 9.185, de 29 de dezembro de 2016 em seu art. 6º, inciso III.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais) nas unidades orçamentárias indicadas no anexo integrante a este Decreto.

Art. 2º As Unidades Orçamentárias abrangidas por este Decreto e a Diretoria Geral de Orçamento, deverão proceder aos registros resultantes do presente ato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 11 de dezembro de 2017.

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO
Prefeito

JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO
Chefe de Gabinete do Prefeito

LUIZ ANTÔNIO VASCONCELLOS CARREIRA
Chefe da Casa Civil

THIAGO MARTINS DANTAS
Secretário Municipal de Gestão

PAULO GANEM SOUTO
Secretário Municipal da Fazenda

ANEXO AO DECRETO Nº 29.311/2017

PREFEITURA MUN. DE SALVADOR		CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR			PAG: 01
Valores em R\$ 1,00					
ÓRGÃO / UNIDADE	PROJETO / ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	SUPLEMENTAÇÃO	ANULAÇÃO
340002-SEMUR	14.122.0015.2001	4.4.90.52	0.1.00	6.000,00	
	14.122.0015.2001	3.3.90.39	0.1.00		6.000,00
	SUB-TOTAL			6.000,00	6.000,00
530002-SEMOB	15.122.0015.2001	3.3.90.39	0.1.00	10.000,00	
	15.122.0015.2001	4.4.90.52	0.1.00		10.000,00
	SUB-TOTAL			10.000,00	10.000,00
560002-SEMAN	15.451.0018.2279	3.3.90.30	0.1.00	100.000,00	
	15.451.0018.2279	3.3.90.39	0.1.00	200.000,00	
	22.122.0015.2001	3.3.90.37	0.1.00		300.000,00
	SUB-TOTAL			300.000,00	300.000,00
570002-SECOM	24.122.0015.2000	3.3.90.36	0.1.00	2.500,00	
	24.122.0015.2000	3.3.90.46	0.1.00	1.000,00	
	24.122.0015.2000	3.3.90.49	0.1.00	500,00	
	24.122.0015.2000	3.1.90.16	0.1.00		4.000,00
	SUB-TOTAL			4.000,00	4.000,00
TOTAL GERAL				320.000,00	320.000,00

DECRETO Nº 29.312 de 11 de dezembro de 2017

Abre ao Orçamento Fiscal, o Crédito Adicional Suplementar, na forma que indica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 52, inciso XXVII da Lei Orgânica do Município e devidamente

autorizado pelo Decreto nº 25.785, de 06 de janeiro de 2015, Decreto nº 28.238, de 11 de janeiro de 2017, e Lei Orçamentária Anual nº 9.185, de 29 de dezembro de 2016 em seu art. 6º, inciso III.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) na unidade orçamentária indicada no anexo integrante a este Decreto.

Art. 2º A Unidade Orçamentária abrangida por este Decreto e a Diretoria Geral de Orçamento, deverão proceder aos registros resultantes do presente ato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 11 de dezembro de 2017.

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO
Prefeito

JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO
Chefe de Gabinete do Prefeito

LUIZ ANTÔNIO VASCONCELLOS CARREIRA
Chefe da Casa Civil

THIAGO MARTINS DANTAS
Secretário Municipal de Gestão

PAULO GANEM SOUTO
Secretário Municipal da Fazenda

ANEXO AO DECRETO Nº 29.312/2017

PREFEITURA MUN. DE SALVADOR		CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR			PAG: 01
Valores em R\$ 1,00					
ÓRGÃO / UNIDADE	PROJETO / ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	SUPLEMENTAÇÃO	ANULAÇÃO
560002-SEMAN	22.122.0015.2000	3.3.90.46	0.1.00	30.000,00	
	22.122.0015.2001	3.3.90.37	0.1.00		30.000,00
SUB-TOTAL				30.000,00	30.000,00
TOTAL GERAL				30.000,00	30.000,00

DECRETO Nº 29.313 de 11 de dezembro de 2017

Abre ao Orçamento da Seguridade Social, o Crédito Adicional Suplementar, na forma que indica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 52, inciso XXVII da Lei Orgânica do Município e devidamente autorizado pelo Decreto nº 25.785, de 06 de janeiro de 2015, Decreto nº 28.238, de 11 de janeiro de 2017, e Lei Orçamentária Anual nº 9.185, de 29 de dezembro de 2016 em seu art. 6º, inciso III.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 1.765.197,00 (hum milhão, setecentos e sessenta e cinco mil e cento e noventa e sete reais), na unidade orçamentária indicada no anexo integrante a este Decreto.

Art. 2º A Unidade Orçamentária abrangida por este Decreto e a Diretoria Geral de Orçamento, deverão proceder aos registros resultantes do presente ato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 11 de dezembro de 2017.

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO
Prefeito

JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO
Chefe de Gabinete do Prefeito

LUIZ ANTÔNIO VASCONCELLOS CARREIRA
Chefe da Casa Civil

THIAGO MARTINS DANTAS
Secretário Municipal de Gestão

PAULO GANEM SOUTO
Secretário Municipal da Fazenda

ANEXO AO DECRETO Nº 29.313/2017

PREFEITURA MUN. DE SALVADOR		CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR			PAG: 01
Valores em R\$ 1,00					
ÓRGÃO / UNIDADE	PROJETO / ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	SUPLEMENTAÇÃO	ANULAÇÃO
301110-FMS	10.122.0015.2000	3.3.90.46	0.1.02	1.765.197,00	
	10.122.0015.2000	3.1.91.13	0.1.02		1.765.197,00
SUB-TOTAL				1.765.197,00	1.765.197,00
TOTAL GERAL				1.765.197,00	1.765.197,00

DECRETO Nº 29.314 de 11 de dezembro de 2017

Abre ao Orçamento Fiscal, o Crédito Adicional Suplementar, na forma que indica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 52, inciso XXVII da Lei Orgânica do Município e devidamente autorizado pelo Decreto nº 25.785, de 06 de janeiro de 2015, Decreto nº 28.238, de 11 de janeiro de 2017, e Lei Orçamentária Anual nº 9.185 de 29 de dezembro de 2016, em seu art. 6º, inciso IV, alínea A.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) na unidade orçamentária indicada no anexo integrante a este Decreto.

Art. 2º A Unidade Orçamentária abrangida por este Decreto e a Diretoria Geral de Orçamento, deverão proceder aos registros resultantes do presente ato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 11 de dezembro de 2017.

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO
Prefeito

JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO
Chefe de Gabinete do Prefeito

LUIZ ANTÔNIO VASCONCELLOS CARREIRA
Chefe da Casa Civil

THIAGO MARTINS DANTAS
Secretário Municipal de Gestão

PAULO GANEM SOUTO
Secretário Municipal da Fazenda

ANEXO AO DECRETO Nº 29.314/2017

PREFEITURA MUN. DE SALVADOR		CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR			PAG: 01
Valores em R\$ 1,00					
ÓRGÃO / UNIDADE	PROJETO / ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	SUPLEMENTAÇÃO	ANULAÇÃO
560002-SEMAN	22.122.0015.2000	3.1.90.11	0.1.00	20.000,00	
	22.122.0015.2001	3.3.90.37	0.1.00		20.000,00
SUB-TOTAL				20.000,00	20.000,00
TOTAL GERAL				20.000,00	20.000,00

DECRETO Nº 29.315 de 11 de dezembro de 2017

Abre ao Orçamento da Seguridade Social, o Crédito Adicional Suplementar, na forma que indica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 52, inciso XXVII da Lei Orgânica do Município e devidamente autorizado pelo Decreto nº 25.785, de 06 de janeiro de 2015, Decreto nº 28.238, de 11 de janeiro de 2017, e Lei Orçamentária Anual nº 9.185, de 29 de dezembro de 2016, em seu art. 6º, inciso IV, alínea A.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 197.825,00 (cento e noventa e sete mil e oitocentos e vinte e cinco reais) na unidade orçamentária indicada no anexo integrante a este Decreto.

Art. 2º A Unidade Orçamentária abrangida por este Decreto e a Diretoria Geral de Orçamento, deverão proceder aos registros resultantes do presente ato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 11 de dezembro de 2017.

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO
Prefeito

JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO
Chefe de Gabinete do Prefeito

LUIZ ANTÔNIO VASCONCELLOS CARREIRA
Chefe da Casa Civil

THIAGO MARTINS DANTAS
Secretário Municipal de Gestão

PAULO GANEM SOUTO
Secretário Municipal da Fazenda

ANEXO AO DECRETO Nº 29.315/2017

PREFEITURA MUN. DE SALVADOR		CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR			PAG: 01
Valores em R\$ 1,00					
ÓRGÃO / UNIDADE	PROJETO / ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	SUPLEMENTAÇÃO	ANULAÇÃO
301110-FMS	10.122.0015.2000	3.1.90.11	0.1.02	197.825,00	
	10.122.0015.2000	3.3.90.36	0.1.02		70.000,00
	10.122.0015.2000	3.3.90.46	0.1.02		73.731,00
	10.122.0015.2000	3.3.90.49	0.1.02		54.094,00
SUB-TOTAL				197.825,00	197.825,00
TOTAL GERAL				197.825,00	197.825,00

DECRETO Nº 29.316 de 11 de dezembro de 2017

Abre ao Orçamento Fiscal, o Crédito Adicional Suplementar, na forma que indica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 52, inciso XXVII da Lei Orgânica do Município e devidamente autorizado pelo Decreto nº 25.785, de 06 de janeiro de 2015, Decreto nº 28.238, de 11 de janeiro de 2017, e Lei Orçamentária Anual nº 9.185, de 29 de dezembro de 2016, em seu art. 6º, inciso IV, alínea B.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 2.050.100,00 (dois milhões, cinquenta mil e cem reais) nas unidades orçamentárias indicadas no anexo integrante a este Decreto.

Art. 2º As Unidades Orçamentárias abrangidas por este Decreto e a Diretoria Geral de Orçamento, deverão proceder aos registros resultantes do presente ato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 11 de dezembro de 2017.

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO
Prefeito

JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO
Chefe de Gabinete do Prefeito

LUIZ ANTÔNIO VASCONCELLOS CARREIRA
Chefe da Casa Civil

THIAGO MARTINS DANTAS
Secretário Municipal de Gestão

PAULO GANEM SOUTO
Secretário Municipal da Fazenda

ANEXO AO DECRETO Nº 29.316/2017

PREFEITURA MUN. DE SALVADOR		CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR			PAG: 01
Valores em R\$ 1,00					
ÓRGÃO / UNIDADE	PROJETO / ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	SUPLEMENTAÇÃO	ANULAÇÃO
567002-DESAL	28.846.0037.2902	3.1.90.91	0.2.50	100,00	
	22.122.0015.2001	3.3.90.30	0.2.50		100,00
	SUB-TOTAL			100,00	100,00
800003-EGM - SEFAZ	28.843.0037.2903	4.6.90.71	0.1.00	1.000.000,00	
	28.846.0037.2902	3.3.90.47	0.1.00	50.000,00	
	28.846.0037.2902	3.3.90.91	0.1.00	1.000.000,00	
	28.843.0037.2903	3.2.90.21	0.1.00		1.000.000,00
	28.846.0037.2902	4.6.90.91	0.1.00		1.050.000,00
SUB-TOTAL				2.050.000,00	2.050.000,00
TOTAL GERAL				2.050.100,00	2.050.100,00

DECRETOS NUMERADOS

DECRETO Nº 29.317 de 11 de dezembro de 2017

Estabelece critérios para o licenciamento de Moradias e Melhorias Habitacionais dos cidadãos no âmbito do município de Salvador e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, com fundamento na Lei 9.069/2016, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU, e na Lei nº 9.148/2016, Lei de Ocupação, Uso e Ordenamento do Solo - LOUOS, e considerando a necessidade de adequar o licenciamento das moradias objeto de Assistência Técnica gratuita promovida por entidades públicas e privadas à nova legislação urbanística,



DECRETA:

Art. 1º Os critérios para o licenciamento de construções e melhorias habitacionais promovidas por entidades públicas e privadas para os usos residenciais - R1 e R2-01 são:

I - área construída total da unidade imobiliária de até 70,00m² (setenta metros quadrados);

II - terrenos com área de até 125,00m² (cento e vinte e cinco metros quadrados);

III - gabarito de altura máxima igual a 9,00m (nove metros);

§ 1º Será admitida mais de uma unidade imobiliária por terreno, desde que com acessos independentes por via oficial de circulação.

§ 2º Admite-se o uso misto (residencial e não-residencial) da unidade imobiliária, desde que:

I - A área não-residencial da unidade imobiliária não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) da área total construída;

II - A atividade não-residencial a ser desenvolvida seja prevista pela legislação urbanística vigente para a área.

§ 3º Para o exercício de atividades enquadradas como Microempreendedor Individual, Microempresas e de Empresas de Pequeno Porte em imóveis residenciais, aplicam-se as disposições de legislação específica.

Art. 2º A ampliação da edificação existente para a implantação de outra unidade residencial será admitida, desde que o somatório da unidade existente com a unidade nova, não ultrapasse a área total construída de 140,00m² (cento e quarenta metros quadrados).

Art. 3º Excluem-se deste licenciamento, os casos enquadrados no art. 59 da Lei nº 9.069/2016 - PDDU.

Art. 4º Fica estabelecida a gratuidade deste licenciamento com base no art. 70 da Lei da Lei nº 9.069, de 2016 - PDDU combinado com o art. 158, inciso V da Lei 7.186/2006 - Código Tributário e de Rendas do Município de Salvador.

Art. 5º Os documentos necessários para esse licenciamento estão especificados na Carta de Serviços do órgão licenciador.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SALVADOR, em 11 de dezembro de 2017.

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO

Prefeito

JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO

Chefe de Gabinete do Prefeito

ANTÔNIO ALMIR SANTANA MELO JR

Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas

JOSÉ SÉRGIO DE SOUSA GUANABARA

Secretário Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo

DECRETO Nº 29.318 de 11 de dezembro de 2017

Institui normas relativas à exibição de publicidade no Município do Salvador e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIV do art. 7º da Lei Orgânica do Município de Salvador,

DECRETA:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 1º Este Decreto norteará a exibição de toda e qualquer publicidade no Município de Salvador e tem como princípios gerais:

I - estabelecer bases de referência para o exercício do poder de polícia administrativa por parte da Prefeitura Municipal de Salvador;

II - assegurar a compatibilidade entre os interesses individuais e os interesses da coletividade;

III - garantir condições de segurança e conforto de pedestres, veículos e edificações;

IV - preservar valores estéticos, paisagísticos e culturais da cidade em consonância com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador-PDDU e com a Legislação de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo-LOUOS;

V - contribuir para o bem estar físico e mental da população;

VI - estabelecer o equilíbrio dos diversos agentes atuantes no Município, incentivando a cooperação de organizações e cidadãos na promoção da melhoria da paisagem do Município;

VII - incorporar as novas conquistas tecnológicas e avanços sociais, visando a constante atualização desse Decreto.

Art. 2º A divulgação de mensagens, por qualquer meio, em logradouros públicos e em locais expostos ao público, somente será realizada em conformidade com as normas estabelecidas neste Decreto.

Parágrafo único: Para os efeitos deste Decreto, as características, conceitos, definições e multas estão estabelecidos nos Anexos I, II e III.

TÍTULO II

DO ENQUADRAMENTO E LICENCIAMENTO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º A publicidade e seus respectivos licenciamentos são enquadrados da seguinte forma:

I - Publicidade dispensada de licenciamento;

II - Publicidade provisória;

III - Publicidade identificadora;

IV - Mercado publicitário;

V - Publicidade extraordinária.

Art. 4º A publicidade, pública ou privada, independente do seu enquadramento no art. 3º, está passível de fiscalização pelo órgão municipal competente e o descumprimento das leis e decretos que regem a exibição das mesmas acarretará em medidas fiscalizadoras e penalidades na forma deste Decreto.

Art. 5º A publicidade, pública ou privada, enquadrada nos incisos II, III, IV e V do art. 3º deste Decreto, só poderá ser instalada após o licenciamento, com expedição do Alvará de Publicidade, Autorização para Publicidade Provisória ou Autorização Especial de Publicidade, e sua permanência deverá respeitar o prazo de validade da autorização.

CAPÍTULO II

DA PUBLICIDADE DISPENSADA DE LICENCIAMENTO

Art. 6º Sem prejuízo da observância das demais normas técnicas previstas neste Decreto, em especial os artigos 33, 34, 35 e 36, são dispensados de licenciamento:

I - os indicativos do tipo: "Precisa-se de empregados", "Vende-se", "Aluga-se", "Aulas Particulares", letreiro identificador em salas comerciais, desde que exibidos no próprio local de exercício da atividade e não ultrapassem a área de 0,25m² (vinte e cinco decímetros quadrados);

II - as placas obrigatórias, instaladas em canteiro de obra, exigidas e regulamentadas pelas entidades governamentais e pelos conselhos e órgãos de classe, desde que contenham apenas o exigido pelas respectivas regulamentações, conforme Carta de Serviço;

III - as placas obrigatórias de obras públicas desde que possuam as seguintes informações:

- a) modalidade de licitação adotada;
- b) número do contrato celebrado, objeto e valor;
- c) origem do crédito utilizado para a despesa, informando qual o ente público responsável pelo respectivo pagamento;
- d) nome e CNPJ da empresa responsável pela realização da obra ou serviço de engenharia e CREA dos engenheiros responsáveis;
- e) prazo de execução, informando o termo inicial e final;
- f) data de afixação da placa informativa.

IV - publicidade da Prefeitura Municipal de Salvador;

V - os anúncios em vitrines, mostruários e ambientes internos do estabelecimento, excetuando-se aqueles aplicados diretamente no vidro;

VI - painéis orientadores, tais como as placas de sinalização viária e de trânsito, turística e outras placas indicativas, consideradas como de interesse público, desde que não veicule marcas, produtos e serviços;

VII - referências que indiquem lotação, orientação, capacidade e as que recomendem cautela ou indiquem perigo, desde que sem publicidade;

VIII - os preços dos combustíveis, em postos de abastecimento/revendas, a serem exibidos em suportes autoportantes de uso específico para este fim, conforme legislação federal;

IX - grafismo artístico com até 5% (cinco por cento) da área utilizada para mensagem publicitária, desde que autorizado pelo proprietário do imóvel;

X - painel em estabelecimentos culturais para veicular a programação dos eventos, com área máxima de 2m² (dois metros quadrados);

XI - identificação de recipiente para coleta de resíduo sólido, conforme padrão estabelecido pelo Município;

XII - os anúncios localizados na parte interna de ônibus, micro ônibus, trem, metrô e veículos similares;

XIII - indicativo de promoção do tipo "Liquidação", "OFF", "Desconto" ou similar desde que não exiba marca ou produto e tenha dimensão máxima de 2m² (dois metros quadrados).

CAPÍTULO III

DA PUBLICIDADE PROVISÓRIA

Art. 7º A publicidade provisória é aquela com duração máxima de 30 (trinta) dias e poderá ser exibida em: painel, boia/flutuante, balão/inflável/blimp, faixa rebocada por avião, galhardete, estandarte, cavalete, flâmula, banner e similares, folheto, prospecto, abano e similares e áudio visual, mediante licenciamento e pagamento das respectivas taxas.

§ 1º O prazo previsto no caput deste artigo não se aplica a publicidade para lançamento imobiliário que terá prazo de validade vinculado ao Alvará de Licença de Construção devendo ser renovada anualmente e exibida até a expedição do Habite-Se.

§ 2º Admite-se a publicidade para lançamento imobiliário em tapume protetor de obra desde que cumpra os requisitos técnicos dispostos neste Decreto.

CAPÍTULO IV

DA PUBLICIDADE IDENTIFICADORA

Art. 8º A publicidade identificadora é aquela que identifica o estabelecimento e poderá ser exibida em: letreiro, torre de caixa d'água, muro e veículos, mediante licenciamento e pagamento das respectivas taxas.

§ 1º O Alvará de Publicidade terá prazo de validade de no máximo 12 (doze) meses, em conformidade com a validade do Alvará de Funcionamento.

§ 2º Admite-se a mensagem mista contendo o nome do estabelecimento associado aos produtos e serviços correlatos com a atividade principal.

§ 3º A área máxima para a mensagem identificadora ou mista será calculada multiplicando-se a largura da fachada em metros por 1,2m (um vírgula dois metros) convertendo o resultado em m² (metro quadrado), e poderá ser distribuída em letreiro fixado em fachada e letreiro em estrutura independente.

§ 4º A área máxima para o letreiro com mensagem identificadora ou mista em áreas e/ou imóveis Tombados ou protegidos por legislação federal, estadual ou municipal será calculada multiplicando-se a largura da fachada em metros por 0,5m (cinquenta centímetros) convertendo o resultado em m² (metro quadrado), desde que aprovada pelos órgãos responsáveis pelos imóveis e áreas Tombadas.

§ 5º Em imóveis de esquina, para o cálculo da área do letreiro, considera-se o somatório das 2 (duas) larguras das fachadas.

§ 6º Em torre de caixa d'água, a área utilizada para publicidade identificadora não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) da soma das áreas de suas faces ou superfície.

§ 7º Em muros, a área utilizada para publicidade identificadora não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) da área total do muro.

CAPÍTULO V

DO MERCADO PUBLICITÁRIO

Art. 9º A publicidade do mercado publicitário é aquela cuja gestão dos meios é realizada através de empresas de publicidade e poderá ser exibida em: outdoor, painel, painel em topo de prédio, painel em empena, painel comunitário, painel em carroceria de veículo, veículos e outros não previstos, mediante licenciamento e pagamento das respectivas taxas.

§ 1º O Alvará de Publicidade terá prazo de validade máxima de 12 (doze) meses, com renovação automática.

§ 2º Aos outdoors, painéis, painéis em carroceria de caminhão localizados em área pública, além dos dispositivos existentes em contrato específico, aplicam-se as regras dispostas neste Decreto.

CAPÍTULO VI

DA PUBLICIDADE EXTRAORDINÁRIA

Art. 10. Considera-se como extraordinária a publicidade que necessita de análise de interferência em relação ao impacto visual, são elas:

I - painel e outdoor em canteiro divisor de avenidas e ruas;

II - painel e outdoor em área do Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural-SAVAM, excetuando-se as Área de Preservação Permanente-APP;

III - painel e outdoor a menos de 100m (cem metros) de túneis, passarelas, viadutos e obras de arte;

IV - letreiros em suporte independente com área superior a 30m² (trinta metros quadrados);

V - meios que alterem ou componham a fachada da edificação;

VI - outras situações:

- a) embarcações marítimas;
- b) balão dirigível;
- c) audiovisual;
- d) veículo para show;
- e) outras não previstas.

Art. 11. Quando enquadrado como publicidade extraordinária, a análise de interferência deverá ser efetuada com base nas normas estabelecidas neste Decreto, observados os seguintes critérios:

- I - danos causados à terceiros;
- II - danos ao meio antrópico, natural e urbanizado;
- III - danos à circulação.

Parágrafo único. A análise de interferência deverá ser realizada por uma Comissão Interna Permanente, constituída por ato do titular do órgão responsável pelo licenciamento, composta por 03 (três) membros titulares e 02 (dois) suplentes do mesmo órgão.

TÍTULO III

DAS NORMAS TÉCNICAS

CAPÍTULO I

DA PUBLICIDADE PROVISÓRIA

Art. 12. A publicidade em bóia/flutuante deverá atender às seguintes exigências:

- I - utilização restrita a eventos ocasionais;
- II - prévia autorização da Capitania dos Portos de Salvador;
- III - instalação fora das faixas de segurança das embarcações e banhistas

§ 1º O órgão responsável pela autorização deverá definir o local de ancoramento e o tipo de embarcação a ser utilizada para reboque.

§ 2º a taxa para o licenciamento será calculada por diária e unidade.

Art. 13. O balão/inflável/blimp deverá atender às seguintes exigências:

- I - utilização restrita a eventos ocasionais como inaugurações, exposições, lançamentos e similares;
- II - fixação em cabos de fibras sintéticas e isolantes elétricos ou fixado em suportes independentes removíveis;
- III - proibição do uso de gás inflamável;
- IV - altura máxima de 7m (sete metros).

Parágrafo único. A taxa para o licenciamento será calculada por diária e unidade.

Art. 14. A faixa rebocada por avião deverá ser previamente autorizada pelo Departamento de Aeronáutica Civil - D.A.C.

Parágrafo único: A taxa para o licenciamento será calculada por diária e unidade.

Art. 15. Os galhardetes, estandartes, cavaletes, flâmulas, banners e similares deverão atender às seguintes exigências:

- I - instalação em área particular;
- II - área máxima de 5m² (cinco metros quadrados) e afixação em suportes preexistente ou independente.

§ 1º A taxa para o licenciamento será calculada por diária, unidade e tamanho.

§ 2º Admite-se área superior a 5m² (cinco metros quadrados), afixados em suporte preexistente, com cobrança da taxa proporcional, considerando-se a cada 5m² (cinco metros quadrados) uma unidade.

Art. 16. Os folhetos, prospectos, abanos e similares deverão atender às seguintes exigências:

- I - distribuição exclusiva nos locais e datas estabelecidos na autorização;
- II - inserção da mensagem: "Mantenha a Cidade limpa, não jogue este impresso em via pública";
- III - na publicidade para lançamento imobiliário, constar o numero do alvará



de construção.

Parágrafo único. A taxa para o licenciamento será calculada por diária e ponto de distribuição.

Art. 17. Aos painéis com indicativo de "Aluga-se" e "Vende-se" aplicam-se as seguintes normas:

I - área máxima de 2m² (dois metros quadrados);

II - altura máxima de 3m (três metros) em relação à cota mais elevada do meio fio do imóvel.

Parágrafo único. A taxa para o licenciamento será calculada por unidade e por dia.

Art. 18. Considera-se áudio visual os equipamentos de transmissão visual tais como: filmetes comerciais em seções cinematográficas, vídeos em locais expostos ao público, projetores e efeitos luminosos de qualquer tipo, cuja taxa para licenciamento será calculada por tempo de exibição.

Art. 19. A publicidade para lançamento imobiliário em canteiro de obras deverá atender as seguintes exigências:

I - área máxima de exibição para painel de 30m² (trinta metros quadrados);

II - área máxima de exibição em tapume de 20% (vinte por cento) de sua superfície;

III - publicidade em tapume em pintura ou película adesiva;

IV - divulgação dos produtos e serviços utilizados permitida apenas durante a fase execução das obras.

Parágrafo único. A taxa para o licenciamento será calculada por metro quadrado e por ano ou semestre;

CAPÍTULO II DA PUBLICIDADE IDENTIFICADORA

Art. 20. A taxa de licenciamento para publicidade identificadora de estabelecimento será calculada por metro quadrado e por ano.

§ 1º O letreiro identificador deverá atender às seguintes exigências:

I - quando fixado na fachada de edificações sem recuo, o letreiro poderá avançar até 20cm (vinte centímetros) sobre o passeio;

II - quando fixado na fachada de edificações com recuo, o letreiro poderá avançar até 1m (um metro) da fachada, desde que não avance sobre o passeio;

III - quando instalada em estrutura independente:

a) a área máxima do quadro não poderá ultrapassar 27,00m² (vinte e sete metros quadrados), ou seja, 9m x 3m (nove metros de comprimento por três metros de altura);

b) deverá atender ao recuo frontal mínimo de 4m (quatro metros) contado do limite interno do passeio até o ponto mais próximo da placa;

c) deverá ser instalado em imóveis edificadas ou não edificadas, respeitado o afastamento mínimo de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) para qualquer edificação;

d) não será permitido a redução do número de vagas de estacionamento e redução da área de circulação de pedestre.

IV - quando exibido em torre de caixa d'água, poderá receber pinturas ou películas auto-adesivas aplicadas diretamente sobre sua superfície.

V - quando em muro poderá receber pinturas ou películas auto-adesivas aplicadas diretamente sobre sua superfície e não poderá avançar sobre o passeio.

VI - as lojas com acesso através de galeria interna e/ou das fachadas laterais, ou pavimentos outros terão direito a letreiro afixado paralelamente a porta de acesso das mesmas;

VII - a altura máxima do letreiro não pode ultrapassar 7m (sete metros) quando em estrutura independente nem o limite de propriedade quando fixada na fachada da edificação.

§ 2º Para os empreendimentos que contém diversas atividades, associam-se às normas estabelecidas no inciso anterior as seguintes regras:

I - admite-se na fachada do empreendimento a identificação do mesmo associado à identificação dos estabelecimentos definidos pela administração do empreendimento;

II - admite-se o letreiro em estrutura independente, de forma cooperada, contendo o nome do empreendimento e dos demais estabelecimentos, cabendo à administração do empreendimento a responsabilidade pela definição da publicidade e o seu licenciamento;

III - admite-se mensagens publicitárias nas áreas comuns internas, que deverão ser requeridas ao órgão licenciador através da administração do condomínio.

CAPÍTULO III DO MERCADO PUBLICITÁRIO

Art. 21. A taxa de licenciamento para publicidade do mercado publicitário será

calculada por metro quadrado e por ano.

Art. 22. Ao outdoor, sem prejuízo das demais normas deste Decreto, aplicam-se as seguintes exigências:

I - sua localização será permitida em imóveis voltados para todas as vias exceto as Vias Locais definidas pela Lei nº 9148, de 2016 - LOUOS;

II - deverá atender ao recuo frontal mínimo de 4m (quatro metros) contados do limite interno do passeio até o ponto mais próximo da placa;

III - poderá ser instalado em imóveis edificadas ou não edificadas, respeitado o afastamento mínimo de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) para qualquer edificação;

IV - deverá dispor de molduras metálicas, retas, sem recortes, com largura de 0,16m (dezesseis centímetros) a 0,20m (vinte centímetros), cantos em meia esquadria, na cor característica de cada empresa;

V - deverá dispor de altura máxima de 7,00m (sete metros) em relação à cota de implantação, salvo nos terrenos em declive, quando a altura máxima será medida em relação ao meio fio que lhe for fronteiro;

VI - a área máxima do quadro não poderá ultrapassar 27,00m² (vinte e sete metros quadrados), ou seja, 9m x 3m (nove metros de comprimento por três metros de altura);

VII - admite-se a instalação de aplique limitado a 5% do tamanho do outdoor;

VIII - admite-se o agrupamento composto de no máximo 3 (três) unidades, podendo ser dupla face, sempre do mesmo concessionário;

IX - o afastamento entre outdoors de um mesmo agrupamento não poderá ser superior a 1m (um metro);

X - em caráter extraordinário, admite-se a união de placas de um mesmo grupo de outdoor, cabendo licenciamento específico;

XI - o afastamento entre agrupamentos e/ou unidades isoladas e/ou entre Outdoors e Painéis não poderá ser inferior a um raio de 100m (cem metros);

XII - quando iluminado a instalação elétrica deverá ser embutida em tubulação apropriada;

XIII - o nome do concessionário e o número do engenho deverão estar em local visível e sempre voltados para a via;

XIV - será exigido autorização para todas as faces exploradas e para aquelas visíveis e não exploradas será exigido tratamento estético.

Art. 23. O painel em topo de prédio só poderá ser instalado nas avenidas Tancredo Neves, Antônio Carlos Magalhães (ACM), Juracy Magalhães, Mário Leal Ferreira (Bonocô), Vasco da Gama e Garibaldi;

Art. 24. O painel instalado em empena de prédio deverá atender às seguintes exigências:

I - o afastamento entre painéis em empenas não poderá ser inferior a 200m (duzentos metros);

II - o afastamento entre painéis em empenas e outdoors, agrupamento de outdoor e painéis publicitários não poderá ser inferior a 100m (cem metros);

III - a publicidade, o nome ou marca do patrocinador não poderá exceder a 10% (dez por cento) da área total do painel.

Art. 25. O painel instalado em estrutura independente, sem prejuízo das demais normas deste Decreto, deverá atender às seguintes regras:

I - sua localização será permitida em imóveis voltados para qualquer via exceto as Vias Locais definidas pela Lei nº 9148, de 2016 - LOUOS;

II - poderá ser instalado em imóveis edificadas ou não edificadas, respeitado o afastamento mínimo de 5m (cinco metros) para qualquer edificação;

III - deverá atender ao recuo frontal mínimo de 4m (quatro metros) contados do limite interno do passeio até o ponto mais próximo da placa;

IV - deverá dispor de altura máxima de 9m (nove metros) em relação à cota de implantação, salvo nos terrenos em declive, quando a altura máxima será medida em relação ao meio-fio que lhe for fronteiro;

V - o quadro deverá dispor de área máxima de 32m² (trinta e dois metros quadrados), com largura máxima de 9m (nove metros), salvo quando situados em imóvel voltado para a BR-324, que poderá dispor de quadro com área máxima de 60m² (sessenta metros quadrados);

VI - admite-se agrupamento de painéis sempre do mesmo concessionário, composto de no máximo 3 (três) unidades, com afastamento máximo entre si de 1m (um metro), todos com altura máxima de 7m (sete metros) em relação à cota de implantação, dispondo cada uma das unidades de quadro com área máxima de 27m² (vinte e sete metros quadrados);

VII - o afastamento entre agrupamentos e/ou entre unidades isoladas e agrupamento de painéis não poderá ser inferior a 200m (duzentos metros);

VIII - o afastamento entre painéis e/ou agrupamento de painéis e outdoor ou agrupamento de outdoor não poderá ser inferior a 100m (cem metros);

IX - somente poderão ser divulgados anúncios com mensagens publicitárias, institucionais ou mistas;

X - quando iluminado, toda a instalação elétrica deverá ser embutida em tubulação apropriada;

XI - será exigida autorização para todas as faces exploradas e para aquelas visíveis e não exploradas será exigido tratamento estético;

XII - o nome do concessionário e o número do engenho deverão estar em local visível e sempre voltados para a via.

Art. 26. Ao painel eletrônico instalado em imóvel, aplicam-se as normas estabelecidas no art. 25 associada às seguintes regras:

I - sua localização será permitida apenas em imóveis voltados para vias enquadradas como Expressa (VE) e Arterial I (VA-I);

II - a área máxima do quadro não poderá ultrapassar 40m² (quarenta metros quadrados) ou 60m² (sessenta metros quadrados) para imóveis na BR-324, e altura máxima em relação à cota de implantação não poderá ser superior à 15m (quinze metros), salvo nos terrenos em declive, quando a altura máxima será medida em relação ao meio-fio que lhe for fronteiro;

III - o afastamento mínimo entre painéis eletrônicos não poderá ser inferior a 300m (trezentos metros).

Art. 27. Ao painel eletrônico instalado em carroceria de caminhão, aplicam-se as seguintes regras:

I - sua localização será permitida apenas nas vias enquadradas como Expressa (VE) e Arterial I (VA-I);

II - o afastamento para agrupamentos e/ou unidades isoladas de Outdoors e Painéis não poderá ser inferior a um raio de 100m (cem metros);

III - o veículo não poderá circular com o equipamento funcionando e/ou excedendo a largura da carroceria do veículo;

IV - a área máxima do quadro do painel eletrônico na carroceria de caminhão não poderá ultrapassar 18m² (dezoito metros quadrados) e a altura máxima não poderá ser superior a 5m (cinco metros) em relação à implantação na carroceria;

V - o painel não poderá ter projeção sobre o passeio.

Art. 28. Ao painel comunitário, sem prejuízo das demais normas deste Decreto, aplicam-se as seguintes regras:

I - sua localização será permitida apenas nas Zonas Especiais de Interesse Social-ZEIS definidas pela Lei nº 9.069, de 2016, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU;

II - sua instalação será permitida nas Vias Locais-VL definidas pela Lei nº 9148, de 2016 - LOUOS;

III - admite-se a instalação nas Vias Coletoras I e II desde que as mesmas estejam dentro do perímetro interno das ZEIS;

IV - sua instalação será permitida apenas em base preexistente;

V - a base preexistente onde será instalado o painel deverá ser rebocada e pintada ou revestida;

VI - a dimensão permitida é de 2mx1m (dois metros por 1 metro);

VII - o afastamento mínimo entre painéis não poderá ser inferior a 100m (cem metros);

VIII - admite-se agrupamento de painéis sempre do mesmo concessionário, composto de no máximo 02 (duas) unidades, com afastamento máximo entre si de 50cm (cinquenta centímetros);

IX - admite-se instalação do Painel Comunitário em muro de edificações residenciais, desde que autorizado pelo proprietário;

X - não poderá avançar sobre o passeio;

XI - o nome do concessionário e o número do engenho deverão estar em local visível e sempre voltados para a via.

CAPÍTULO IV DA PUBLICIDADE EM VEÍCULOS

Art. 29. A publicidade identificadora poder ser utilizada em veículos do tipo caminhão, caminhonete, ônibus, microônibus, automóvel, moto e similares, observadas as seguintes exigências:

I - o anúncio só poderá ser veiculado no espaço correspondente à carroceria;

II - só poderão ser utilizadas películas auto-adesivas, pinturas ou quadros com no máximo 3cm (três centímetros) de espessura;

III - a publicidade fica limitada à marca, produtos ou serviços da empresa proprietária ou arrendatária do veículo.

§ 1º A taxa para o licenciamento será calculada por unidade de veículo, porte e por ano.

§ 2º As exigências contidas nos incisos I a III deste artigo não se aplicam ao transporte coletivo público.

Art. 30. Ao veículo utilizado como "taxi" aplicam-se as seguintes exigências:

I - fica proibida a aplicação de anúncio em qualquer parte da carroceria do veículo; permitindo-se nesta área apenas a pintura oficial do táxi e a marca identificadora de empresa, com dimensões máximas de 50cm x 25cm (cinquenta centímetros de comprimento por vinte e cinco centímetros de altura);

II - fica permitida a veiculação de anúncios na área envidraçada traseira do veículo ou em elemento próprio, no teto do veículo, atendendo às normas estabelecidas pelo Código Brasileiro de Trânsito:

- O material utilizado na área envidraçada traseira deverá apresentar transparência mínima de 50% (cinquenta por cento) de visibilidade de dentro para fora do veículo;
- O veículo deverá possuir espelhos retrovisores externos direito e esquerdo;
- O elemento instalado no teto do veículo deverá estar no sentido longitudinal, com altura máxima de trinta e cinco centímetros, largura máxima de cento e dez centímetros, não podendo,

entretanto, ultrapassar os limites do teto ou na capota do veículo, podendo ser iluminado, desde que com intensidade inferior às das lanternas traseiras.

Parágrafo único. A taxa para o licenciamento será calculada por unidade de veículo, porte e por ano.

Art. 31. Aos veículos do tipo ônibus, microônibus e similares destinados ao transporte público coletivo será permitida a veiculação de mensagens publicitárias mediante a utilização de películas auto-adesivas, na traseira da carroceria ou na área envidraçada traseira do veículo, limitada, a área máxima de 2m² (dois metros quadrados) com dimensões máximas de 2mx1m (dois por um metro).

§ 1º Somente será permitida a aplicação de películas auto-adesivas na área envidraçada traseira se o veículo dispuser de tecnologia CFTV para monitoramento do interior, atendidas as normas estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções do CONTRAN.

§ 2º A taxa para o licenciamento será calculada por unidade de veículo, porte e por ano.

§ 3º Nos espaços destinados à identificação oficial do sistema de transportes urbanos não será permitida publicidade.

Art. 32. Será permitida a veiculação de mensagens publicitárias nos trens e metrô na parte externa através de utilização de películas auto-adesivas, excetuadas as partes envidraçadas e os espaços destinados à identificação oficial do sistema de transportes urbanos.

§ 1º A taxa para o licenciamento será calculada por unidade de veículo, porte e por ano.

§ 2º Para efeito de cobrança de taxa de licenciamento, considera-se cada vagão uma unidade de veículo pesado.

TÍTULO IV OBRIGAÇÕES, RESTRIÇÕES E PROIBIÇÕES

Art. 33. As obrigações, no que tange a "mensagem" contida na publicidade são:

I - todas as peças publicitárias de bebidas alcoólicas, deverão obrigatoriamente conter a seguinte frase: "BEBER E DIRIGIR É CRIME" - inscrita em retângulo que ocupe no mínimo uma área correspondente a 5% (cinco por cento) da dimensão total da publicidade;

II - todas as peças publicitárias de locais ou estabelecimento de motel, casa de massagem, eventos para adultos e similares, deverão obrigatoriamente conter a seguinte frase: "PROSTITUIÇÃO INFANTIL É CRIME" - inscrita em retângulo que ocupe no mínimo uma área correspondente a 5% (cinco por cento) da dimensão total da publicidade;

III - todas as peças publicitárias para lançamento de empreendimento imobiliário deverão obrigatoriamente informar o número do Alvará de Licença para construção ou Habite-Se.

Art. 34. Fica proibida veiculação de "mensagem" que:

I - utilize incorretamente o vernáculo, exceto na veiculação de marcas registradas;

II - favoreça ou estimule qualquer espécie de ofensa ou discriminação racial, sexual, social ou religiosa;

III - contenha elementos que possam induzir a atividades criminosas ou ilegais, ao uso de drogas, a violência, ou que possam favorecer, enaltecer ou estimular tais práticas;

IV - seja considerada atentatória, em linguagem ou alegoria, à moral pública;

V - promova produtos proibidos;

VI - contrarie a legislação ordinária, especialmente a Legislação Eleitoral, Penal, o Código de Defesa do Consumidor e o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

VII - utilize placa com o padrão de sinalização viária contendo mensagem que não seja de sinalização viária.

Art. 35. Fica proibida a colocação de qualquer meio ou exibição de anúncio, seja qual for sua finalidade, forma ou composição nos seguintes casos:

I - quando impeça ou comprometa, mesmo que parcialmente, a visualização de imóveis e outros bens significativos;

II - sempre que prejudique a paisagem natural e construída ou a perspectiva visual;

III - quando prejudique o insonejamento e/ou a aeração da edificação em que estiver colocado ou das edificações vizinhas;

IV - quando comprometa direitos de terceiros;

V - em obras d'arte, viadutos, pontes, túneis, elevados, passarelas, cais e semelhantes, ainda que de domínio estadual ou federal;

VI - em áreas públicas, exceto nas condições estabelecidas neste Decreto;

VII - quando, devido às suas dimensões, formas, cores, luminosidade ou por qualquer outro motivo, prejudique a perfeita visibilidade e compreensão dos sinais de trânsito e de combate a incêndio, a numeração imobiliária, a denominação dos logradouros e outras mensagens destinadas à orientação do público;

VIII - em árvores;

IX - em poste de sinalização de trânsito ou de iluminação pública, exceto as



institucionais de interesse público devidamente autorizado pelo Município;

X - nas partes externas de hospital, pronto-socorro e posto de atendimento médico, exceto a publicidade identificadora e os de eventos relacionados com a área da saúde;

XI - nas Áreas de Preservação Permanente-APP definidas no art. 4º do Código Florestal regulamentado pela Lei Federal nº 12.651, de 2012, a exemplo de margens de rios, lagos, lagoas, represas, rios canalizados; manguezais; restingas como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues; encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, dentre outras;

XII - em monumentos tombados pela União, Estado ou Município, exceto quando autorizado pelas instituições das respectivas esferas de poder;

XIII - em edificações de uso exclusivamente residencial;

XIV - na pavimentação das vias e nos meios-fios;

XV - nas calçadas e passeios, exceto o Mobiliário Urbano regulamentado pelo Município;

XVI - em praças, calçadões, parques e jardins, exceto nos casos previstos neste Decreto;

XVII - nas praias e nos imóveis situados na primeira quadra da área de borda marítima, exceto:

- a) quando em eventos culturais ou esportivos com duração máxima de 10 (dez) dias;
- b) por motivos institucionais;
- c) sob a forma de patrocínio, condicionado ao interesse público;
- d) em se tratando de letreiro identificador e misto em suporte preexistente;
- e) em elementos do mobiliário urbano;
- f) em estrutura independente, quando por qualquer razão não for possível a utilização de base pré-existente, caso em que a área deverá estar inscrita em um quadrado com até 1m (um metro) de lado.

XVIII - nas marquises, varandas de edificações, lajes e nos toldos;

XIX - nas fachadas dos imóveis em construção e/ou equipamento de obra;

XX - em muros de terreno baldio;

XXI - sem acabamento final adequado em todas as suas superfícies ou que não esteja bem conservado, no que tange a estabilidade, resistência dos materiais e aspecto visual, ou que não ofereça condições de segurança ao público;

XXII - quando colado, pintado ou fixado nas colunas, gradis e demais partes externas da edificação;

XXIII - nas partes internas e externas de cemitérios, exceto o letreiro identificador;

XXIV - em cavaletes ou similares, nos logradouros públicos;

XXV - em equipamentos contra incêndio;

XXVI - em posição que venha obstruir a visualização de engenhos já existentes;

XXVII - através de mensagens veiculadas por placas, faixas, standartes, galhardete, flâmulas ou bandeiras portados por pessoas, exceto as institucionais, culturais de interesse público devidamente autorizado pelo Município;

XXVIII - em bandeirolas e cartazes com anúncios voltados para o logradouro público.

Art. 36. Durante o período do Carnaval, nas poligonais definidas por ato do Chefe do Executivo, a publicidade ficará restrita aos patrocinadores oficiais do evento.

TÍTULO V

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

CAPÍTULO I

DA AUTORIZAÇÃO

Art. 37. A colocação de quaisquer anúncio e engenho publicitário, ainda que localizado em áreas de domínio privado, fica sujeita à liberação, pelo órgão licenciador, do Alvará de Publicidade, Autorização para Publicidade Provisória ou Autorização Especial de Publicidade e pagamento das respectivas taxas.

§ 1º As taxas serão calculadas de acordo com o Código Tributário e de Rendas do Município.

§ 2º Quando a solicitação não se enquadrar nas tabelas do Código Tributário e de Rendas do Município, o cálculo deverá ser efetuado pelo item que guardar maior identidade com aquele solicitado.

§ 3º A solicitação da autorização para instalação de engenhos e de outros meios deverá ser acompanhado dos documentos dispostos na Carta de Serviço do órgão competente.

§ 4º A autorização para a instalação de engenhos permanentes será concedida pelo prazo máximo de 1 (um) ano, em conformidade com a validade do Alvará de Funcionamento.

§ 5º O engenho deverá ser instalado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do deferimento da solicitação, podendo este prazo ser prorrogado por até 60 (sessenta) dias corridos, mediante requerimento e deferimento.

Art. 38. A autorização para a instalação de outdoor, painel autoportante permanente,

painel em topo de prédio, painel em empenas, painel comunitário, painel em carroceria de veículo e a veiculação de mensagem publicitária em veículos de transporte coletivo, só será concedida quando requerida por Empresa de Publicidade cadastrada no órgão competente.

§ 1º Havendo cancelamento, por interesse do Poder Público, do engenho licenciado, a empresa proprietária do mesmo fica com o crédito, referente ao período restante da autorização, que poderá ser utilizado para um novo engenho de igual porte.

§ 2º Quando, por força de obra de conservação do engenho especial, ocorrer a desmontagem de sua estrutura, o órgão licenciador deverá ser comunicada pelo interessado.

Art. 39. Qualquer alteração nas características físicas do engenho e outros meios, a sua substituição por outro, mudança do local de instalação, assim como a transferência de proprietário a qualquer título, deverá ser solicitada ao órgão licenciador e implicará em revisão e nova autorização.

Art. 40. A publicidade do Mobiliário Urbano e os Identificadores de Logradouro, assim como seus prazos e forma de taxaço, serão definidos em contrato específico com Município, na forma da Lei.

Art. 41. O licenciamento dos anúncios não visíveis de logradouro público, instalados em locais de acesso ao público, como centro de convenções, estádios, autódromos, estações de metro, trem, aeroporto, rodoviária, terminal marítimo e assemelhados deverá ser realizado através da concessionária ou administradora do empreendimento.

Art. 42. Os pedidos de autorização de que trata este Capítulo serão analisados e receberão despacho decisório no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que o pedido for protocolado no órgão competente.

§ 1º O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado por igual período, quando, por motivo justificado, não se completarem as diligências que o processo exigir.

§ 2º As diligências que dependem do requerente e a este comunicada oficialmente interrompem quaisquer prazos até o efetivo atendimento da solicitação, fato este registrado no processo.

§ 3º O não atendimento, pelo requerente, ao convite formulado para cumprimento das diligências dentro do prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data da emissão do convite, prorrogável por motivo justificado, implicará no imediato indeferimento do processo.

CAPÍTULO II

DA AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE PUBLICIDADE

Art. 43. Para instalação de publicidade fora do local de funcionamento a autorização deverá ser requerida através da Autorização Especial de Publicidade, observadas as seguintes regras:

I - a autorização deverá ser requerida pela empresa Matriz;

II - o Alvará de Funcionamento utilizado para solicitar a autorização será o da empresa Matriz;

III - a autorização terá validade de até 6 (seis) meses, vinculada a Autorização Especial de Funcionamento.

IV - os documentos necessários para o licenciamento constam na Carta de Serviço.

CAPÍTULO III

DA RENOVAÇÃO E CANCELAMENTO DO ALVARÁ DE PUBLICIDADE

Art. 44. O Alvará de Publicidade poderá ser renovado automaticamente pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, em conformidade com a validade do Alvará de Funcionamento, mediante o pagamento da taxa.

Art. 45. O Alvará de Publicidade e a Autorização Especial de Publicidade poderão ser:

I - cancelados:

- a) por solicitação do interessado, mediante solicitação;
- b) quando a publicidade não for instalada no prazo estabelecido, sem justificativa;
- c) pelo não pagamento da taxa de autorização, até a data do vencimento.

II - cassados:

- a) quando for constatada sua instalação fora do local previamente autorizado;
- b) por infringência a qualquer disposição deste Decreto, observado o devido processo legal.

III - revogados: quando comprovado relevante interesse público à não

instalação do engenho.

IV - anulados: pela autoridade imediatamente superior a que o concedeu quando constatada irregularidade na sua concessão.

Parágrafo único: Em caso de cancelamento, cassação, revogação e anulação da licença, toda a estrutura do engenho deverá ser retirada sob pena de adoção de medidas fiscais cabíveis.

CAPITULO IV

DO CADASTRO DE EMPRESAS

Art. 46. Para efeito do cadastro, deverá a empresa de publicidade requerer sua inscrição junto ao órgão licenciador, anexando os documentos estabelecidos na Carta de Serviço do referido órgão.

§ 1º A validade do cadastro será do ano em exercício.

§ 2º As empresas de publicidade deverão fornecer ao Município as coordenadas geográficas dos engenhos licenciados, conforme orientação técnica descrita na Carta de Serviço do Órgão Licenciador.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 47. São considerados, para os efeitos deste Decreto, responsáveis pelos engenhos e outros meios de divulgação:

I - os profissionais responsáveis pelo projeto e instalação, habilitados pelo órgão competente, em relação aos aspectos técnicos;

II - o proprietário ou a empresa detentora da autorização, quanto à conservação, manutenção e segurança;

§ 1º Considera-se proprietário do engenho e outros meios publicitários, a pessoa física ou jurídica indicada em campo próprio no formulário de autorização.

§ 2º Responde solidariamente com o proprietário e/ou a empresa detentora da autorização, o anunciante da mensagem veiculada, o proprietário do imóvel e/o condomínio onde o engenho foi instalado.

Art. 48. Se o profissional responsável pelo projeto, cálculo, instalação ou manutenção do engenho e outros meios, solicitar baixa de sua responsabilidade perante o Município ou tiver seu registro profissional suspenso pelo órgão competente, fica o proprietário do engenho obrigado a providenciar sua substituição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de cancelamento da autorização.

Art. 49. Os particulares, autorizados a instalar engenhos em área pública ficam obrigados a:

I - execução ou recuperação e manutenção do passeio da área frontal;

II - urbanização e manutenção da área de entorno do engenho ou do grupo de engenhos, no limite de 4,00m (quatro metros) ao redor, medidos em projeção horizontal, a partir dos extremos do(s) engenho(s).

CAPÍTULO VI

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 50. Consideram-se infrações passíveis de punição:

I - exibir anúncios sem a devida autorização do órgão licenciador;

II - exibir anúncios em desacordo com as características aprovadas;

III - exibir anúncios fora dos prazos constantes da autorização;

IV - não atender determinação da autoridade competente quanto à retirada do engenho e de outros meios;

V - não manter o engenho e outros meios, em bom estado de conservação;

VI - não observância das normas previstas neste Decreto.

Art. 51. Os engenhos e outros meios de publicidade que forem encontrados sem a necessária autorização ou em desacordo com as disposições deste Decreto serão retirados e apreendidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades aos responsáveis.

§ 1º Caso não seja solicitada sua devolução no prazo de 30 (trinta) dias após a retirada, o material poderá ser doado a instituições de caráter social ou aos órgãos municipais de obras ou ação social.

§ 2º Pela permanência do material apreendido, será cobrado os valores estabelecidos no Decreto de Preços Públicos e pela retirada será cobrado os custos de remoção acrescidos de 30% (trinta por cento).

§ 3º Os engenhos e outros meios fixados com material colante, que venham sofrer danos durante a retirada ou apreensão, a exemplo de publicidades coladas em postes públicos, não serão devolvidos nem ressarcidos.

Art. 52. As penalidades serão aplicadas nos termos do Anexo III deste Decreto, devendo ser cumulativas, desde que ocorra mais de uma infração.

Art. 53. Aplicam-se, no que couber, as disposições da Lei nº 5.503, de 1999, relativas às infrações e penalidades, bem como ao processo fiscal administrativo e à fiscalização do poder de polícia.

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 54. Compete ao órgão licenciador a aplicação das normas constantes do presente Decreto, podendo o seu Titular baixar normas e rotinas complementares.

Art. 55. A instalação de engenhos e outros meios publicitários em imóvel de propriedade pública dependerá de licitação ou permissão, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 56. O Município poderá, mediante celebração de termo próprio e observada a legislação pertinente, estabelecer parceria com a iniciativa privada para patrocínio, prestação de serviços, execução de obras, implantação de equipamentos e mobiliário urbano, como contrapartida à autorização de publicidade em espaços públicos da cidade.

Art. 57. Por ocasião de eventos populares e/ou institucionais, a critério do Poder Executivo Municipal, poderão ser expedidos atos administrativos especiais dispondo sobre a publicidade, observados os princípios estabelecidos neste Decreto.

Art. 58. Para todos os engenhos e outros meios de publicidade, instalados em data anterior a publicação deste Decreto, será obrigatória a comprovação de autorização e/ou do direito de uso do local público ou privado.

Parágrafo único. Para todos os engenhos e outros meios de publicidade, instalados em data anterior a publicação deste Decreto, os responsáveis terão um prazo de 05 (cinco) anos para sua adequação.

Art. 59. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 60. Ficam revogados os Decretos nº 12.392, de 1999, nº 12.642, de 2000, nº 14.973, de 2004, nº 21.571, de 2011, nº 23.907, de 2013, nº 25.109, de 2014 nº e 26.422, de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 11 de dezembro de 2017.

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO
Prefeito

JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO
Chefe de Gabinete do Prefeito

JOSÉ SÉRGIO DE SOUSA GUANABARA
Secretário Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo

Anexo I: Características

Animação	É a característica relativa à movimentação das mensagens: I. estático - meio cujas mensagens não são dotadas de qualquer movimento; II. dinâmico - meio que apresenta alguma forma de movimento mecânico, elétrico, eletrônico, eólico ou hidráulico.
Apresentação dos meios publicitários	É a característica que diz respeito ao aspecto como a mensagem é mostrada: I. não iluminado - meio que não dispõe de qualquer fonte de iluminação; II. iluminado - meio dotado de iluminação a partir da fonte própria, interna, externa ou projetada.
Complexidade	É a característica técnica funcional dos meios: I. simples - meio que não oferece riscos à população; II. especial - meio que oferece riscos potenciais à população, seja por suas dimensões, por apresentar dispositivos mecânicos, elétricos ou eletrônicos, apresentando uma das seguintes características: a) disponha de área de exposição por face superior a 30,0 m² (trinta metros quadrados); b) possua dispositivos mecânicos, elétricos, eletrônicos, eólicos ou hidráulicos; c) iluminado com tensão superior a 220 volts; d) que utilize gás no seu interior; e. que possua acréscimos laterais, frontais ou com animação dinâmica durante o período de exibição do anúncio.
Mensagem	É o uso organizado de sinais que servem de suporte à comunicação, sendo transmitida através de anúncio. A mensagem pode ser: I. identificadora - aquela que identifica o nome e/ou a atividade principal exercida no local de funcionamento do estabelecimento; II. publicitária - aquela que divulga exclusivamente propaganda; III. mista - aquela que transmite mensagem orientadora, institucional ou identificadora, associada à mensagem publicitária; IV. indicativa ou orientadora - aquela que contém orientações ou serviços das instituições públicas, podendo ser indicadores de logradouros, direção de bairros, parada de coletivos, hora e temperatura, e outros; V. institucional - aquela que transmite informações do poder público, organismos culturais, entidades representativas da sociedade, entidades beneficentes e similares, sem finalidade comercial.
Mobilidade	É a característica que se relaciona com o deslocamento: I. fixo - meio que não pode ser deslocado; II. móvel - meio que pode ser deslocado em bases móveis.



Suporte	O suporte pode ser: I. preexistente - são as superfícies existentes que podem ser utilizadas com a função de sustentação dos anúncios; II. estrutura independente / autoportante - são estruturas autônomas, construídas especialmente para a sustentação dos anúncios.
---------	---

Anexo II: Conceitos e Definições

Acréscimo / aplique	Saliências integrantes do layout do engenho, utilizadas como complemento da idéia, e que não se apresentam constituindo superfícies contínuas ao quadro do engenho.
Aeração da edificação	Ventilação ou renovação do ar de um ambiente e/ou cômodo de uma edificação.
Afastamento entre engenhos	Medida linear, em projeção horizontal, entre as bordas laterais de dois engenhos.
Altura máxima do engenho	É a medida entre o ponto mais alto do engenho até a base de implantação.
Anúncio	Qualquer manifestação que, por meio de palavras, imagens, efeitos luminosos ou sonoros, divulga idéias, marcas, produtos ou serviços, identificando ou promovendo estabelecimentos, instituições, pessoas ou coisas, assim como oferta de benefícios.
Área do anúncio	Área da superfície que contém o anúncio.
Empena de prédio	Parede da edificação que não apresente abertura para iluminação, ventilação e insolação.
Engenho	Todo e qualquer dispositivo ou equipamento utilizado com o fim de veicular publicidade, tais como letreiro, painel, placa, outdoor, banner, estandarte, balão e outros que se enquadrem nessa definição.
Fachada	Qualquer das faces externas de uma edificação.
Fachada principal	Face externa da edificação, voltada para logradouro público.
Galeria	Espaço de livre acesso público, destinado à circulação de pedestres, em área externa ou interna das edificações.
Grafismo artístico	Painel mural contendo ilustração artística, que não contenham marcas de produtos ou serviços.
Insolejamento da edificação	Incidência do sol dentro de um ambiente ou compartimento da edificação.
Letreiro	Engenho contendo a indentificação ou marca do estabelecimento.
Local exposto ao público	Qualquer área, construção ou edificação, pública ou privada, onde sejam visualizados anúncios.
Logradouro público / rua	Espaço livre, reconhecido pela municipalidade, destinado ao trânsito, tráfego, comunicação ou lazer público.
Marca	Título, nome ou logomarca.
Marquise	Elemento da edificação, construído em balanço em relação à fachada, destinado a cobertura e proteção de transeuntes.
Meios	São os canais que transmitem as mensagens.
Outdoor	Engenho constituído em estrutura metálica, fixado em solo, podendo dispor de dupla face, destinado à colagem de folhas substituíveis, adesivos, lonas, com alta rotatividade de mensagens exibidas pelo período máximo de 30 (trinta) dias.
Painel	Engenho constituído de estrutura metálica, fixado em solo, destinado a exibição de publicidade.
Painel eletrônico	Painel luminoso para exibição de mensagens com imagens de alta definição sem utilização de som.
Painel orientador	São painéis orientadores as placas de sinalização viária, turística e outras placas indicativas, consideradas como de interesse público.
Paisagem Urbana	É a configuração resultante da contínua e dinâmica interação entre os elementos naturais, os elementos criados e edificados e o homem, em permanente referência de escala, forma, função e movimento.
Publicidade ou propaganda	É qualquer forma de propagação de idéias, marcas, produtos, mercadorias ou serviços.
Quadro	Superfície disponível para a colocação do anúncio.
Quota de anúncio	Coefficiente que multiplicado pela largura da(s) fachada(s) principal(is), expressa(s) em metro linear, fornece a área máxima a ser utilizada pelo engenho, em m² (metros quadrados).
Recuo da edificação	Distância, medida em projeção horizontal, entre as partes mais avançadas da edificação e as divisas do terreno ou lote.
Recuo frontal do engenho	Distância medida em projeção horizontal entre o ponto mais avançado do engenho e as divisas do terreno ou lote.
Testada(s) do(s) lote(s)	Divisa(s) do terreno, lindeira com o(s) logradouro(s) público(s) que lhes dão acesso.
Visibilidade	É a possibilidade de visualização de uma mensagem exposta em espaço externo ou interno da edificação.

Anexo III: Tabela de Multas

Art.	Descrição	Valor por unidade de medida	Publicidade não licenciada	Publicidade com licença vencida	Publicidade diferente do licenciado
			Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
50	Bóias/flutuantes	R\$/unidade/dia	3.600,00	1.800,00	600,00
50	Balões/outros infláveis	R\$/unidade/dia	3.600,00	1.800,00	600,00
50	Faixas rebocadas por avião	R\$/unidade/dia	3.600,00	1.800,00	600,00
50	Galhardete/estandartes/cavaletes/flâmulas/banner e similares	R\$/unidade/dia*	600,00	300,00	100,00
50	Folheto/prospecto/abano/similares	R\$/ponto/dia	600,00	300,00	100,00
50	Audiovisuais	R\$/unidade/dia	6.000,00	3.000,00	1.000,00

Art.	Descrição	Valor por unidade de medida	Publicidade não licenciada	Publicidade com licença vencida	Publicidade diferente do licenciado
			Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
50	Painel para lançamento imobiliário	R\$/m²	1.800,00	900,00	300,00
50	Tapume/protetor de obra	R\$/m²	600,00	300,00	100,00
50	Letreiro simples	R\$/m²	1.800,00	900,00	300,00
50	Letreiro especial	R\$/m²	3.600,00	1.800,00	600,00
50	Torre caixa d'água	R\$/m²	1.800,00	900,00	300,00
50	Muro	R\$/m²	1.800,00	900,00	300,00
50	Outdoor	R\$/unidade	18.000,00	9.000,00	3.000,00
50	Outdoor especial	R\$/unidade	24.000,00	12.000,00	4.000,00
50	Painel em topo de prédio	R\$/m²	30.000,00	15.000,00	5.000,00
50	Painel em empena	R\$/m²	30.000,00	15.000,00	5.000,00
50	Painel simples	R\$/m²	24.000,00	12.000,00	4.000,00
50	Painel especial	R\$/m²	30.000,00	15.000,00	5.000,00
50	Publicidade identificadora em veículos pesados (ônibus/caminhões/caminhonetes/similares)	R\$/unidade	3.600,00	1.800,00	600,00
50	Publicidade em veículos pesados (ônibus/caminhões/caminhonetes/similares)	R\$/unidade	6.000,00	3.000,00	1.000,00
50	Publicidade identificadora em veículos leves (automóveis, motos, bicicletas/similares)	R\$/unidade	1.800,00	900,00	300,00
50	Publicidade em veículos leves (automóveis, motos, bicicletas/similares)	R\$/unidade	3.600,00	1.800,00	600,00
50	Veículos sobre trilhos (metrô/trem)	R\$/vagão	6.000,00	3.000,00	1.000,00
50	Mobiliário urbano	R\$/unidade	1.800,00	900,00	300,00
50	Engenhos não classificados	R\$	200,00 a 10.000,00		
33 e 34	Exibir publicidade com mensagens proibidas	R\$	200,00 a 10.000,00		
35	Colocação de publicidade proibida	R\$	200,00 a 10.000,00		

Nota: Na hipótese de regularização, a multa poderá ser atenuada em 50% observando-se o limite mínimo previsto na Lei 5503 de 17 de fevereiro de 1999.
Esta tabela deve ser atualizada anualmente de acordo com a Secretaria Municipal da Fazenda
* No caso dos estandartes/banners e assemelhados possuírem área superior a 5,00m²(cinco metros quadrados), o cálculo da multa deverá ter como unidade o múltiplo de cinco correspondente, ou seja: se a área do banner for 100,00m², o valor correspondente a 20 banners será :100,00/5,00=20 unidades.

DECRETO Nº 29.258 de 01 de dezembro de 2017

PUBLICADO NO DOM DE 02 A 04/12/2017
REPUBLICADO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÃO

Acrescenta dispositivo à Tabela nº 14 - Preço por Serviços de Trânsito do Decreto nº 25.747, de 22 de dezembro de 2014, na forma que indica.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições e com fundamento no inciso V do art. 52 da Lei Orgânica do Município e no art. 203 da Lei nº 7.186, de 27 de dezembro de 2006, Código Tributário e de Rendas do Município do Salvador,

DECRETA:

Art. 1º Acrescenta o Código 14.16 na Tabela nº 14 - Preço por Serviços de Trânsito do Decreto nº 25.747/2014, com a redação constante no Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 01 de dezembro de 2017.

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO
Prefeito

JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA COSTA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PAULO GANEM SOUTO
Secretário Municipal da Fazenda

ANEXO ÚNICO

DECRETO Nº 29.258/2017

CÓDIGO 14.16 DA TABELA 14 DO DEC. Nº 25.747/2014

PREÇO POR SERVIÇOS DE TRÂNSITO

TABELA Nº 14					
PREÇO POR SERVIÇOS DE TRÂNSITO					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO	MEDIDA	VALOR (R\$)	VALOR ADICIONAL (R\$)
14.16	Curso de Formação e/ou Reciclagem para Monitores de Tráfego		Hora / aula	80,00	

DECRETOS SIMPLES

DECRETOS de 11 de dezembro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Nomear **ANDREA DE OLIVEIRA PINTO**, para exercer o cargo em comissão de Gerente, Grau 53, da Unidade de Pronto Atendimento Valéria, Tipo III, D3 - Distrito Sanitário São Caetano/Valéria, da Secretaria Municipal da Saúde e exonerar, a pedido, do mesmo cargo, **IVANEIDE DOS SANTOS CARVALHO**.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Nomear **IVANEIDE DOS SANTOS CARVALHO**, para exercer o cargo em comissão de Gerente Tipo III, Grau 53, Gerência da Unidade de Emergência, Tipo D3, da UPA São Cristóvão - Distrito Sanitário Itapuã, da Secretaria Municipal da Saúde e exonerar, a pedido, do mesmo cargo, **LORENA MARIA BUSTANI CARNEIRO**.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo 5650/2017-SMED e com fundamento no artigo 47 da Lei Complementar nº 01/91.

RESOLVE:

Considerar exonerada, a pedido, desde 15/09/2017, a servidora **DINORA DOS ANJOS MENESES**, matrícula 871164, do cargo de Agente de Suporte Operacional e Administrativo em extinção, na área de qualificação de Agente de Suporte de Serviços Copa e Cozinha, Código 3630, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo 952/2017-SMED e com fundamento no artigo 47 da Lei Complementar nº 01/91.

RESOLVE:

Considerar exonerada, a pedido, desde 28/02/2017, a servidora **JOMARIA ALESSANDRA QUEIROZ DE C. ARAÚJO**, matrícula 881925, do cargo de Coordenador Pedagógico I, código 8021, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo 1980/2017-SMED e com fundamento no artigo 47 da Lei Complementar nº 01/91.

RESOLVE:

Considerar exonerada, a pedido, desde 30/04/2017, a servidora **OLGA MARIA DA PAIXÃO PESSOA**, matrícula 878876, do cargo de Coordenador Pedagógico I, código 8021, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo 998/2017-PGMS e com fundamento no artigo 47 da Lei Complementar nº 01/91.

RESOLVE:

Considerar exonerada, a pedido, desde 01/09/2017, a servidora **OLGA MARIA BOMFIM DIAS**, matrícula 810845, do cargo de Analista de Gestão Pública Municipal, na área de qualificação de Analista em Gestão de Pessoas, código 5430, lotada na PGMS - Procuradoria Geral do Município do Salvador.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 11 de dezembro de 2017.

RETIFICAÇÃO

No Decreto s/n de 17/11/2017, publicado no DOM de 18/11/2017, referente a nomeação de **MARCELA ALMEIDA MUHANA**,

Onde se lê: Nomear **MARCELA ALMEIDA MUHANA**, para exercer o cargo em comissão de Subcoordenador I...

Leia-se: Nomear **MARCELA ALMEIDA MUHANA**, para exercer o cargo em comissão de Subcoordenador II...



GABINETE DO PREFEITO - GABP

PORTARIA Nº 77/2017

O CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Designar a servidora **IVETE SANTOS DA SILVA**, matrícula 795, para responder pela função de confiança de Encarregado, Grau 61, da Coordenadoria Administrativa, da Chefia de Gabinete do Prefeito, em substituição ao titular **LIDIOVAL MOTTA SANTOS**, matrícula 813, por motivo de férias, no período de 08/01 a 06/02/2018.

GABINETE DE CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO, em 11 de dezembro de 2017.

JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO
Chefe de Gabinete do Prefeito

RETIFICAÇÃO

Nos despachos finais, da Coordenação Administrativa do CAD/GABP publicada no Diário Oficial, no dia 06/12/2017, referente a servidora Maria do Socorro Pires Dietrich

Onde ler-se:

Quinquênio 4º e 5º

Leia-se:

Quinquênio 5º e 6º

RETIFICAÇÃO

Nos despachos finais, da Coordenação Administrativa do CAD/GABP publicada no Diário Oficial, no dia 06/12/2017, referente a Ingrid Behrmann da Conceição:

Onde ler-se:

Quinquênio 4º e 5º

Leia-se:

Quinquênio 6º e 7º

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ

PORTARIA Nº 139/2017

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DO SALVADOR no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece o inciso XI do art. 16 do Regimento Interno da SEFAZ, aprovado pelo Dec. nº 27.734, de 28 de setembro de 2016.

RESOLVE:

Designar os servidores **CIDÉLIA MARIA BISPO DOS SANTOS**, matrícula 870.535, **SÍLVIO BARBOSA URSULANO**, matrícula 23.964 e **RENILDO BORGES SANTIAGO**, matrícula 3920, para, sob a presidência da primeira, constituírem a comissão que realizará o inventário do patrimônio mobiliário desta Secretaria.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, em 07 de dezembro de 2017.

PAULO GANEM SOUTO
Secretário Municipal da Fazenda

PORTARIA Nº 140/2017

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DO SALVADOR no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece o inciso XI do art. 16 do Regimento Interno da SEFAZ, aprovado pelo Dec. nº 27.734, de 28 de setembro de 2016.

RESOLVE:

Designar, no período de 02 a 31 de janeiro de 2018, a servidora **MAGDA WEYHROTHER DE OLIVEIRA**, matrícula 880.230, Encarregada, para, cumulativamente, responder pela função de confiança de Chefe B, grau 63, do Setor de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas durante o afastamento legal da titular, **CILENE OLIVEIRA DE AZEVEDO**, matrícula 880.183, por motivo de férias.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, em 07 de dezembro de 2017.

PAULO GANEM SOUTO
Secretário Municipal da Fazenda

DESPACHOS FINAIS DO COORDENADOR DA COORDENADORIA DE

TRIBUTAÇÃO E JULGAMENTO - CTJ, DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

PORTARIA Nº 122/2016, artigo 1º, II, “a”

DEFIRO

Isenção do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis - ITIV referente ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR

Processo nº: 55950/2017

Interessado: ANGELA MARIA RICARDINA DE OLIVEIRA SANTOS

(Inscrição imobiliária nº 573.900-4)

Processo nº: 56175/2017

Interessado: ELANE MARIA MATOS DIAS

(Inscrição imobiliária nº 625.458-6)

Processo nº: 56133/2017

Interessado: ELINALDO SANTOS DE SOUSA

(Inscrição imobiliária nº 573.718-4)

Processo nº: 55956/2017

Interessada: JOSÉ VALDENIR DE ANDRADE

(Inscrição imobiliária nº 573.766-4)

Processo nº: 56024/2017

Interessada: LUCIMARE FERREIRA DIAS

(Inscrição imobiliária nº 565.102-6)

Processo nº: 54654/2017

Interessada: MAGNÓLIA OLIMPIA DE JESUS

(Inscrição imobiliária nº 560.115-0)

Processo nº: 54608/2017

Interessado: MARIA AUXILIADORA AMARAL MALHADO

(Inscrição imobiliária nº 569.441-8)

Processo nº: 47693/2017

Interessado: MÔNICA NASCIMENTO DE OLIVEIRA

(Inscrição imobiliária nº 573.712-5)

Processo nº: 55960/2017

Interessado: VALMIRO CALIXTO DOS SANTOS

(Inscrição imobiliária nº 573.836-9)

Salvador, 07 de dezembro de 2017.

VALDIR OLIVEIRA DE BRITO
Coordenador da CTJ

COORDENADORIA DE TRIBUTAÇÃO E JULGAMENTO

COMUNICADO DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

SETOR DE JULGAMENTO - SEJUL

Em atenção às determinações contidas no artigo 293-B, do CTRMS/Lei 7186.2006 em vigor, ficam intimados os contribuintes da Decisão da Primeira Instância, na forma da Ementa que segue copiada:

CONTRIBUINTE	LAYTYNHER CENTRO DE ODONTOLOGIA DA BAHIA S/S - ME
REPRESENTANTE LEGAL	MAGALHÃES ROCHA SANTANA BITTENCOURT - OAB-BA17.007
CGA	254.163/001-40
CNPJ	07.259.597/0001-32
PROCESSO N.	29695/2017
NFL	333.2017
FASE DE JULGAMENTO	PRIMEIRA INSTÂNCIA
JULGADOR (A):	JOSÉ ALMIR OLIVEIRA
EMENTA	OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. ISS. IMPUGNAÇÃO IMPROCEDENTE. MANUTENÇÃO DO LANÇAMENTO REFERENCIADO. RESTOU COMPROVADA A INSUFICIÊNCIA DE RECOLHIMENTO DO ISS DEVIDO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR SOCIEDADE DE PROFISSIONAIS ENQUADRADO NO ITEM 4.12 DA LISTA DE SERVIÇOS ANEXA A LEI 7.186/2006 DURANTE O PERÍODO FISCALIZADO. AMPARO NOS ARTS. 104, 105 E 106 DA LEI 7.186/06 OBSERVADO O DECRETO 17.671/07 DO PERÍODO 01/01/2008 ATÉ 15/07/2013 E ARTIGOS 104, 105, E 106 OBSERVADO O ARTIGO 87-B DA LEI 7.186/2006 ALTERADA PELA LEI 8.421/2013 E ARTIGO 5º DO DECRETO 17.671/2007. PENALIDADE APLICÁVEL: NO PERÍODO DE 01/01/2008 ATÉ 15/07/2013 - ARTIGO 112, XI DA LEI 7186/06; E NO PERÍODO A PARTIR DE 16/07/2013 A PARTIR 16/07/2013 - ARTIGO 112, I "A" DA LEI 7.186/2006 COM REDAÇÃO DA LEI 8.421/2013. DECISÃO DE QUE CABE RECURSO.

CONTRIBUINTE	LAYTYNHER CENTRO DE ODONTOLOGIA DA BAHIA S/S - ME
REPRESENTANTE LEGAL	MAGALHÃES ROCHA SANTANA BITTENCOURT - OAB-BA17.007
CGA	254.163/001-40
CNPJ	07.259.597/0001-32
PROCESSO N.	29691/2017
NFL	335.2017
FASE DE JULGAMENTO	PRIMEIRA INSTÂNCIA
JULGADOR (A):	JOSÉ ALMIR OLIVEIRA
EMENTA	OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. TFF. IMPUGNAÇÃO IMPROCEDENTE. MANUTENÇÃO DO LANÇAMENTO REFERENCIADO. RESTOU COMPROVADO A INSUFICIÊNCIA DE RECOLHIMENTO DA TFF. AMPARO NOS ARTS.140, 141 E 142 DA LEI 7.186/06 OBSERVADO O DEC. 17.671/07 A PARTIR DE 16/07/2013. PENALIDADE APLICÁVEL ART.144, I DA LEI 7186/06 A PARTIR 16/07/2013. DECISÃO DE QUE CABE RECURSO.

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

MARCOS PEREIRA BASTOS
Chefe do Setor de Julgamento

COORDENADORIA DE TRIBUTAÇÃO E JULGAMENTO

COMUNICADO DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

SETOR DE JULGAMENTO - SEJUL

Em atenção às determinações contidas no artigo 293-B, do CTRMS/Lei 7186.2006 em vigor, ficam intimados os contribuintes da Decisão da Primeira Instância, na forma da Ementa que segue copiada:

CONTRIBUINTE	SALVADOR SHOPPING S/A
REPRESENTANTE LEGAL/ ADVOGADO	GLEICY MICHELLA DE SOUZA LIMA (OAB/PE 31702) E OUTROS
INSC. IMOBILIÁRIA	679201-4
CNPJ	07.484.020/0001-24
PROCESSO N.	8808/2017
NFL	652.2016
FASE DE JULGAMENTO	PRIMEIRA INSTÂNCIA
JULGADOR:	GOETHE GOMES LEAL
E M E N T A	IPTU - LANÇAMENTO DO IMPOSTO. - ALTERAÇÃO DAS ÁREAS DE CONSTRUÇÃO E DE TERRENO, COM BASE NA MEDIÇÃO E EM LAUDO TÉCNICO. EXERCÍCIOS DE 2010 A 2012. IMPUGNAÇÃO DESTITUÍDA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA DA IMPUGNAÇÃO, COM FULCRO NA LEI 7186/2006 C/C DECRETO 17.671/2007 E NO CTN. MANUTENÇÃO DO LANÇAMENTO ORIGINAL. CABE RECURSO.

CONTRIBUINTE	SALVADOR SHOPPING S/A
REPRESENTANTE LEGAL/ ADVOGADO	ALEXANDRE DE ARAUJO ALBUQUERQUE (OAB/PE 25108)
INSC. IMOBILIÁRIA	679197-2
CNPJ	07.484.020/0001-24
PROCESSO N.	8978/2017
NFL	698.2016
FASE DE JULGAMENTO	PRIMEIRA INSTÂNCIA
JULGADOR:	GOETHE GOMES LEAL
E M E N T A	IPTU - LANÇAMENTO DO IMPOSTO. - ALTERAÇÃO DAS ÁREAS DE CONSTRUÇÃO E DE TERRENO, COM BASE NA MEDIÇÃO E EM LAUDO TÉCNICO. EXERCÍCIOS DE 2010 A 2012. IMPUGNAÇÃO DESTITUÍDA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA DA IMPUGNAÇÃO, COM FULCRO NA LEI 7186/2006 C/C DECRETO 17.671/2007 E NO CTN. MANUTENÇÃO DO LANÇAMENTO ORIGINAL. CABE RECURSO.

CONTRIBUINTE	SALVADOR SHOPPING S/A
REPRESENTANTE LEGAL/ ADVOGADO	GLEICY MICHELLA DE SOUZA LIMA (OAB/PE 31702) E OUTROS
INSC. IMOBILIÁRIA	679180-8
CNPJ	07.484.020/0001-24
PROCESSO N.	8991/2017
NFL	524.2016
FASE DE JULGAMENTO	PRIMEIRA INSTÂNCIA
JULGADOR:	GOETHE GOMES LEAL
E M E N T A	IPTU - LANÇAMENTO DO IMPOSTO. - ALTERAÇÃO DAS ÁREAS DE CONSTRUÇÃO E DE TERRENO, COM BASE NA MEDIÇÃO E EM LAUDO TÉCNICO. EXERCÍCIOS DE 2010 A 2012. IMPUGNAÇÃO DESTITUÍDA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA DA IMPUGNAÇÃO, COM FULCRO NA LEI 7186/2006 C/C DECRETO 17.671/2007 E NO CTN. MANUTENÇÃO DO LANÇAMENTO ORIGINAL. CABE RECURSO.

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

MARCOS PEREIRA BASTOS

Chefe do Setor de Julgamento

COORDENADORIA DE TRIBUTAÇÃO E JULGAMENTO

COMUNICADO DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

SETOR DE JULGAMENTO - SEJUL

Em atenção às determinações contidas no artigo 293-B, do CTRMS/Lei 7186.2006 em vigor, ficam intimados os contribuintes da Decisão da Primeira Instância, na forma da Ementa que segue copiada:

CONTRIBUINTE	SALVADOR SHOPPING S/A
REPRESENTANTE LEGAL/ ADVOGADO	GLEICY MICHELLA DE SOUZA LIMA (OAB/PE 31702) E OUTROS
INSC. IMOBILIÁRIA	679168-9
CNPJ	07.484.020/0001-24
PROCESSO N.	9156/2017
NFL	578.2016

FASE DE JULGAMENTO	PRIMEIRA INSTÂNCIA
JULGADOR:	GOETHE GOMES LEAL
E M E N T A	IPTU - LANÇAMENTO DO IMPOSTO. - ALTERAÇÃO DAS ÁREAS DE CONSTRUÇÃO E DE TERRENO, COM BASE NA MEDIÇÃO E EM LAUDO TÉCNICO. EXERCÍCIOS DE 2010 A 2012. IMPUGNAÇÃO DESTITUÍDA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA DA IMPUGNAÇÃO, COM FULCRO NA LEI 7186/2006 C/C DECRETO 17.671/2007 E NO CTN. MANUTENÇÃO DO LANÇAMENTO ORIGINAL. CABE RECURSO.

CONTRIBUINTE	SALVADOR SHOPPING S/A
REPRESENTANTE LEGAL/ ADVOGADO	GLEICY MICHELLA DE SOUZA LIMA (OAB/PE 31702) E OUTROS
INSC. IMOBILIÁRIA	679170-0
CNPJ	07.484.020/0001-24
PROCESSO N.	9185/2017
NFL	542.2016
FASE DE JULGAMENTO	PRIMEIRA INSTÂNCIA
JULGADOR:	GOETHE GOMES LEAL
E M E N T A	IPTU - LANÇAMENTO DO IMPOSTO. - ALTERAÇÃO DAS ÁREAS DE CONSTRUÇÃO E DE TERRENO, COM BASE NA MEDIÇÃO E EM LAUDO TÉCNICO. EXERCÍCIOS DE 2010 A 2012. IMPUGNAÇÃO DESTITUÍDA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA DA IMPUGNAÇÃO, COM FULCRO NA LEI 7186/2006 C/C DECRETO 17.671/2007 E NO CTN. MANUTENÇÃO DO LANÇAMENTO ORIGINAL. CABE RECURSO.

CONTRIBUINTE	SALVADOR SHOPPING S/A
REPRESENTANTE LEGAL/ ADVOGADO	GLEICY MICHELLA DE SOUZA LIMA (OAB/PE 31702) E OUTROS
INSC. IMOBILIÁRIA	679179-4
CNPJ	07.484.020/0001-24
PROCESSO N.	9423/2017
NFL	594.2016
FASE DE JULGAMENTO	PRIMEIRA INSTÂNCIA
JULGADOR:	GOETHE GOMES LEAL
E M E N T A	IPTU - LANÇAMENTO DO IMPOSTO. - ALTERAÇÃO DAS ÁREAS DE CONSTRUÇÃO E DE TERRENO, COM BASE NA MEDIÇÃO E EM LAUDO TÉCNICO. EXERCÍCIOS DE 2010 A 2012. IMPUGNAÇÃO DESTITUÍDA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA DA IMPUGNAÇÃO, COM FULCRO NA LEI 7186/2006 C/C DECRETO 17.671/2007 E NO CTN. MANUTENÇÃO DO LANÇAMENTO ORIGINAL. CABE RECURSO.

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

MARCOS PEREIRA BASTOS

Chefe do Setor de Julgamento

COORDENADORIA DE TRIBUTAÇÃO E JULGAMENTO

COMUNICADO DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

SETOR DE JULGAMENTO - SEJUL

Em atenção às determinações contidas no artigo 293-B, do CTRMS/Lei 7186.2006 em vigor, ficam intimados os contribuintes da Decisão da Primeira Instância, na forma da Ementa que segue copiada:

CONTRIBUINTE	SALVADOR SHOPPING S/A
REPRESENTANTE LEGAL/ ADVOGADO	GLEICY MICHELLA DE SOUZA LIMA (OAB/PE 31702) E OUTROS
INSC. IMOBILIÁRIA	679091-7
CNPJ	07.484.020/0001-24
PROCESSO N.	9396/2017
NFL	669.2016
FASE DE JULGAMENTO	PRIMEIRA INSTÂNCIA
JULGADOR:	GOETHE GOMES LEAL
E M E N T A	IPTU - LANÇAMENTO DO IMPOSTO. - ALTERAÇÃO DAS ÁREAS DE CONSTRUÇÃO E DE TERRENO, COM BASE NA MEDIÇÃO E EM LAUDO TÉCNICO. EXERCÍCIOS DE 2010 A 2012. IMPUGNAÇÃO DESTITUÍDA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA DA IMPUGNAÇÃO, COM FULCRO NA LEI 7186/2006 C/C DECRETO 17.671/2007 E NO CTN. MANUTENÇÃO DO LANÇAMENTO ORIGINAL. DECISÃO DE QUE CABE RECURSO.

CONTRIBUINTE	SEMA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA - ME
REPRESENTANTE LEGAL	INAIÁ BARBOSA DE SOUZA MAIA E MARCIO ROBERTO SENA MACHADO
CGA	397.338/001-12



CNPJ	13.844.462/0001-37
PROCESSO N.	89067/2013
NFL	1579.2013
FASE DE JULGAMENTO	PRIMEIRA INSTÂNCIA
JULGADOR (A):	JOSÉ ALMIR OLIVEIRA
EMENTA	OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. ISS. IMPUGNAÇÃO IMPROCEDENTE. MANUTENÇÃO DO LANÇAMENTO REFERENCIADO.COMPROVADA FALTA DE RECOLHIMENTO E/OU RECOLHIMENTO COM INSUFICIÊNCIA PERÍODO DE 01/2013 A 06/2013 E 08/2013 SERVIÇOS PRESTADOS A TERCEIROS ITEM 11.02 DA LISTA DE SERVIÇOS ANEXA CTRMS. AMPARO NOS ARTS. 104, 105 E 106 DA LEI 7186/2006 OBS. DEC. 17671/2007, PERÍODO 01/01/2008 A 15/07/2013 E A PARTIR DE 16/07/2013. PENALIDADES ART. 112, XI DA LEI 7.176/2006, PERÍODO 01/01/2008 A 15/07/2013, E, ART. 112, I, "A" DA LEI 7.186/2006 COM REDAÇÃO DA LEI 8421/2013 A PARTIR 16/07/2013. DECISÃO DE QUE CABE RECURSO.

CONTRIBUINTE	JORGE ALBERTO FRANÇA PEREIRA - ME
REPRESENTANTE LEGAL	JORGE ALBERTO FRANÇA PEREIRA
CGA	442.276/001-92
CNPJ	08.219.884/0001-81
PROCESSO N.	50648/2014
NFL	381.2014
FASE DE JULGAMENTO	PRIMEIRA INSTÂNCIA
JULGADOR (A):	JOSÉ ALMIR OLIVEIRA
EMENTA	OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. ISS. IMPUGNAÇÃO IMPROCEDENTE. MANUTENÇÃO DO LANÇAMENTO REFERENCIADO.COMPROVADA FALTA DE RECOLHIMENTO E/OU RECOLHIMENTO COM INSUFICIÊNCIA PERÍODO DE 02/2013 A 05/2013, 07/2013, 09/2013, 10/2013, E 11/2013 REF. SERVIÇOS PRESTADOS A TERCEIROS ITEM 17.10 DA LISTA DE SERVIÇOS ANEXA CTRMS. AMPARO NOS ARTS. 104, 105 E 106 DA LEI 7186/2006 OBS. DEC. 17671/2007, PERÍODO 01/01/2008 A 15/07/2013, E, C/C DEC. 17671/2007 A PARTIR DE 16/07/2013. PENALIDADES ART. 112, XI DA LEI 7.176/2006, PERÍODO 01/01/2008 A 15/07/2013, E, 112, I, "A" DA LEI 7186/2006 COM REDAÇÃO DA LEI 8421/2013 A PARTIR DE 16/07/2013. DECISÃO DE QUE CABE RECURSO.

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

MARCOS PEREIRA BASTOS
Chefe do Setor de Julgamento

COORDENADORIA DE TRIBUTAÇÃO E JULGAMENTO

COMUNICADO DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

SETOR DE JULGAMENTO - SEJUL

Em atenção às determinações contidas no artigo 293-B, do CTRMS/Lei 7186.2006 em vigor, ficam intimados os contribuintes da Decisão da Primeira Instância, na forma da Ementa que segue copiada:

CONTRIBUINTE	SALVADOR SHOPPING S/A
REPRESENTANTE LEGAL / ADVOGADO	GLEICY MICHELLA DE SOUZA LIMA (OAB/PE 31702) E OUTROS
INSC. IMOBILIÁRIA	679176-0
CNPJ	07.484.020/0001-24
PROCESSO N.	9408/2017
NFL	600.2016
FASE DE JULGAMENTO	PRIMEIRA INSTÂNCIA
JULGADOR:	GOETHE GOMES LEAL
E M E N T A	IPTU - LANÇAMENTO DO IMPOSTO. - ALTERAÇÃO DAS ÁREAS DE CONSTRUÇÃO E DE TERRENO, COM BASE NA MEDIÇÃO E EM LAUDO TÉCNICO. EXERCÍCIOS DE 2010 A 2012. IMPUGNAÇÃO DESTITUÍDA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA DA IMPUGNAÇÃO, COM FULCRO NA LEI 7186/2006 C/C DECRETO 17.671/2007 E NO CTN. MANUTENÇÃO DO LANÇAMENTO ORIGINAL. CABE RECURSO.

CONTRIBUINTE	SALVADOR SHOPPING S/A
REPRESENTANTE LEGAL/ ADVOGADO	GLEICY MICHELLA DE SOUZA LIMA (OAB/PE 31702) E OUTROS
INSC. IMOBILIÁRIA	679199-9
CNPJ	07.484.020/0001-24
PROCESSO N.	8973/2017
NFL	618.2016
FASE DE JULGAMENTO	PRIMEIRA INSTÂNCIA
JULGADOR:	GOETHE GOMES LEAL

E M E N T A	IPTU - LANÇAMENTO DO IMPOSTO. - ALTERAÇÃO DAS ÁREAS DE CONSTRUÇÃO E DE TERRENO, COM BASE NA MEDIÇÃO E EM LAUDO TÉCNICO. EXERCÍCIOS DE 2010 A 2012. IMPUGNAÇÃO DESTITUÍDA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA DA IMPUGNAÇÃO, COM FULCRO NA LEI 7186/2006 C/C DECRETO 17.671/2007 E NO CTN. MANUTENÇÃO DO LANÇAMENTO ORIGINAL. CABE RECURSO.
-------------	---

CONTRIBUINTE	SALVADOR SHOPPING S/A
REPRESENTANTE LEGAL/ ADVOGADO	GLEICY MICHELLA DE SOUZA LIMA (OAB/PE 31702) E OUTROS
INSC. IMOBILIÁRIA	679207-3
CNPJ	07.484.020/0001-24
PROCESSO N.	8847/2017
NFL	530.2016
FASE DE JULGAMENTO	PRIMEIRA INSTÂNCIA
JULGADOR:	GOETHE GOMES LEAL
E M E N T A	IPTU - LANÇAMENTO DO IMPOSTO. - ALTERAÇÃO DAS ÁREAS DE CONSTRUÇÃO E DE TERRENO, COM BASE NA MEDIÇÃO E EM LAUDO TÉCNICO. EXERCÍCIOS DE 2010 A 2012. IMPUGNAÇÃO DESTITUÍDA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA DA IMPUGNAÇÃO, COM FULCRO NA LEI 7186/2006 C/C DECRETO 17.671/2007 E NO CTN. MANUTENÇÃO DO LANÇAMENTO ORIGINAL. CABE RECURSO.

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

MARCOS PEREIRA BASTOS
Chefe do Setor de Julgamento

Conselho Municipal de Tributos - CMT

PRIMEIRA CÂMARA JULGADORA

RECURSO RELATADO NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017 ÀS 09:10 HS.

PROCESSO Nº: 30405-2004
NOTIF. FISCAL DE LANÇAMENTO Nº: 1443 - 2004 - ISS
NOTIFICANTE (S): JOSE NILTON RIBEIRO COSTA
RECORRENTE: HOTEL PELOURINHO LTDA
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
ADVOGADO (A): FERNANDO ANTONIO DA SILVA NEVES E OUTROS
CONSELHEIRO RELATOR: EMANUEL FARO BARRETTO

EMENTA: ISS. OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. NULIDADE DO LANÇAMENTO. NÃO OCORRÊNCIA. ATIVIDADE DE HOSPEDAGEM. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONFIGURADA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. INCIDÊNCIA DO ISS. 1. A atividade de hospedagem envolve a prestação de serviço, consistindo em típica obrigação de fazer, atraindo a incidência do ISS. 2. Recurso conhecido e não provido, à unanimidade. NFL procedente.

Fica o contribuinte intimado a recolher o valor integral resultante da decisão de julgamento, observando os descontos contidos no artigo 19 da Lei nº 7.186/2006, com redação dada pela Lei nº 8.421/2013, ou interpor recurso de revisão nos termos dos artigos 307 e 310, e ainda o pedido de retificação previsto no artigo 294-D da supracitada lei, quando aplicável.

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

WELLINGTON DO CARMO CRUZ
Presidente do CMT

PRIMEIRA CÂMARA JULGADORA

RECURSO RELATADO NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017 ÀS 09:00 HS.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 31369-2014 - IPTU
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº: 399.111-3
RECORRENTE: EMPRESA BAIANA DE ALIMENTOS - EBAL
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
ADVOGADO (A): OSCAR LUIZ MENDONÇA DE AGUIAR E OUTROS
CONSELHEIRO RELATOR: EMANUEL FARO BARRETTO

EMENTA: IPTU. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE PELO CMT POR EXPRESSA VEDAÇÃO DO ART. 312-A DO CTRMS. BASE DE CÁLCULO. LAUDO DE AVALIAÇÃO APONTA VALOR VENAL SUPERIOR AO UTILIZADO NO LANÇAMENTO. MANUTENÇÃO DO VALOR DO LANÇAMENTO. 1. A base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel, assim considerado o valor atual de mercado. 2. Constatado, através de avaliação administrativa, que o valor venal é superior àquele adotado no lançamento, conclui-se pela manutenção do lançamento originário. Recurso conhecido e desprovido, à unanimidade.

Fica o contribuinte intimado a recolher o valor integral resultante da decisão de julgamento,

observando os descontos contidos no artigo 19 da Lei nº 7.186/2006, com redação dada pela Lei nº 8.421/2013, ou interpor recurso de revisão nos termos dos artigos 307 e 310, e ainda o pedido de retificação previsto no artigo 294-D da supracitada lei, quando aplicável.

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

WELLINGTON DO CARMO CRUZ
Presidente do CMT

SEGUNDA CÂMARA JULGADORA

RECURSO RELATADO NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2017, ÀS 09:00 HS.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 19196-2014 - IPTU
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº: 588.488-8
RECORRENTE: ADERBAL CEZAR DE OLIVEIRA FILHO
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
RELATOR CONSELHEIRO: AURELIO FELICIANO ASSUNÇÃO BRANDÃO CIRNE

EMENTA: IPTU/TRSD - PRINCIPAL - DESCONTO DECORRENTE DO RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO - IMPROCEDÊNCIA DE REVISÃO DE ÁREA DO IMÓVEL. Uma vez realizado o recadastramento do imóvel pelo contribuinte, faz jus ao desconto de 10% do valor da exação, nos termos do art. 5º do Decreto nº 24.124. Incorporada fração da área comum do condomínio à área privativa do imóvel para fins de incidência de IPTU/TRSD. Deferida a revisão de dados cadastrais do imóvel sugerida pelo SEMAP, com a consequente definição de valor venal do imóvel em R\$ 471.990,21. Recurso Ordinário parcialmente provido. Reforma da decisão de primeira instância de procedência para parcial procedência da NFL. **RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.**

Fica o contribuinte intimado a recolher o valor integral resultante da decisão de julgamento, observando os descontos contidos no artigo 19 da Lei nº 7.186/2006, com redação dada pela Lei nº 8.421/2013, ou interpor recurso de revisão nos termos dos artigos 307 e 310, e ainda o pedido de retificação previsto no artigo 294-D da supracitada lei, quando aplicável.

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

WELLINGTON DO CARMO CRUZ
Presidente do CMT

SEGUNDA CÂMARA JULGADORA

RECURSO RELATADO NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2017 ÀS 09:00 HS.

PROCESSO Nº: 52037-2012
NOTIF. FISCAL DE LANÇAMENTO Nº: 2987 - 2012 - ISS
NOTIFICANTE (S): SERGIO SOARES MATOS E OUTROS
RECORRENTE: OGMOSA - ORGÃO GESTOR DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DOS PORTOS DE SALVADOR E ARATU
RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL
ADVOGADO (S): FERNANDO ANTÔNIO DA SILVA NEVES E OUTROS
RELATOR CONSELHEIRO: LEONARDO VICENTE PEREIRA

EMENTA: ISS. DECADENCIA. HOMOLOGAÇÃO TÁCITA. INEXISTÊNCIA DE PAGAMENTO. REGRA GERAL. ART. 173, I, CTN. SÚMULA 555 DO STJ. MÉRITO- IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. PROCESSO JUDICIAL CONCOMITANTE. PREJUDICIALIDADE. IDENTIDADE DE MATÉRIA. ART. 297-G, §1º, LEI 7.186/06. ENCAMINHAMENTO AUTOS PARA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO. Malgrado a solicitação de decadência do interstício de janeiro a julho de 2007, como não houve qualquer pagamento, usa-se a regra geral do art. 173, I, do CTN, conforme precógnito na Súmula 555 do STJ, a contagem se inicia a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele que o lançamento poderia ter sido efetuado. Desta forma, referida preliminar não possui sustentáculo legal ou fático. No mérito reconhecendo a imunidade tributária para o ISS, por ter concomitantemente processo judicial em curso para matéria idêntica, inclusive com decisão proferida no Agravo de Instrumento nº 0021255-43.2016.8.05.0000, a situação se subsume ao §1º, do art. 297-G da Lei 7.186/06, devendo os autos serem encaminhados à Procuradoria Geral do Município. **RECURSO CONHECIDO, DENEGADA A PRELIMINAR DE DECADÊNCIA. PREJUDICADA A ANÁLISE DO MÉRITO- SITUAÇÃO CAPITULADA NO ART. 297-G, §1º, LEI 7.186/06. AUTOS ENVIADOS À PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO. DECISÃO POR UNANIMIDADE.**

Fica o contribuinte intimado a recolher o valor integral resultante da decisão de julgamento, observando os descontos contidos no artigo 19 da Lei nº 7.186/2006, com redação dada pela Lei nº 8.421/2013, ou interpor recurso de revisão nos termos dos artigos 307 e 310, e ainda o pedido de retificação previsto no artigo 294-D da supracitada lei, quando aplicável.

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

WELLINGTON DO CARMO CRUZ
Presidente do CMT

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SEMGE

PORTARIA Nº 464/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 1º do Decreto nº 11.659/97, com fundamento no artigo 52 da Lei Complementar nº 01/91 e conforme o Processo

SECIS nº 871/2017,

RESOLVE:

Redistribuir a servidora CELIA REGINA PIMENTEL MORATO, matrícula 224113, com seu respectivo cargo de Analista de Planejamento, Infraestrutura e Obras Públicas Municipais na área de qualificação de Analista Infraestrutura e Obras Públicas, da Superintendência de Trânsito de Salvador - TRANSALVADOR para o quadro de pessoal da Secretaria de Cidade Sustentável e Inovação - SECIS.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO, em 07 de dezembro de 2017.

THIAGO MARTINS DANTAS
Secretário

PORTARIA Nº 529/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Considerar designado, retroativo ao período de 06/11/2017 a 15/11/2017, o empregado **EDNELSON NASCIMENTO SILVA**, matrícula nº 818296, Supervisor Sistemático de Gestão, Grau 65, para responder cumulativamente pelo cargo em comissão de Gestor de Núcleo II, Grau 54, do Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira, NOF/SEMGE, em virtude de Férias da titular Naiara Libório, matrícula nº 819033.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO, em 07 de dezembro de 2017.

THIAGO MARTINS DANTAS
Secretário

PORTARIA Nº 546/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 1º do Decreto nº 11.659/97, com fundamento no artigo 52 da Lei Complementar nº 01/91 e conforme o Processo SEMGE nº 2621/2017,

RESOLVE:

Redistribuir a servidora JOSANE ARAÚJO DA SILVA, matrícula 823, com seu respectivo cargo de Técnico Administrativo em extinção na área de qualificação de Técnico Administrativo do Gabinete do Prefeito - GABP para o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Comunicação - SECOM.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO, em 07 de dezembro de 2017.

THIAGO MARTINS DANTAS
Secretário

PORTARIA Nº 547/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 1º do Decreto nº 11.659/97, com fundamento no artigo 52 da Lei Complementar nº 01/91 e conforme Processo SEMGE nº 2620/2017,

RESOLVE:

Redistribuir o servidor GUSTAVO HENRIQUE DE JESUS FIGUEIREDO, matrícula 106, com seu respectivo cargo de Técnico Administrativo em extinção na área de qualificação de Técnico Administrativo do Gabinete do Prefeito - GABP para o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Comunicação - SECOM.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO, em 07 de dezembro de 2017.

THIAGO MARTINS DANTAS
Secretário

PORTARIA Nº 548/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 1º do Decreto nº 11.659/97, com fundamento no artigo 52 da Lei Complementar nº 01/91 e conforme o Processo SEMGE nº 2622/2017,

RESOLVE:

Redistribuir a servidora MARIA CRISTINA VALVERDE BARBOSA ADORNO, matrícula 113, com seu respectivo cargo de Técnico Administrativo em extinção na área de qualificação de Técnico Administrativo do Gabinete do Prefeito - GABP para o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Comunicação - SECOM.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO, em 07 de dezembro de 2017.

THIAGO MARTINS DANTAS
Secretário



PORTARIA Nº 595/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Considerar designada, desde 24/11/2017, a servidora **EMILIA DARLIZE SILVA DA CRUZ**, matrícula 818651, para exercer a função de confiança de Chefe de Setor Sistêmico de Gestão, Grau 65, do Setor de Administração do Registro de Preços, da Coordenadoria Central de Aquisição de Materiais e Contratação de Serviços, da GEMAP/SEMGE e dispensar, na mesma data, da mesma função, a servidora LUZIMARA SANTOS DA SILVA, matrícula nº 819619.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA SEMGE, em 30 de novembro de 2017.

THIAGO MARTINS DANTAS
Secretário

PORTARIA Nº 596/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Designar, o empregado **AMIR CARLOS**, matrícula nº 819955, Assessor Técnico, Grau 53, da Subsecretaria, no período de 16/11/2017 a 30/11/2017, para responder cumulativamente pelo cargo em comissão de Coordenador II, Grau 55, da Coordenadoria Administrativa, CAD/SEMGE, em virtude de Férias da titular Lisiane Alves Celestino Santos, matrícula nº 819286, referente ao exercício de 2017.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA SEMGE, em 04 de dezembro de 2017.

THIAGO MARTINS DANTAS
Secretário

PORTARIA Nº 599/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 1º do Decreto nº 11.659/97 e com fundamento no artigo 53 da Lei Complementar nº 01/91,

RESOLVE:

Autorizar desde 17/10/2017, a cessão para a Secretaria Municipal de Ordem Pública - SEMOP/DPV do servidor Marcelo Ferreira Barbosa, matrícula 724, lotado na Guarda Civil Municipal - GCM, para exercer cargo em comissão.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO, em 05 de dezembro de 2017.

THIAGO MARTINS DANTAS
Secretário

PORTARIA Nº 606/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Art. 131 da Lei Complementar 01/91 e no processo SMS nº 10108/2017

RESOLVE:

Considerar desde 16/11/2017, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, pelo período de 01 (um) ano, a servidora IZABELLE PINTO CAMARA, matrícula 990599, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO, em 06 de dezembro de 2017.

THIAGO MARTINS DANTAS
Secretário

PORTARIA Nº 607/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Art. 131 da Lei Complementar 01/91 e no processo SMS nº 13960/2016

RESOLVE:

Conceder, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, pelo período de 02 (dois) anos, a servidora DENISE BONATO DIAS CARVALHO, matrícula 988707, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO, em 06 de dezembro de 2017.

THIAGO MARTINS DANTAS
Secretário

PORTARIA Nº 608/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Art. 131 da Lei Complementar 01/91 e no processo SMS nº 17005/2016

RESOLVE:

Conceder LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, pelo período de 02 (dois) anos, a servidora VIVIANE DOURADO LOULA, matrícula 976786, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SMS.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO, em 06 de dezembro de 2017.

THIAGO MARTINS DANTAS
Secretário

PORTARIA N.º 597/2017

A SUBSECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 11/2017, publicada no Diário Oficial do Município - DOM nº 6.789 de 23/02/2017 e de acordo com o Processo n.º 3671/2016 - SEMGE, referente a empresa **TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME, CNPJ: 23.203.733/0001-29,**

RESOLVE:

De acordo com os dispositivos previstos nas Leis Municipais n.º 4.484/92 e n.º 6.148/02, e no Decreto Municipal n.º 15.984/05, bem como nas Leis Federais n.ºs 10.520/02 e 8.666/93:

I - Arquivar o presente processo por falta de fundamentação legal, considerando a não reincidência da empresa.

GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO, em 04 de Dezembro de 2017.

ISABELA L. M. CABRAL
Subsecretária

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE - SEMOB

Superintendência do Trânsito do Salvador - TRANSALVADOR

RELAÇÃO DOS AUTOS DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO JULGADOS PELA COMISSÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO CDA II, DESIGNADA ATRAVÉS DA PORTARIA 188/2016 - TRANSALVADOR E HOMOLOGADA PELO SR. SUPERINTENDENTE DE TRÂNSITO, COM FUNDAMENTO NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO-CTB, LEI Nº 9.503/97 E CONFORME PORTARIA Nº12/99 DO DENATRAN.

LOTE PUBLICAÇÃO: 171205160407

SOLICITANTE	PROCESSO	AIT	RESULTADO
ADAILSON SANTANA TEIXEIRA	48-2017	R003922156	INDEFERIDO
ADELMAR MOREIRA DOS SANTOS	94163-2017	T050900266	INDEFERIDO
ADENILSON LUIS REIS PIAGGIO	94010-2017	T054101702	INDEFERIDO
ADRIANO CANDIDO DOS REIS JUNIOR	97486-2017	R004243771	INDEFERIDO
ALEX SANDRO CORREIA GONZAGA	97533-2017	R004257791	INDEFERIDO
ALEXANDRE MARTINS DE MEDEIROS	95699-2017	T018303222	INDEFERIDO
ALEXANDRE MARTINS DE MEDEIROS	95695-2017	T013400692	INDEFERIDO
ALEXANDRE LUIZ C CASTANHO	98089-2017	R004250396	INDEFERIDO
ALEXANDRE SOUZA DE ARAUJO	97678-2017	T053702641	INDEFERIDO
ALMIR CESAR VITOR DA SILVA	97924-2017	T021507931	INDEFERIDO
ANA MARIA CARREIRO CORBAL	98633-2017	R004256126	INDEFERIDO
ANA NERY RODRIGUES NASCIMENTO	97478-2017	T019804536	INDEFERIDO
ANDERSON SANTOS DO NASCIMENTO	66386-2017	T059200200	INDEFERIDO
ANDRE BRAGANCA PIRES	97557-2017	M000018602	INDEFERIDO
ANDRE JOSE NOGUEIRA LIMA	98219-2017	T066600160	INDEFERIDO
ANDRE PEREIRA DOS SANTOS	101020-2017	M000014737	INDEFERIDO
ANDREINE SANTOS DE JESUS	66306-2017	R004176217	INDEFERIDO
ANDREINE SANTOS DE JESUS	66311-2017	R004176948	INDEFERIDO
ANGELINA MARIA DE MIRANDA	95581-2017	T064200193	INDEFERIDO
ANILSON BARBOSA DE OLIVEIRA	95523-2017	F001379121	INDEFERIDO
ANTONIO CARLOS SAMPAIO MARINHO	97350-2017	T050300694	INDEFERIDO
ANTONIO FERNANDO DE SOUZA BAHIA	97339-2017	T066300403	INDEFERIDO
ANTONIO MAURICIO GOMES DE OLIVEIRA	97973-2017	T028700449	INDEFERIDO
ANTONIO MAURICIO GOMES DE OLIVEIRA	97978-2017	T056702309	INDEFERIDO

SOLICITANTE	PROCESSO	AIT	RESULTADO
ANTONIO PLACIDO DE CARVALHO JUNIOR	69334-2017	F001382192	INDEFERIDO
ANTONIO SILVESTRE DOS SANTOS NETO	72057-2017	T014800902	INDEFERIDO
ATA SALLES SOUZA	66396-2017	T050300387	INDEFERIDO
BAHIA SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA	95394-2017	T013900886	INDEFERIDO
BIANCA MARTINS LIMA	97587-2017	R003808969	INDEFERIDO
BRENO BORGES FERREIRA	97665-2017	T030112954	INDEFERIDO
BRUNO DE BRITO SANTOS	97312-2017	T031501720	INDEFERIDO
BRUNO SANTOS DE SANTANA	97947-2017	M000018139	INDEFERIDO
CAIO HENRIQUE POMBINHO E SILVA	97505-2017	T056401340	INDEFERIDO
CARLA MALVAR COSTA	97589-2017	T016801849	INDEFERIDO
CARLOS ALBERTO BISPO LEMOS	97528-2017	R004273204	INDEFERIDO
CARLOS ALBERTO GOMES BRAZ	94149-2017	T019804044	INDEFERIDO
CARLOS ALBERTO GOMES BRAZ	94150-2017	T018503655	INDEFERIDO
CARLOS ALBERTO S PEREIRA	93785-2017	T038300851	INDEFERIDO
CARLOS BORGES ALVES	93940-2017	T012902161	INDEFERIDO
CARLOS GUSTAVO TELES BRAGA LEAL	50551-2017	R004120277	INDEFERIDO
CARLOS HENRIQUE FERNANDES SILVA	98009-2017	R004248401	INDEFERIDO
CARLOS ROBERTO MACHADO SOUZA	66228-2017	T020000658	INDEFERIDO
CARLOS ROGERIO A DO NASCIMENTO	97946-2017	R004240347	INDEFERIDO
CAROLINE NASCIMENTO DE OLIVEIRA	97844-2017	T018102784	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93866-2017	T019409699	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93889-2017	R004058530	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93891-2017	T019408893	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93900-2017	R004083064	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93860-2017	R003986809	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93896-2017	R003989847	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93905-2017	R004021782	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93875-2017	R004191447	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93907-2017	R004021767	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93890-2017	R004158405	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93915-2017	R004010255	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93864-2017	R004285232	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93872-2017	R004280763	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93883-2017	R004031880	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93908-2017	R004018606	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93868-2017	R004199996	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93885-2017	R004237942	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93919-2017	R004003652	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93886-2017	R004216535	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93888-2017	R004111432	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93903-2017	R004264613	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93863-2017	R004285191	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93895-2017	R003989390	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93874-2017	R004254467	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93881-2017	R004032040	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93921-2017	T039500670	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93912-2017	R004073492	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93876-2017	R004271218	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93879-2017	R004139989	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93897-2017	R004271235	INDEFERIDO
CASSIA ELIANE B DE MENESES	93910-2017	R004173733	INDEFERIDO
CESAR DA GAMA ALVES	97044-2017	T019301196	INDEFERIDO
CLARA CONCEICAO DA SILVA	103060-2017	B000402613	INDEFERIDO
CLAUDIA MARTINS DE SANTANA	66381-2017	T022400948	INDEFERIDO
CLAUDIO DE SOUZA ESTRELA	98054-2017	R004275086	INDEFERIDO
CLAUDIO DE SOUZA ESTRELA	98056-2017	R004279955	INDEFERIDO
CLAUDIO DE SOUZA ESTRELA	98050-2017	R004276187	INDEFERIDO
CLAUDIO DE SOUZA ESTRELA	98059-2017	R004276673	INDEFERIDO
CLEITON SOUZA BORGES	97996-2017	T066400090	INDEFERIDO
CLEITON SOUZA BORGES	98001-2017	T023714731	INDEFERIDO
CRISTIANE SENRA LIMA	97579-2017	R004241594	INDEFERIDO
CRISTIANE SENRA LIMA	97584-2017	R004243913	INDEFERIDO
CRISTIANO BITENCOURT DA SILVA	93938-2017	T049201462	INDEFERIDO
DAGOBERTO DE CARVALHO NERI	94140-2017	T016603133	INDEFERIDO
DANIEL PAULO COSTA JUNIOR	69353-2017	T020702016	INDEFERIDO
DANIEL PAULO COSTA JUNIOR	69342-2017	R004038196	INDEFERIDO
DANIEL PAULO COSTA JUNIOR	69348-2017	T042200431	INDEFERIDO
DANIEL SOUZA DE AZEVEDO	67193-2017	T042501595	INDEFERIDO
DANILO BORGES DE OLIVEIRA	66375-2017	T029801693	INDEFERIDO
DANILO BORGES DE OLIVEIRA	66376-2017	T028102287	INDEFERIDO
DANILO BORGES DE OLIVEIRA	66372-2017	T056105188	INDEFERIDO
DANILO BORGES DE OLIVEIRA	66373-2017	T056105426	INDEFERIDO

SOLICITANTE	PROCESSO	AIT	RESULTADO
DANILO BORGES DE OLIVEIRA	66379-2017	T028102365	INDEFERIDO
DAVI SANTOS DA SILVA	11075-2017	T012301807	INDEFERIDO
DAVID SANTOS DE MEIRELES	97464-2017	T034603862	INDEFERIDO
DAVINA ESTER TAVARES MULTARY	42082-2017	R004095379	INDEFERIDO
DAVINA ESTER TAVARES MULTARY	42088-2017	R004094000	INDEFERIDO
DEILSON DE SOUZA COSTA	66307-2017	T028400438	INDEFERIDO
DEUSDETE PEEIRA NUNES	95470-2017	T034203570	INDEFERIDO
DIEGO FERNANDO SILVA NASCIMENTO	97281-2017	R004277142	INDEFERIDO
DIEGO ROBSON SANTANA REIS	66267-2017	M000015236	INDEFERIDO
DIEGO TOSTA DOS SANTOS	95356-2017	T052300603	INDEFERIDO
DILMA PINHEIRO ALVES	69391-2017	R004037952	INDEFERIDO
DORANEIDE FONSECA DA SILVA TEIXEIRA RIBEIRO	69416-2017	R004194190	INDEFERIDO
DOUGLAS SANTANA IBELMAO	100366-2017	R004271130	INDEFERIDO
EDES FERREIRA DIAS	109008-2017	M000020447	INDEFERIDO
EDGAR DE JESUS DA SILVA	97575-2017	T054701169	INDEFERIDO
EDILENE DE SOUSA	93949-2017	T018805956	INDEFERIDO
EDIVALDO ALVES DOS SANTOS	93843-2017	T059001146	INDEFERIDO
EDNIR CARVALHO DO NASCIMENTO	95615-2017	T045203281	INDEFERIDO
EDSON JESUS DOS ANJOS	37583-2017	R004064540	INDEFERIDO
EDUARDO JOSE DE MATTOS MUTTI	98201-2017	R004266179	INDEFERIDO
EDVALDO OLIVEIRA FILHO	66125-2017	T059100087	INDEFERIDO
ELENITA GONZAGA MASCARENHAS	97815-2017	R004270332	INDEFERIDO
ELENITA GONZAGA MASCARENHAS	97814-2017	R004107144	INDEFERIDO
ELIELSON SANTANA DE JESUS	95704-2017	T066900715	INDEFERIDO
ELISANDRA GONCALVES DE MATOS	95466-2017	T015302320	INDEFERIDO
ELZENIR CARMO DOS SANTOS	98149-2017	T066400721	INDEFERIDO
ELZENIR CARMO DOS SANTOS	98154-2017	T066400960	INDEFERIDO
ENOQUE JORGE DOS SANTOS	97629-2017	R004242840	INDEFERIDO
ERICK GILLIARD BASTOS DE SOUZA	97496-2017	R004233579	INDEFERIDO
ERIKA CABRAL DE ALBUQUERQUE	93943-2017	T022503733	INDEFERIDO
ERIKA FERNANDA DOS SANTOS MOREIRA	66325-2017	T018102613	INDEFERIDO
ERIVALDO LEMOS BARRETO	69425-2017	T048601613	INDEFERIDO
ERLON COUTO SILVA	9109-2017	T048000682	INDEFERIDO
EVALDO SILVEIRA SILVA	69610-2017	T018102532	INDEFERIDO
EVERTON NASCIMENTO DOS SANTOS	66226-2017	T051300306	INDEFERIDO
FABIANO PINHO REIS	93995-2017	T061500327	INDEFERIDO
FABIO ALMEIDA SILVA	69240-2017	R004199322	INDEFERIDO
FABIOLA SANTANA DA SILVA	98025-2017	R004274942	INDEFERIDO
FABIOLA SANTANA DA SILVA	98027-2017	R004274918	INDEFERIDO
FABRICIO BARBOSA SANTANA	26526-2017	R003979393	INDEFERIDO
FELIPPI GUSTAVO DA SILVA C NOGUEIRA	98147-2017	T066300861	INDEFERIDO
FELIPPI GUSTAVO DA SILVA C NOGUEIRA	98195-2017	T030112608	INDEFERIDO
FERNANDO GONCALVES DA COSTA	97766-2017	T034901259	INDEFERIDO
FERNANDO HENRIQUE N LORENZO	69246-2017	T056106085	INDEFERIDO
FILIPE BARBOSA DE SOUZA	109399-2017	M000018638	INDEFERIDO
FILIPE BARBOSA DE SOUZA	109397-2017	M000018833	INDEFERIDO
FRANCE WILLIAMS REIS DOS SANTOS	97748-2017	T041301993	INDEFERIDO
FRANCISCO DA SILVA FILHO	69507-2017	R004143780	INDEFERIDO
FRANCISCO DA SILVA FILHO	69375-2017	F001373869	INDEFERIDO
FRANCISCO REINALDO RODRIGUES JUNIOR	95422-2017	T046400623	INDEFERIDO
GENIA PATRICIA DUPLAT ABREU	95804-2017	T058200646	INDEFERIDO
GENIVALDO BARBOSA DOS SANTOS LIMA	98011-2017	T051800792	INDEFERIDO
GENIVALDO BARBOSA DOS SANTOS LIMA	98005-2017	T049401219	INDEFERIDO
GENIVALDO BARBOSA DOS SANTOS LIMA	98007-2017	F001383387	INDEFERIDO
GILENILSON M DOS SANTOS JUNIOR	95772-2017	T023201078	INDEFERIDO
GILENO DO REGO SILVA	98138-2017	R004243835	INDEFERIDO
GUSTAVO DA MATA E SILVA	97874-2017	R004239913	INDEFERIDO
HEBERT DA SILVA CASTRO	69832-2017	R004106518	INDEFERIDO
HELIO SANTOS MENEZES JUNIOR	97807-2017	R004248379	INDEFERIDO
HUGUES YVES MICHEL BOURRELI	69596-2017	T030305939	INDEFERIDO
ICARO PIRAJA NASCIMENTO	98193-2017	R004240377	INDEFERIDO
ITALO SOUZA FALCK	94066-2017	T052200502	INDEFERIDO
IVANESSA SANTOS FERREIRA	66299-2017	T013900836	INDEFERIDO
IVANILDO SANTOS DE JESUS	35697-2017	R004030996	INDEFERIDO
IVETE MACHADO COUTO Q DE ALMEIDA	93901-2017	T022200931	INDEFERIDO
JACKSON GOMES PAIM	97830-2017	R004275364	INDEFERIDO
JACKSON GOMES PAIM	97833-2017	R004263449	INDEFERIDO
JACKSON GOMES PAIM	97829-2017	R004035302	INDEFERIDO
JACKSON GOMES PAIM	97817-2017	R004002012	INDEFERIDO
JACKSON GOMES PAIM	97811-2017	R004268107	INDEFERIDO
JACKSON GOMES PAIM	97819-2017	R004216392	INDEFERIDO



SOLICITANTE	PROCESSO	AIT	RESULTADO
JADSON FERREIRA DOS SANTOS	94043-2017	T055701289	INDEFERIDO
JAILSON ALMEIDA SANTOS	66034-2017	R004152313	INDEFERIDO
JAILSON DE JESUS CRUZ	66304-2017	R004093469	INDEFERIDO
JAIRO DE LIMA SOUZA	93828-2017	T066500163	INDEFERIDO
JANE CRISTINA DE O GARRIDO	93954-2017	T022200268	INDEFERIDO
JEAN DE SOUZA SANTOS	69312-2017	T059000907	INDEFERIDO
JEAN DOUGLAS SHAFFER TORRES	97786-2017	R004173219	INDEFERIDO
JEAN DOUGLAS SHAFFER TORRES	97789-2017	R004235477	INDEFERIDO
JEAN DOUGLAS SHAFFER TORRES	97782-2017	R003988044	INDEFERIDO
JEAN DOUGLAS SHAFFER TORRES	97785-2017	R004244870	INDEFERIDO
JOAO CARLOS SILVEIRA DIAS	66111-2017	F001371923	INDEFERIDO
JOAO DIAS MARTINS	105149-2017	F001390440	INDEFERIDO
JOAO PEDRO BATISTA NETO	97569-2017	R004238393	INDEFERIDO
JOAO PEDRO BATISTA NETO	97567-2017	R004238383	INDEFERIDO
JOAO PEDRO BATISTA NETO	97570-2017	R004229195	INDEFERIDO
JOEL LIMA DOS SANTOS	108777-2017	M000019944	INDEFERIDO
JOILSON MOURA DOS SANTOS	97920-2017	R004029499	INDEFERIDO
JOLIAN TADEU B DE CARVALHO	99699-2017	B000402582	INDEFERIDO
JORGE OLIVEIRA DE VASCONCELOS	95411-2017	T070100091	INDEFERIDO
JORGE PEREIRA SUEIRA	97636-2017	T018503924	INDEFERIDO
JOSAPHAT HENRIQUE COSTA	94103-2017	T056106285	INDEFERIDO
JOSE CARLOS MOTA DOS S FILHO	109056-2017	M000019643	INDEFERIDO
JOSE CARLOS TEIXEIRA NOVA	95335-2017	T024502995	INDEFERIDO
JOSE DA SILVA ARAUJO FILHO	93994-2017	T020806147	INDEFERIDO
JOSE DOMINGOS SANTOS	94212-2017	T017301983	INDEFERIDO
JOSE GOMES DA SILVA	109063-2017	M000018454	INDEFERIDO
JOSE PELEGRINE PINTO	93810-2017	T049401027	INDEFERIDO
JOSE RAMOS GOMES	66429-2017	B007541963	INDEFERIDO
JOSE ROBERTO MOREIRA BRASIL	66484-2017	R004184206	INDEFERIDO
JOSIANE SOUSA DOS SANTOS SANTANA	94209-2017	T052102489	INDEFERIDO
JOSUE BONFIM PINTO	97516-2017	T059500024	INDEFERIDO
JOSUE BONFIM PINTO	97518-2017	T019407655	INDEFERIDO
JOSUE BONFIM PINTO	97521-2017	T059500025	INDEFERIDO
JOSUE JOSE EVANGELISTA JUNIOR	97898-2017	R004178226	INDEFERIDO
JOSUE JOSE EVANGELISTA JUNIOR	97904-2017	T037407008	INDEFERIDO
JULIO GABRIEL GITIRANA DA ROCHA	97290-2017	M000018083	INDEFERIDO
JULIO JOSE ANSELMO NETO	97344-2017	R004228318	INDEFERIDO
JULIO JOSE ANSELMO NETO	97342-2017	R004220742	INDEFERIDO
JURACY SACRAMENTO	97902-2017	B000434677	INDEFERIDO
JURANDIR BORGES DA SILVA	97718-2017	R004253623	INDEFERIDO
LAERCIO SOUZA R DOS SANTOS	93969-2017	T033200277	INDEFERIDO
LEANDRO DE CARVALHO SANTOS	95541-2017	T066500158	INDEFERIDO
LEONARDO CARNEIRO ARAUJO	90462-2017	T031700119	INDEFERIDO
LIOLINO RIBEIRO REBOUCAS	98017-2017	T041301858	INDEFERIDO
LUCIA MENDES DE ASSIS TELLES	67153-2017	F001376019	INDEFERIDO
LUCIANA LOPES LIMA	69479-2017	F001373699	INDEFERIDO
LUCIANO MARQUES DA SILVA	100897-2017	M000018583	INDEFERIDO
LUCIENE NEVES DA SILVA	97927-2017	R004170389	INDEFERIDO
LUDIMILA DE JESUS SOUSA	97650-2017	R004276154	INDEFERIDO
LUDIMILA DE JESUS SOUSA	97648-2017	R004269128	INDEFERIDO
LUDIMILA DE JESUS SOUSA	97647-2017	R004272692	INDEFERIDO
LUIS CLAUDIO COSTA	6132-2017	R003957304	INDEFERIDO
LUIS CLAUDIO FARIAS DOS SANTOS	69389-2017	T055800605	INDEFERIDO
LUIS HENRIQUEC DE ARAGO	94138-2017	T029114426	INDEFERIDO
LUIZ AMERICO FERREIRA DA CRUZ	97999-2017	T063400082	INDEFERIDO
LUIZ FERNANDO PINTO DO NASCIMENTO	97801-2017	M000018922	INDEFERIDO
LUIZ HENRIQUE SOUZA ANGELICO FILHO	69722-2017	T042501481	INDEFERIDO
LUIZ SANTOS RODRIGUES	97592-2017	T066500346	INDEFERIDO
LUIZ TARCIZO RIBEIRO ALENCAR	97278-2017	R004263634	INDEFERIDO
LUIZ TARCIZO RIBEIRO ALENCAR	97279-2017	R004276617	INDEFERIDO
MAGDA LOPES SOARES DUTRA	94107-2017	T035001830	INDEFERIDO
MAGDA TERESINHA OLIVEIRA HUMMES	95405-2017	T070100005	INDEFERIDO
MAILSON LIMA SANTIAGO	69702-2017	R004144604	INDEFERIDO
MAILSON LIMA SANTIAGO	69705-2017	R004144607	INDEFERIDO
MANOEL FELIPE DE C NETO	97747-2017	T066400314	INDEFERIDO
MANOEL PEREIRA DA SILVA	95636-2017	T040101348	INDEFERIDO
MANUEL MESSIAS DA COSTA	97831-2017	R004240700	INDEFERIDO
MANUEL MESSIAS DA COSTA	97837-2017	R004240667	INDEFERIDO
MANUELA SOARES DIAS	94069-2017	T024503091	INDEFERIDO
MARACI MENEZES LIMA	69309-2017	R004170719	INDEFERIDO
MARCELO FERREIRA LISSONGER	66421-2017	T036903125	INDEFERIDO
MARCIO CLEY DE O COELHO JUNIOR	62986-2017	F001369776	INDEFERIDO

SOLICITANTE	PROCESSO	AIT	RESULTADO
MARCIO DIAS DA CUNHA	97630-2017	T060000084	INDEFERIDO
MARCO ANTONIO BEZERRA DA SILVA	66413-2017	T034603596	INDEFERIDO
MARCOS LIMA DOS REIS	69547-2017	R004103004	INDEFERIDO
MARCOS LIMA DOS REIS	69556-2017	R004171151	INDEFERIDO
MARCOS LIMA DOS REIS	69544-2017	F001370630	INDEFERIDO
MARIA DO BONFIM MASCARENHAS ANDRADE	99740-2017	M000019016	INDEFERIDO
MARIA EUNICE L SAMPAIO TAPIOCA	90179-2017	T070100015	INDEFERIDO
MARIA JOSE DOS SANTOS SOUZA	97802-2017	T041602597	INDEFERIDO
MARIA TEREZINHA DOS SANTOS	93848-2017	T022503948	INDEFERIDO
MARIA VALDICE DOS SANTOS SILVA	97743-2017	T014702179	INDEFERIDO
MARIANA BELO GALRAO	69575-2017	F001378721	INDEFERIDO
MARIANE MEDRADO EVANGELISTA	97375-2017	T020702348	INDEFERIDO
MARIANE MEDRADO EVANGELISTA	97379-2017	T023900783	INDEFERIDO
MARIANE MEDRADO EVANGELISTA	97372-2017	T056106055	INDEFERIDO
MARIO DE ASSIS JUNIOR	69394-2017	F001373806	INDEFERIDO
MARISE OLIVEIRA SANCHES	93825-2017	T042502292	INDEFERIDO
MARIVALDO OLIVEIRA DA SILVA	66332-2017	T048400662	INDEFERIDO
MARIVALDO SANTOS	97737-2017	R004256215	INDEFERIDO
MARLENE COSTA DE ALMEIDA	98212-2017	R004240231	INDEFERIDO
MARLENE COSTA DE ALMEIDA	98206-2017	R004245922	INDEFERIDO
MARLENE COSTA DE ALMEIDA	98215-2017	R004241313	INDEFERIDO
MIGUEL ROBERTO LIMONGI	66434-2017	T040000763	INDEFERIDO
MIGUEL SOUZA JULIAO	97988-2017	T070100287	INDEFERIDO
MILTON SANTANA DOS SANTOS	95521-2017	M000018183	INDEFERIDO
MIRIAN DOS SANTOS LISBOA	95351-2017	T022503711	INDEFERIDO
MOISES BARBOSA FIAIS	10915-2017	R003944776	INDEFERIDO
MYRNA LAIS DE CARVALHO DANTAS	69760-2017	R004134851	INDEFERIDO
NAARA FRANCA SOUSA	97858-2017	R004240471	INDEFERIDO
NAARA FRANCA SOUSA	97854-2017	R004240185	INDEFERIDO
NARCISO DE JESUS SANTANA	66493-2017	T018303250	INDEFERIDO
NELMA PINHO DOS SANTOS	93911-2017	T051800796	INDEFERIDO
NUBIRACY OLIVEIRA SANTOS	9794-2017	R003836146	INDEFERIDO
OROCIL PEDREIRA SANTOS JUNIOR	59845-2017	M000013828	INDEFERIDO
OSNILTON CARLOS DE OLIVEIRA	103040-2017	B000335602	INDEFERIDO
OSVALDO NOVAES SALES	97759-2017	T066900393	INDEFERIDO
PAULO CESAR BITENCOURT DA SILVA	69282-2017	T048001003	INDEFERIDO
PAULO COELHO VEIGA	58556-2017	T056105423	INDEFERIDO
PAULO COELHO VEIGA	58355-2017	T035701503	INDEFERIDO
PAULO HENRIQUE PALMA	95460-2017	T021507968	INDEFERIDO
PAULO JORGE SANTOS	97664-2017	T066300607	INDEFERIDO
PAULO SAVIO LOPES DA GAMA ALVES	98018-2017	T045401564	INDEFERIDO
PEDRO TAVARES BARBOSA	66472-2017	F001372805	INDEFERIDO
PEIXOTO COM IND SERV E TRANSP LTDA	97798-2017	R004233812	INDEFERIDO
PRAIA GRANDE TRANSPORTES LTDA	97631-2017	R004126975	INDEFERIDO
PRAIA GRANDE TRANSPORTES LTDA	97310-2017	R004195635	INDEFERIDO
PRAIA GRANDE TRANSPORTES LTDA	97338-2017	R004203722	INDEFERIDO
PRISCILA VIEIRA COSTA SILVA	69470-2017	T020805753	INDEFERIDO
RAFAEL MEDEIROS LIMA	69454-2017	F001378100	INDEFERIDO
RAFAEL NASCIMENTO DOS SANTOS	69767-2017	R004150055	INDEFERIDO
RAFAEL QUEIROS A DOS SANTOS	97818-2017	M000018732	INDEFERIDO
RAIMUNDA FERREIRA BARRETO	66371-2017	R004180625	INDEFERIDO
REGINALDO DE JESUS SOARES	34470-2017	R004021847	INDEFERIDO
REINALDO SILVA NEGREIROS	68474-2017	T023713879	INDEFERIDO
RICARDO FELICE JUNIOR	97469-2017	T070100364	INDEFERIDO
RITA DE CASSIA DE SOUZA BATISTA	66290-2017	T042200782	INDEFERIDO
ROMILSOM FERREIRA DOS SANTOS	69614-2017	T020805562	INDEFERIDO
ROMULO EMANUEL DE MIRANDA	93894-2017	T035701753	INDEFERIDO
ROMULO EMANUEL DE MIRANDA	93892-2017	T066300771	INDEFERIDO
ROSALVO RIBEIRO BENEVIDES	95368-2017	T049401315	INDEFERIDO
RUI VIEIRA XAVIER DA COSTA	94196-2017	T066300720	INDEFERIDO
SECRETARIA DA SEG P P CIVIL DA BAHIA	97900-2017	T041602644	INDEFERIDO
SECRETARIA DE SEG P P C DO EST DA BAHIA	97838-2017	R004240761	INDEFERIDO
SERGIO BATISTA DE P TOURINHO	69661-2017	R004134728	INDEFERIDO
SERGIO LUIZ DE SOUZA SANTIAGO	94011-2017	T066300191	INDEFERIDO
SERGIO PASTORI DE FIGUEIREDO	97448-2017	R004233988	INDEFERIDO
SONILDA DOS SANTOS LUCAS CARDOSO	113024-2017	F001390619	INDEFERIDO
SULAMITA MOTA CARVALHO MELO	93913-2017	T019112339	INDEFERIDO
TACYARA DE CASSIA A DA SILVA	93930-2017	T019603397	INDEFERIDO
TANIA REGINA MATHIAS DE ABREU	97780-2017	T066800587	INDEFERIDO
TARCISIO EVANGELISTA VARGAS	69595-2017	M000016169	INDEFERIDO
TATIANA MARINS FARIAS	97412-2017	R004063793	INDEFERIDO
TELMA SANTANA SANTOS	97761-2017	T047301064	INDEFERIDO

SOLICITANTE	PROCESSO	AIT	RESULTADO
TEONIA MEIRA CAMBUI	93777-2017	T066600436	INDEFERIDO
TEONIA MEIRA CAMBUI	93778-2017	T018400526	INDEFERIDO
THEOTONIO ABREU DE F FILHO	97958-2017	R004240320	INDEFERIDO
TIAGO CRUZ FERREIRA	98037-2017	R004149014	INDEFERIDO
TIAGO CRUZ FERREIRA	98039-2017	R003975106	INDEFERIDO
TIBERIO BERTOLDO SILVA NUNES	94164-2017	M000018229	INDEFERIDO
UBIRATAN QUEIROZ MENDES	69674-2017	T019701085	INDEFERIDO
UBIRATAN QUEIROZ MENDES	69670-2017	R004143562	INDEFERIDO
UBIRATAN SANTOS DE LIMA	67855-2017	R004102919	INDEFERIDO
UBIRATAN SANTOS DE LIMA	67851-2017	R004134967	INDEFERIDO
UBIRATAN SANTOS DE LIMA	67848-2017	R004101493	INDEFERIDO
UILMA DE ASSIS DA SILVA	97897-2017	R004240328	INDEFERIDO
UNIDAS S A	93789-2017	R004204377	INDEFERIDO
VAGNER REIS DOS SANTOS	93808-2017	T013700427	INDEFERIDO
VALDIR DA SILVA BARRETO	95720-2017	T013102434	INDEFERIDO
VALQUIRIA GOMES ROCHA	93960-2017	T041301856	INDEFERIDO
VALTER CARDOSO REIS	93878-2017	T023402469	INDEFERIDO
VINIcius DE MOURA MORAES	97741-2017	M000018340	INDEFERIDO
VIVALDO FREIRE SEIXAS	94124-2017	T066900095	INDEFERIDO
WADSON DOS SANTOS DE JESUS	95576-2017	T066300907	INDEFERIDO
WAGNER SILVA DE OLIVEIRA	97329-2017	R004143050	INDEFERIDO
WALDECK LEITE ANDRADE SILVA	69503-2017	T060500061	INDEFERIDO
WALDECK LEITE ANDRADE SILVA	69500-2017	T060500031	INDEFERIDO
WELLINGTON FERREIRA DE SANTANA	97919-2017	R004118285	INDEFERIDO
WILDSOn PEREIRA DOS SANTOS	97960-2017	T012902216	INDEFERIDO
WILSON DE OLIVEIRA	68575-2017	F001372989	INDEFERIDO
WILSON GUIMARAES NETO	95534-2017	T017301954	INDEFERIDO
ZAFIFE N R DARZE AHRINGSMANN	98127-2017	R004240297	INDEFERIDO
ZILMAR DOS SANTOS GALVAO	97997-2017	T064700046	INDEFERIDO
ADRIANO TADEU HIRSCH PACHECO	95451-2017	T013102238	DEFERIDO
ALEXANDER LUIZ LOPES	93854-2017	T053502237	DEFERIDO
ANDRE PEREIRA DOS SANTOS	101023-2017	M000014738	DEFERIDO
ANTONIO RICARDO BORGES MAIA	4612-2017	T025201569	DEFERIDO
BRENO VIEIRA DE OLIVEIRA	103119-2017	B000434713	DEFERIDO
DILMA PINHEIRO ALVES	69393-2017	R004038366	DEFERIDO
DORANEIDE FONSECA DA SILVA TEIXEIRA RIBEIRO	69413-2017	R004164836	DEFERIDO
DORIEDSON RODRIGUES FERREIRA	67284-2017	T038100600	DEFERIDO
EDUARDO OLIVEIRA TELES	97565-2017	T070100765	DEFERIDO
EGIDIO DE SOUZA	69363-2017	R004071185	DEFERIDO
EGIDIO DE SOUZA	69360-2017	R004071186	DEFERIDO
ELBA IZABEL ROCHA DE PAIVA	97907-2017	M000017550	DEFERIDO
FABIO ALMEIDA SILVA	69244-2017	R004199376	DEFERIDO
FLAVIO NEVES RODRIGUES	98045-2017	T023402529	DEFERIDO
GASIL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	95441-2017	T034901317	DEFERIDO
GEIGIANE FRANCISCA DE RESENDE	71552-2017	T042501505	DEFERIDO
ILDENI BORGES QUINTANA	94160-2017	T066600087	DEFERIDO
IVIE CARLA FIGUEIREDO DE SOUSA MONTES	15215-2017	R003930669	DEFERIDO
JAIRO TOMAS DE SOUSA	66444-2017	F001374613	DEFERIDO
JEDIEL BASTOS DE ARAUJO GOES	69343-2017	R004163852	DEFERIDO
JEFERSON GONCALVES DA SILVA	94096-2017	T015302267	DEFERIDO
JORDES SIMOES DE LEMOS	67719-2017	R004143347	DEFERIDO
JUDSON SANTANA DE MELO LIMA	95341-2017	M000017708	DEFERIDO
JURANDIR DE JESUS GARCIA	93802-2017	T060700139	DEFERIDO
LUCIANA OLIVEIRA NOVAIS	97755-2017	T066300465	DEFERIDO
MARIVALDO SANTOS	97734-2017	R004255757	DEFERIDO
MARLI MENDONCA LEMOS CHAGAS	97877-2017	R004282688	DEFERIDO
MARLI MENDONCA LEMOS CHAGAS	97880-2017	R004282629	DEFERIDO
MARLI MENDONCA LEMOS CHAGAS	97882-2017	R004282668	DEFERIDO
MARLI MENDONCA LEMOS CHAGAS	97872-2017	R004282682	DEFERIDO
MARLI MENDONCA LEMOS CHAGAS	97886-2017	R004282628	DEFERIDO
MARLI MENDONCA LEMOS CHAGAS	97885-2017	R004282684	DEFERIDO
PAULO CESAR F DE CARVALHO FILHO	69207-2017	T062000032	DEFERIDO
PAULO COELHO VEIGA	58552-2017	T037406704	DEFERIDO
PEDRO LUIZ PEREIRA BARBOSA	12224-2017	T023712037	DEFERIDO
POLIANA ROBERTA CANDIDO C O LINO	100361-2017	T066800385	DEFERIDO
RENATA VIANA SOUSA	69813-2017	R004133756	DEFERIDO
RM CAMINHOES MUNCK LTDA	93835-2017	T024503029	DEFERIDO
UBIRATAN SANTOS DE LIMA	67857-2017	R004101492	DEFERIDO
UNIV FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA UFRB	97764-2017	T054701093	DEFERIDO
VALMIR ALVES DOS SANTOS	100363-2017	M000018763	DEFERIDO
VOTORANTIM CIMENTOS S.A	97950-2017	R004241905	DEFERIDO

SOLICITANTE	PROCESSO	AIT	RESULTADO
WELLINGTON FERREIRA DE SANTANA	97917-2017	R004118425	DEFERIDO
WEYDER SOUSA DOS SANTOS	14626-2017	F001356103	DEFERIDO
ZARIO DE SOUSA SILVA	67125-2017	T023713975	DEFERIDO
AGNALDO CARDOSO DE OLIVEIRA	69235-2017	R004152748	ADVERTÊNCIA
ALINE BARBOZA DE LIMA AZEVEDO	69558-2017	R004193807	ADVERTÊNCIA
ANTONIO JOSE ARCANJO	23404-2017	R003972313	ADVERTÊNCIA
CARLOS LEANDRO CONCEICAO SILVA	66207-2017	R004183199	ADVERTÊNCIA
CARMELITA SOUSA DE OLIVEIRA	67435-2017	R004132318	ADVERTÊNCIA
CLOVIS FRANCISCO FREITAS DE OLIVEIRA	67457-2017	R004156842	ADVERTÊNCIA
DANIEL BASTOS SOUZA	7061-2017	R003897280	ADVERTÊNCIA
DANIEL SOUZA DE AZEVEDO	67178-2017	R004124923	ADVERTÊNCIA
DARWIN SANTOS DE CARVALHO	66060-2017	R004169297	ADVERTÊNCIA
DIEGO ABBEHUSEN COSTA	68059-2017	T014702087	ADVERTÊNCIA
ELIELSON SANTOS SOUSA	10386-2017	R003918278	ADVERTÊNCIA
FABIO DE SANTANA	69216-2017	T050700108	ADVERTÊNCIA
FABIO DE SANTANA	69220-2017	R004146219	ADVERTÊNCIA
GABRIEL PEREIRA LAGO	66131-2017	T021507268	ADVERTÊNCIA
GERSON BISPO DE SANTANA	68012-2017	R004187351	ADVERTÊNCIA
JEANE PINTO DE OLIVEIRA	69593-2017	R004146475	ADVERTÊNCIA
JOCEANE MACEDO CARDOSO	66210-2017	R004171518	ADVERTÊNCIA
JONATAN FONTOURA TEIXEIRA FARIAS	69273-2017	R004179357	ADVERTÊNCIA
JONATAS DE JESUS ALMEIDA	66249-2017	R004151611	ADVERTÊNCIA
KELVIN HENRIQUE MENEZES NASCIMENTO	66362-2017	R004132749	ADVERTÊNCIA
LANIYAN GOMES DE OLIVEIRA DA CRUZ	69367-2017	R004164525	ADVERTÊNCIA
LEANDRO MORENO DOS SANTOS	67952-2017	R004136534	ADVERTÊNCIA
LILIANE AMARAL SOUSA	69668-2017	R004157907	ADVERTÊNCIA
LINA DANTAS BARRETO	69359-2017	R004147409	ADVERTÊNCIA
LUCIANA RAMIRO PIRES DE OLIVEIRA	35774-2017	R004025135	ADVERTÊNCIA
LUDMILA SANTOS SILVA	66212-2017	R004140062	ADVERTÊNCIA
LUIS CLAUDIO COSTA	6137-2017	R003957265	ADVERTÊNCIA
MAILSON NASCIMENTO ROSA	95763-2017	T017301963	ADVERTÊNCIA
MARCIA PEREIRA DE OLIVEIRA	66470-2017	R004140554	ADVERTÊNCIA
MARCOS LIMA DOS REIS	69553-2017	R004171240	ADVERTÊNCIA
MARIA JOSE ARAUJO BARRETO	67137-2017	T023801744	ADVERTÊNCIA
MARIO AUGUSTO DOREA GUERREIRO	69380-2017	T038100650	ADVERTÊNCIA
MATHEUS LOPES MARINS	67475-2017	R004133291	ADVERTÊNCIA
PAULO ROBERTO BARBOSA DOS SANTOS	69366-2017	R004147580	ADVERTÊNCIA
RAIMUNDA FERREIRA BARRETO	66369-2017	R004181108	ADVERTÊNCIA
RICARDO LOURENCO DOS SANTOS	67987-2017	T021507270	ADVERTÊNCIA
ROBERTA MARTINI MATOS SERRA	67984-2017	R004133858	ADVERTÊNCIA
SCHEILA DOS SANTOS OLIVEIRA	67869-2017	R004137045	ADVERTÊNCIA
TACIO BRAGA CINTRA	67537-2017	R004133093	ADVERTÊNCIA
THIAGO RIBEIRO BEZERRA	35658-2017	T049700943	ADVERTÊNCIA
THIAGO SANTOS DE OLIVEIRA	67722-2017	T023713694	ADVERTÊNCIA
TIALA FERNANDA DE S ROCHA	39662-2017	R004057860	ADVERTÊNCIA
TICIANA LIMA QUEIROZ	69440-2017	R004170590	ADVERTÊNCIA

Salvador, Terça-Feira, 05 de Dezembro de 2017

FABRIZZIO M. MARTINEZ
Superintendente Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DA CIDADE - SEMAN

PORTARIA Nº 047/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DA CIDADE, no uso das suas atribuições,

RESOLVE:

Considerar designado o servidor **ANTÔNIO JOSÉ RAMOS DA SILVA**, matrícula nº 58, para responder pela função de confiança de Chefe de Setor B, Grau 63, da Usina de Asfalto, durante o afastamento do titular **MANOEL DE JESUS SANTOS**, matrícula nº 424, por motivo de férias do titular, no período de 01/12/2017 a 30/12/2017.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DA CIDADE, em 11 de dezembro de 2017.

VIRGILIO TEIXEIRA DALTRO
Secretário



LICITAÇÕES

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Comissão Especial Mista de Licitação - COEL, criada pelo Decreto nº 29.006/2017, com base nas Leis Municipais nº 9.233/2017, Lei Municipal nº 8.655/2014, Lei Municipal nº 8.421/2013, Lei Municipal nº 4.484/92, Lei Municipal nº 3.293/83 e Lei Federal 8.666/93, torna público, para a produção dos efeitos esperados, o resultado da licitação abaixo identificada:
CONCORRÊNCIA - SEFAZ Nº **009/2017**;
OBJETO: Alienação do imóvel situado na Praça dos Pássaros, s/nº - Cod. Logradouro nº 13345, Piatã - Salvador-Bahia - ID A005.
PROCESSO Nº: 50.183/2017 - SEFAZ;
RESULTADO: **DESERTA**.

Salvador, 11 de dezembro de 2017

ROBSON DOS ANJOS FREITAS
Presidente da COEL

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Comissão Especial Mista de Licitação - COEL, criada pelo Decreto nº 29.006/2017, com base nas Leis Municipais nº 9.233/2017, Lei Municipal nº 8.655/2014, Lei Municipal nº 8.421/2013, Lei Municipal nº 4.484/92, Lei Municipal nº 3.293/83 e Lei Federal 8.666/93, torna público, para a produção dos efeitos esperados, o resultado da licitação abaixo identificada:
CONCORRÊNCIA - SEFAZ Nº **011/2017**;
OBJETO: Alienação do imóvel situado na Rua Professor Zahidé Machado Neto - Logradouro 5230 - Itaigara - Salvador-Bahia - ID A009.
PROCESSO Nº: 50.189/2017 - SEFAZ;
RESULTADO: **DESERTA**.

Salvador, 11 de dezembro de 2017

ROBSON DOS ANJOS FREITAS
Presidente da COEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SEMGE

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Comissão Central Permanente de Licitação - COMPEL, atendendo a decisão da Sra. Subsecretária Municipal de Gestão divulga o resultado da licitação abaixo especificada:

PREGÃO ELETRÔNICO - SEMGE N.º 061/2017 - PROC: 5079/2016 - SEMGE.
OBJETO: Elaboração de registro de preços de vestuário para agente de endemias da Secretaria Municipal de Saúde - SMS.

LICITANTE	LOTES	VALOR (R\$)
BDS CONFECÇÕES E SERIGRAFIA LTDA EPP	01	R\$ 48.492,00
	02	R\$ 106.380,00
	05	R\$ 11.820,00
COTURNOS & CIA EIRELI - EPP	03	R\$ 59.688,00
	06	R\$ 6.632,00
NADIA CORREIA DE ALMEIDA - ME	04	R\$ 6.848,00

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 30/11/2017

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

AILSEN CUMMING AMICUCCI
Presidente

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Comissão Central Permanente de Licitação - COMPEL, atendendo a decisão da Sra. Subsecretária Municipal de Gestão divulga o resultado da licitação abaixo especificada:

PREGÃO ELETRÔNICO - SEMGE N.º 120/2017 - PROC: 2617/2016 - SEMGE.
OBJETO: Elaboração de registro de preços de vestuário especial (macacão SAMU).

LICITANTE	LOTES	VALOR (R\$)
FARDSEG INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	01	R\$ 185.799,00

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 30/11/2017

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

AILSEN CUMMING AMICUCCI
Presidente

AVISO DE PRORROGAÇÃO

A Comissão Central Permanente de Licitação - COMPEL, com base na Lei n.º 10.520/02, Lei Municipal nº 6.148/02, Decreto Municipal 13.724/02, Lei 8.666/93 na sua atual redação, subsidiariamente, e Lei Municipal 4.484/92, torna público para conhecimento dos interessados, **a prorrogação da seguinte licitação: PREGÃO ELETRÔNICO - SEMGE N.º 197/2017 - PROC: 3264/2017 - SEMGE**, cujo objeto é **a elaboração de registro de preços de material elétrico (DISJUNTOR E INTERRUPTOR)**, com recebimento das propostas a partir das 8h do dia 20/12/2017; abertura no dia 21/12/2017 às 10h e início da disputa no dia 21/12/2017 às 11h. Obs.: Horário Oficial de Brasília

O Edital do Pregão Eletrônico encontra-se à disposição dos interessados no endereço: www.licitacoes-e.com.br.

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

AILSEN CUMMING AMICUCCI
Presidente

Companhia de Governança Eletrônica do Salvador - COGEL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 28/2017

PROCESSO Nº 72//2017- COGEL
EMPRESA: NUCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR-NIC-BR; CNPJ Nº 05.506.560/0001-36.
OBJETO: Renovação da alocação de recursos de endereçamento da internet.
VALOR GLOBAL: R\$ 1.920,00.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto / Atividade: 2001; Elemento de Despesa: 33.90.39; Fonte de Recurso: 000.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II do Art. 24 da lei 8.666/93.
AUTORIZAÇÃO: 11/12/2017.

Salvador, 11 de dezembro de 2017

EUDE LIMA SANTANA
Diretor Administrativo e Financeiro

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 42/2017

PROCESSO Nº 100//2017- COGEL
EMPRESA: HILÁRIO DE SANTANA MOREIRA EIRELI-ME; CNPJ Nº. 07.155.464/0001-16
OBJETO: Aquisição material de construção.
VALOR GLOBAL: R\$ 1,309,56.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto / Atividade: 1314; Elemento de Despesa: 33.90.30; Fonte de Recurso 000.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II do Art. 24 da lei 8.666/93.
AUTORIZAÇÃO: 07/12/2017.

Salvador, 11 de dezembro de 2017

EUDE LIMA SANTANA
Diretor Administrativo e Financeiro

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 43/2017

PROCESSO Nº 102//2017- COGEL
EMPRESA: IP SERVICE TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP; CNPJ Nº. 13.758.812/0001-42.
OBJETO: Aquisição ferramentas.
VALOR GLOBAL: R\$ 1.989,00.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto / Atividade: 2001; Elementos de Despesa: 44.90.52 e 33.90.30; Fonte de Recurso 000.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II do Art. 24 da lei 8.666/93.
AUTORIZAÇÃO: 07/12/2017.

Salvador, 11 de dezembro de 2017

EUDE LIMA SANTANA
Diretor Administrativo e Financeiro

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 44/2017

PROCESSO Nº 101//2017- COGEL
EMPRESA: JAV DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E AUTOMAÇÃO LTDA; CNPJ Nºº 07.783.656/0002-58.
OBJETO: Aquisição de ferramenta para rotulagem em cabos de rede lógica.
VALOR GLOBAL: R\$ 4.015,00.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto / Atividade: 2001; Elemento de Despesa: 44.90.52; 33.90.30;
Fonte de Recurso 000.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II do Art. 24 da lei 8.666/93.
AUTORIZAÇÃO: 11/12/2017.

Salvador, 11 de dezembro de 2017

EUDE LIMA SANTANA
Diretor Administrativo e Financeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SMED

RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2017

EMPRESA: LECSUL TECNOLOGIA EDUCACIONAL LTDA - EPP.
CNPJ: 17.489.531/0001-92
MODALIDADE: Dispensa de Licitação
PROCESSO Nº: 6389/2017
OBJETO: Aquisição de equipamentos de Robótica Educacional - Lego Education, para ampliação do Projeto de Robótica da Escola Municipal Olga Mettig.
PARECER: RPGMS de 27 de outubro de 2017.
AMPARO LEGAL: Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93
VALOR: R\$ 3.180,00 (três mil cento e oitenta reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto Atividade: 12.361.0031.2151, Natureza da Despesa: 3.3.90.30 e Fonte: 001.
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 07 de dezembro de 2017

GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, em 07 de dezembro de 2017.

BRUNO OITAVEN BARRAL
Secretaria Municipal da Educação - SMED

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS

AVISO DE CONVOCAÇÃO

A Comissão Setorial Permanente de Licitação - COPEL, com fundamento na Lei 10.520/02, Lei Municipal n.º 6.148/02, Decreto Municipal 13.724/02, Lei 8.666/93 na sua atual redação, subsidiariamente, e Lei Municipal 4.484/92, esta, no que couber, torna público para conhecimento dos interessados que será realizada a seguinte licitação:

Pregão Eletrônico - SMS n.º 321/2017
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SISTEMA COMPUTADORIZADO DE TESTE DE ESFORÇO
Processo n.º 10407/2017 - SMS
Recebimento das Propostas a partir das 08:00 do dia 21/12/2017 até às 14:00 horas do dia 22/12/2017.
Abertura das Propostas:22/12/2017 às 14:30 horas
Sessão de Disputa dos Preços:22/12/2017 às 15:30 horas

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição nos endereços: www.compras.salvador.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br

Atenção: Horário de Brasília

Salvador, 07 de dezembro de 2017.

JOSÉ EGÍDIO DE SANTANA
Presidente/COPEL

AVISO DE CONVOCAÇÃO

A Comissão Setorial Permanente de Licitação - COPEL, com fundamento na Lei 10.520/02, Lei Municipal n.º 6.148/02, Decreto Municipal 13.724/02, Lei 8.666/93 na sua atual redação, subsidiariamente, e Lei Municipal 4.484/92, esta, no que couber, torna público para conhecimento dos interessados que serão realizadas as seguintes licitações:

Pregão Eletrônico - SMS n.º 367/2017
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO.
Processo n.º 13739/2017-SMS
Recebimento das Propostas a partir do dia 26/12/2017 das 08:00 horas até às 10:00 horas do dia 27/12/2017
Abertura das Propostas:27/12/2017 às 10:00 horas
Sessão de Disputa dos Preços:27/12/2017 às 11:00 horas

Pregão Eletrônico - SMS n.º 368/2017
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS (RESINAS).
Processo n.º 14458/2017-SMS
Recebimento das Propostas a partir do dia 26/12/2017 das 08:00 horas até às 10:00 horas do dia 27/12/2017

Abertura das Propostas:27/12/2017 às 10:00 horas
Sessão de Disputa dos Preços:27/12/2017 às 11:00 horas

Pregão Eletrônico - SMS n.º 369/2017
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.
Processo n.º 11424/2017-SMS
Recebimento das Propostas a partir do dia 26/12/2017 das 08:00 horas até às 10:00 horas do dia 27/12/2017
Abertura das Propostas:27/12/2017 às 10:00 horas
Sessão de Disputa dos Preços:27/12/2017 às 11:00 horas

Pregão Eletrônico - SMS n.º 370/2017
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PENSO (LUVAS, MACACÃO, CAPUZ).
Processo n.º 12684/2017-SMS
Recebimento das Propostas a partir do dia 26/12/2017 das 08:00 horas até às 14:00 horas do dia 27/12/2017
Abertura das Propostas:27/12/2017 às 14:00 horas
Sessão de Disputa dos Preços:27/12/2017 às 15:00 horas

Os Editais e seus anexos encontram-se à disposição nos endereços: www.compras.salvador.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br

Atenção: Horário de Brasília

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

JOSÉ EGÍDIO DE SANTANA
Presidente/COPEL

COMUNICADO

A Comissão Setorial Permanente de Licitação/SMS, com fundamento na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Municipal nº 6.148/2002, Decreto Municipal nº 13.724 e Lei Federal nº 8.666/93, comunica aos interessados no Pregão Eletrônico - SMS n.º 356/2017, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PENSO, que fica programada para as 08:00 horas do dia 26/12/2017 (início do recebimento de propostas) até às 12:00h do dia 27/12/2017, às 13:00h (abertura de propostas) e às 14:00h (Sessão de Disputa dos Preços). O Edital e seus anexos encontram-se à disposição nos endereços: www.compras.salvador.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.

Salvador, 07 de dezembro de 2017.

JOSÉ EGÍDIO DE SANTANA
Presidente/COPEL

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Comissão Setorial Permanente de Licitação - COPEL, atendendo a decisão do Exmo. Sr. Secretário Municipal da Saúde, divulga o resultado da licitação abaixo especificada:

Pregão Eletrônico - SMS n.º 226/2017
Processo nº 9581/2017
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE HEMODIÁLISE.

EMPRESAS	LOTES	VALORES (R\$)
FRESENIUS MEDICAL CARE LTDA.	ÚNICO	207.900,00
TOTAL		207.900,00

Critério de julgamento: Menor Preço.

Data da Homologação: 07/12/2017.

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

JOSÉ EGÍDIO DE SANTANA
Presidente da COPEL

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Comissão Setorial Permanente de Licitação - COPEL, atendendo a decisão do Exmo. Sr. Secretário Municipal da Saúde, divulga os resultados das licitações abaixo especificadas:

Pregão Eletrônico - SMS n.º 319/2017
Processo nº 9362/2017
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS EM CAIXA (PARA CIRURGIA EM VÍDEO)

EMPRESAS	LOTES	VALORES (R\$)
BHIO SUPPLY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	01	465.500,00
	03	362.000,00
SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	02	330.000,00
TOTAL		1.157.500,00



Critério de julgamento: Menor Preço.

Data da Homologação: 06/12/2017.

Pregão Eletrônico - SMS n.º 317/2017

Processo nº 7803/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE DETERGENTE DESINCROSTANTE ENZIMÁTICO.

EMPRESA	LOTE	VALOR (R\$)
QUÍMICA J V C LTDA	ÚNICO	R\$ 149.890,00
TOTAL		R\$ 149.890,00

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 06/12/2017

Pregão Eletrônico - SMS n.º 192/2017

Processo nº 304/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO HOSPITALAR

EMPRESAS	LOTES	VALORES (R\$)
RENASCR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS HOSPITALARES-EIRELI	01	R\$ 118.899,30
AGUAMED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS LTDA	02	R\$ 111.699,00
TOTAL		R\$ 230.598,30

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 05/12/2017

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

JOSÉ EGÍDIO DE SANTANA
Presidente da COPEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO - SECOM

RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo SECOM nº: 3054/2017

Dispensa de Licitação nº 02/2017

Contratante: Secretaria de Comunicação - SECOM

C.N.P.J.: 13.927.801/0033-26

Contratada: IP SERVICE TELEINFORMÁTICA COMERCIO E SERVICOS EIRELI - EPP

C.N.P.J.: 13.758.812/0001-42

Objeto: Aquisição de 10 (dez) caixas de Cabo de Rede CAT 6, em Capa CM com padrão de fornecimento de acordo com a Diretiva ROHS, em 04 pares traçados e bitola de 23 AWG, cada caixa contém 305 metros do cabo.

Subação: 250436 - Manutenção de Tecnologia da Informação e Comunicação

Elemento de Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo

Fonte: 0.1.00 - Tesouro

Valor Unitário: R\$ 541,00 (quinhentos e quarenta e um reais)

Valor Global: R\$ 5.410,00 (cinco mil quatrocentos e dez reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, art. 24, Inciso II

Parecer nº 141/2017-PGMS - GABP/SECOM

Assinatura: 11 de dezembro de 2017

Foro: Cidade do Salvador

Salvador, 11 de dezembro de 2017

PAULO ALENCAR
Secretário de Comunicação

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO - SECULT

Fundação Gregório de Mattos - FGM

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Nº:799/2017

Inexigibilidade de Licitação : 205/2017

Data do Parecer Nº 05/12/2017

Contratante : FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS.

CNPJ: 15.185.234/0001-28

Contratada :MAGNO CRIAÇÕES ARTISTICAS LTDA - ME.

CNPJ/CPF : 16.400.020/0001-90

Objeto : Confecção e instalação da estátua em homenagem ao escritor João Ubaldo Ribeiro.

Valor Total : R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Dotação Orçamentária : Projeto Atividade - 128601, Elemento de Despesa - 3.3.90.39,

Fonte :.010

Amparo Legal: Lei 8.666/93, art. 25, inciso II.

Data da Homologação: 05/12/2017

Salvador, 07 de dezembro de 2017.

FERNANDO FERREIRA DE CARVALHO
Presidente

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Nº: 772/2017

Inexigibilidade de Licitação nº 201/2017

Data : 05/12/2017

Contratante : FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS

CNPJ : 15.185.234/0001/28

Contratada (o) : STUDIO ARGOLO ANTIGUIDADES E RESTAURAÇÕES LTDA - EPP.

CNPJ/CPF ;; 14.030.704/0001-11.

Objeto : Confecção de réplica do busto de Arlindo Fragoso, tendo em vista que o original foi roubado dos jardins da Academia de Letras da Bahia.

Valor Total : R\$ 9.400,00 (nove mil quatrocentos reais)

Dotação Orçamentária : Projeto Atividade - 128601, Elemento de Despesa - 3.3.90.39 - Fonte 010.

Amparo Legal: Lei 8.666/93, art. 25, inciso II.

Data da Homologação: 05/12/2017.

Salvador, 07 de dezembro de 2017.

FERNANDO FERREIRA DE CARVALHO
Presidente

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA - SEMOP

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: nº 4925/2017.

Inexigibilidade nº 019/2017

Objeto: Contrato de adequação da rede elétrica de distribuição para atender as tligações provisórias da iluminação pública para atender a festa da Boa Viagem.

Contratada: COELBA-COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Valor Global: R\$ 25.745,68 (vinte e cinco mil setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e oito centavos).

Base legal: Art. 25, Inciso II, combinado com Inciso VI do Art. 13 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações anteriores.

Dotação Orçamentária: Projeto/Atividade: 217300 Elemento de Despesa: 33.90.39 Fonte: 0.1.17.000000

Data da Homologação: 11 de Dezembro de 2017.

Salvador, 11 de Dezembro de 2017

MARCUS PASSOS
Secretário

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: nº 4754/2017.

Inexigibilidade nº 020/2017

Objeto: Contrato de adequação da rede elétrica de distribuição para atender as ligações provisórias da iluminação pública do bairro da Boca do Rio no Réveillon 2018.

Contratada: COELBA-COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Valor Global: R\$ 234.568,57 (duzentos e trinta e quatro mil quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta e sete centavos).

Base legal: Art. 25, Inciso II, combinado com Inciso VI do Art. 13 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações anteriores.

Dotação Orçamentária: Projeto/Atividade: 217300 Elemento de Despesa: 33.90.39 Fonte: 0.1.17.000000

Data da Homologação: 11 de Dezembro de 2017.

Salvador, 11 de Dezembro de 2017

MARCUS PASSOS
Secretário

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: nº 5025/2017.

Inexigibilidade nº 021/2017

Objeto: Contrato de adequação da rede elétrica de distribuição para atender as ligações provisórias da iluminação pública do projeto de requalificação da Avenida Oceânica na Barra, no trecho compreendido entre o Barra Center e o Cristo.

Contratada: COELBA-COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Valor Global: R\$ 825.740,27 (oitocentos e vinte e cinco mil setecentos e quarenta reais e vinte e sete centavos).

Base legal: Art. 25, Inciso II, combinado com Inciso VI do Art. 13 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações anteriores.

Dotação Orçamentária: Projeto/Atividade: 217300 Elemento de Despesa: 33.90.39 Fonte: 0.1.17.000000

Data da Homologação: 11 de Dezembro de 2017.

Salvador, 11 de Dezembro de 2017

MARCUS PASSOS
Secretário

RETIFICAÇÃO

Na publicação do DOM nº 6.982, de 02 a 04/12/2017, pag. 22, relativa à Inexigibilidade de Licitação nº 018/2017.

Onde se lê: Valor Global: R\$ 33.233,90 (Trinta e três mil duzentos e trinta e três reais e noventa centavos).

Leia-se: Valor Global: R\$ 37.233,90 (Trinta e sete mil duzentos e trinta e três reais e noventa centavos).

Salvador, 11 de Dezembro de 2017.

CAMILA A. GUIMARÃES CARNEIRO
Presidente COSEL/SEMOP

SECRETARIA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DA CIDADE - SEMAN

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação - COSEL/SEMAN, com base nas Leis Federais 10.520/02; Lei 8.666/93, suas alterações constantes das Leis nº 8.883/94 e 9.648/98; Lei Municipal 6.148/02 e Decreto Municipal 13.724/02, bem como as demais normas regulamentares que regem a matéria, torna público para conhecimento dos interessados que será realizada a seguinte licitação: PREGÃO ELETRÔNICO nº 047/2017
LICITAÇÃO nº 053/2017
OBJETO: Aquisição (com entrega inclusa) de tubos galvanizados.
PROCESSO nº 1089/2017
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 26/12/2017 às 08h00min
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 27/12/2017 às 10h00min.
SESSÃO DE DISPUTA DOS PREÇOS: 27/12/2017 às 11h00min.

O Edital do Pregão encontra-se à disposição dos interessados no site www.licitacoes-e.com.br.

Salvador, 11 de Dezembro de 2017

JUCIENE FERREIRA SANTOS
Presidente/COSEL

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação - COSEL atendendo a decisão do Sr. Secretário da Secretaria de Manutenção da Cidade - SEMAN divulga o resultado da licitação abaixo especificada:
Licitação nº 037/2017
Pregão Eletrônico: nº 033/2017
Processo nº 695/2017
Objeto: Aquisição (com entrega inclusa) de parafusos, arruelas, porcas, barra roscada e clips galvanizado, rolamentos.

LOTE 01:
Empresa Vencedora: DEPAU COMÉRCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME
CNPJ: 07.188.943/0001-39
Valor da Proposta: R\$ 6.310,00 (seis mil, trezentos e dez reais).

LOTE 02:
Empresa Vencedora: BAHIA FORTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO EIRELI - EPP
CNPJ: 13.690.975/0001-30
Valor da Proposta: R\$ 13.203,00 (treze mil, duzentos e três reais).

Data da Homologação: 07/12/2017

Neste ato convocamos a empresa vencedora para assinatura do contrato em um prazo de 05 (cinco) dias.

O Processo Administrativo correspondente está com vista franqueada aos interessados, nos dias úteis das 8:00h às 12:00h e 13:00h às 17:00h na COSEL - SEMAN, no endereço: BR 324, Km 8,5, Porto Seco Pirajá.

Salvador, 11 de Dezembro de 2017

JUCIENE FERREIRA SANTOS
Presidente/COSEL

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação - COSEL atendendo a decisão do Sr. Secretário da Secretaria de Manutenção da Cidade - SEMAN divulga o resultado da licitação abaixo especificada:
Licitação nº 045/2017
Pregão Eletrônico: nº 040/2017
Processo nº 962/2017
Objeto: Aquisição (com entrega inclusa) de oxigênio gasoso, Acetileno e argônio
Empresa Vencedora: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA
CNPJ: 00.331.788/0001-62
Valor da Proposta: R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais)
Data da Homologação: 07/12/2017.

Neste ato convocamos a empresa vencedora para assinatura do contrato em um prazo de 05 (cinco) dias.

O Processo Administrativo correspondente está com vista franqueada aos interessados, nos dias úteis das 8:00h às 12:00h e 13:00h às 17:00h na COSEL - SEMAN, no endereço: BR 324, Km 8,5, Porto Seco Pirajá.

Salvador, 11 de Dezembro de 2017.

JUCIENE FERREIRA SANTOS
Presidente/COSEL



CONTRATOS

GABINETE DO PREFEITO - GABP

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL - AFM

Contratada: D FORMAS INTALACOES E DIVISORIAS LTDA -ME
C.N.P.J.: 73.472.227/0001-03
Processo: 1325/2016
Objeto: Material permanente / Porta Para Divisória
Projeto Atividade: 222100
Elemento de Despesa: 044.90.52
Fonte: 0.1.00 - Tesouro
AFM: 009502/2017 - R\$ 318,20 - Data da Assinatura 28.11.2017

Salvador 11 de dezembro de 2017

MARINALVA VASCONCELOS
Coordenadora Administrativa

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGMS

RESUMO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL

AFM:2017009794
Processo nº 2651-16
Contratada: DISBA BAHIA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS ALIMENTOS E
CNPJ: 10.676.174/0001-22
Objeto: Bebidas não alcoólicas
Valor Total: R\$ 5.448,00(Cinco mil quatrocentos e quarenta e oito reais)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93 e Lei Municipal nº 4.484/92
Dotação Orçamentária: Projeto/Atividade- 2001 - Elemento de Despesa-3.3.90.30 Fonte 0.1.00
Data: 06/12/2017

Salvador, 11 de Dezembro de 2017

LUCIANA RODRIGUES
Procuradora Geral do Município

TORNAR SEM EFEITO

O resumo da autorização de fornecimento de material - AFM:2017009621, processo nº 2651-2016, publicada no DOM nº 6.982, do dia 02 à 04 de dezembro de 2017.

Salvador, 11 de Dezembro de 2017

LUCIANA RODRIGUES
Procuradora Geral do Município

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ

RESUMO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROMESSA IRRETRATÁVEL

DE COMPRA E VENDA Nº001/2017

Objeto: Área com 798,00 m² (setecentos e noventa e oito metros quadrados), localizado à RUA LAURA COSTA, CODLOG 3536, Bairro: VILA LAURA, Cidade: SALVADOR, Estado: BAHIA, Pais: BRASIL. Inicia-se a descrição do Perímetro: Do ponto P00, de coordenadas UTM 8.566.103,273 N e 555.162,566 E, de azimute 93°50'47" e com a distância de 32,30 m até o ponto P01. Do ponto P01, de coordenadas UTM 8.566.101,107 N e 555.194,790 E, de raio R = 20,61 e com a distância de 18,13 m até o ponto P02. Do ponto P02 de coordenadas UTM 8.566.092,707 N e 555.210,202 E, de azimute 160°15'14" e com a distância de 4,28 m até o ponto P03. Do ponto P03, de coordenadas UTM 8.566.088,679 N e 555.211,648 E, de azimute 226°36'28" e com a distância de 25,64 m até o ponto P04. Do ponto P04, de coordenadas UTM 8.566.071,064 N e 555.193,016 E, de azimute 316°36'28" e com a distância de 44,32 m até o ponto P05.
Processo Nº: 44.823/2017
Concorrência: 005/2017
Promitente/Vendedor: MUNICÍPIO DE SALVADOR
CNPJ: 13.927.801/0001-49
Promissário/Comprador: LUIZ FERNANDO DE PINHO ALMEIDA, casado, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº 162.803.935-34 e RG 01.072.637,34
Valor Total: R\$ 700.000,00(Setecentos mil reais)
Amparo Legal: Leis Municipais nº 9.233/2017, 8.655/2014, 8.421/2013;4.484/92, 3.293/83 e Lei Federal nº 8.666/93
Data da Assinatura: 27/11/2017

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

Assinam:

PAULO GANEM SOUTO
Promitente Vendedor
Município de Salvador

LUIZ FERNANDO DE PINHO ALMEIDA
Promissário Comprador

RESUMO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROMESSA IRRETRATÁVEL
DE COMPRA E VENDA Nº002/2017

Objeto: Área de 4.399,85m2 (quatro mil e trezentos e noventa e nove metros quadrados e oitenta e cinco decímetros de metros quadrados), localizado à RUA ALCEU AMOROSO LIMA, S/N, CODLOG 6020, Bairro: PITUBA, Cidade: SALVADOR, Estado: BAHIA, Pais: BRASIL. Inicia-se a descrição do Perímetro: Do Ponto P00, de coordenadas UTM 8.565.102,972N e 559.113,210E, de azimute 34°15'27" e com a distância de 101,30m até o ponto P01. Do ponto P01, de coordenadas UTM 8.565.045,949N e 559.196,937E, de azimute 33°55'04" e com a distância de 16,35m até o ponto P02. Do ponto P02, de coordenadas UTM 8.565.036,823N e 559.210,508E, de azimute 34°31'45" e com a distância de 26,65m até o ponto P03. Do ponto P03, de coordenadas UTM 8.565.021,719N e 559.232,461E, de azimute 34°26'18" e com a distância de 24,34m até o ponto P04. Do ponto P04, de coordenadas UTM 8.565.005,692N e 559.255,834E, de azimute 34°14'12" e com a distância de 26,45m até o ponto P05. Do ponto P05, de coordenadas UTM 8.564.990,813N e 559.277,698E, de azimute 34°51'18" e com a distância de 30,99m até o ponto P06. Do ponto P06, de coordenadas UTM 8.564.973,104N e 559.303,125E, de azimute 114°40'43" e com a distância de 1,96m até o ponto P07. Do ponto P07, de coordenadas UTM 8.564.971,320N e 559.302,305E, de azimute 122°57'36" e com a distância de 3,53m até o ponto P08. Do ponto P08, de coordenadas UTM 8.564.968,362N e 559.300,387E, de raio 13,22m e com a distância de 18,78m até o ponto P09. Do ponto P09, de coordenadas UTM 8.564.963,775N e 559.283,769E, de azimute 214°52'25" e com a distância de 33,01m até o ponto P10. Do ponto P10, de coordenadas UTM 8.564.982,650N e 559.256,686E, de azimute 214°49'03" e com a distância de 34,65m até o ponto P11. Do ponto P11, de coordenadas UTM 8.565.002,436N e 559.228,237E, de azimute 213°22'45" e com a distância de 48,89m até o ponto P12. Do ponto P12, de coordenadas UTM 8.565.029,332N e 559.187,413E, de azimute 213°19'59" e com a distância de 65,89m até o ponto P13. Do ponto P13, de coordenadas UTM 8.565.065,537N e 559.132,366E, de azimute 213°52'31" e com a distância de 38,38m até o ponto P14. Do ponto P14, de coordenadas UTM 8.565.086,932N e 559.100,503E, de azimute 308°23'11" e com a distância de 20,46m até o ponto P00, que deu origem e encerra a presente descrição.

Processo Nº: 48.132/2017

Concorrência: 006/2017

Promitente/Vendedor: MUNICÍPIO DE SALVADOR

CNPJ: 13.927.801/0001-49

Promissário/Comprador: GPEC PATRIMONIAL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Albino Fernandes, 528 - Sussuarana - CEP 41.215-770 - Salvador-Bahia, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 06.063.998/0001-50, neste ato representada pela Sr. PEDRO DE ARAÚJO, brasileiro, Empresário, natural de Serrinha, inscrito no CPF sob o nº 454.872.195-

91, RG nº 04.354.576-91 expedida pela SSP-Ba

Valor Total: R\$ 3.740.000,00(Três milhões setecentos e quarenta mil reais)

Amparo Legal: Leis Municipais nº 9.233/2017, 8.655/2014, 8.421/2013;4.484/92, 3.293/83 e Lei Federal nº 8.666/93

Data da Assinatura: 11/12/2017

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

Assinam:

PAULO GANEM SOUTO
Município de Salvador
Promitente Vendedor

PEDRO DE ARAÚJO
GPEC PATRIMONIAL LTDA ME
Promissário Comprador

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SEMGE

RESUMO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 808/2017

PROCESSO nº 2790/2013.

CONTRATO nº 035/2013.

OBJETO: Com vistas à descentralização do pagamento.

LEI FEDERAL Nº 8.666/93.

LEI MUNICIPAL Nº 4.484/92.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO: SEMGE Nº 063/2013.

CONTRATADA: SOLUÇÃO LOGÍSTICA LTDA.

DATA DE ASSINATURA: 06 de novembro de 2017

ÓRGÃO/ ENTIDADE	SUBAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	VALOR MENSAL ESTIMADO (R\$)
SECULT	200135	3.3.90.39	0.1.00	3.745,36

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

ISABELA LOUREIRO MANSO CABRAL
Subsecretária/SEMGE

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL - AFM

AFM: 2017008864

Processo: 6176/2017

Contratada: CENTRO DE PESQUISA EM INFORMÁTICA EIRELI

CNPJ nº.40.584.096/0001-05

Objeto: Licença de software mcafee e licença de proteção específica para servidores virtualizados.

Valor total: R\$ 38.562,20 (trinta e oito mil e quinhentos e sessenta e dois reais e vinte centavos)

Dotação orçamentária: Projeto/atividade 04.122.0015.2001

Elemento de despesas: 3.3.90.30 fonte de recurso: 000

Amparo legal: Lei Federal nº. 8.666/93, Municipal nº. 4.484/92 e Decreto Municipal nº. 10.267/93

Data da assinatura: 11/12/2017.

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

LISIANE ALVES
Coordenadora Administrativa

RETIFICAÇÃO DO RESUMO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº
045/2013

PUBLICAÇÃO: 07 de dezembro de 2017 - DOM 6.985 PAG. 49.
CONTRATO nº 045/2013.
CONTRATADA: EMPRESA DE TRANSPORTES APOTEOSE LTDA.

ONDE SE LÊ:

DATA DE ASSINATURA: 20 de outubro de 2017.

LEIA-SE:

DATA DE ASSINATURA: 08 de novembro de 2017.

Salvador, 11 de dezembro de 2017

ISABELA LOUREIRO MANSO CABRAL
Subsecretária/SEMGE

TORNAR SEM EFEITO A RETIFICAÇÃO DO RESUMO DO QUINTO TERMO
ADITIVO AO CONTRATO Nº 045/2013

DOM Nº 6.986 PUBLICADO EM 08 A 11 DE DEZEMBRO DE 2017 PÁG. 58
CONTRATO: 045/2013

TORNAR SEM EFEITO A RETIFICAÇÃO DO RESUMO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº
045/2013, firmado com a empresa COMTECH INFORMÁTICA LTDA.

Salvador, 11 de dezembro de 2017

ISABELA LOUREIRO MANSO CABRAL
Subsecretária/SEMGE

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SMED

RESUMO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 021/2017

PREGÃO ELETRÔNICO SMED Nº 020/2017

CONTRATADO: Brink Mobil Equipamentos Educacionais Ltda

CNPJ: 79.788.766/0001-32

PROCESSO: 6893/2017

OBJETO: Registro de Preços para aquisição, montagem e entrega do material escolar a ser distribuído para os alunos das Unidades Escolares da Rede Municipal.

VIGÊNCIA: 01(um) ano, a contar da data da sua assinatura.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto Atividade 12.361.0031.2150, Elemento de Despesa 3.3.90.32 e Fontes: 001 e 004.

AMPARO LEGAL: Art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 11 de dezembro de 2017.

ASSINAM:

BRUNO OITAVEN BARRAL
Secretaria Municipal da Educação - SMED

VALDEMAR ABILA
Brink Mobil Equipamentos Educacionais Ltda

LOTES - 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
01	MÓDULO ESCOLAR TIPO I A - 0 A 2 ANOS	KIT	20,29
02	MÓDULO ESCOLAR TIPO I B - 3 A 5 ANOS	KIT	30,68
03	MÓDULO ESCOLAR TIPO II - FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS	KIT	23,04
04	MÓDULO ESCOLAR TIPO III - FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS	KIT	18,96
05	MÓDULO ESCOLAR TIPO IV - JOVENS E ADULTOS	KIT	21,54

Salvador, 11 de dezembro de 2017

BRUNO OITAVEN BARRAL
Secretário

RESUMO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 022/2017

PREGÃO ELETRÔNICO SMED Nº 020/2017

CONTRATADO: Gráfica e Editora Moraes Ltda - EPP

CNPJ: 02.278.531/0001-76

PROCESSO: 6893/2017

OBJETO: Registro de Preços para aquisição, montagem e entrega do material escolar a ser distribuído para os alunos das Unidades Escolares da Rede Municipal.

VIGÊNCIA: 01(um) ano, a contar da data da sua assinatura.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto Atividade 12.361.0031.2150, Elemento de Despesa 3.3.90.32 e Fontes: 001 e 004.

AMPARO LEGAL: Art. 55 da Lei Federal nº 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 11 de dezembro de 2017.

ASSINAM:

BRUNO OITAVEN BARRAL
Secretaria Municipal da Educação - SMED

AIRTON PIRES DE MORAES
Gráfica e Editora Moraes Ltda - EPP

LOTES - 02

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
01	MÓDULO ESCOLAR TIPO I A - 0 A 2 ANOS	KIT	22,35
02	MÓDULO ESCOLAR TIPO I B - 3 A 5 ANOS	KIT	33,63
03	MÓDULO ESCOLAR TIPO II - FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS	KIT	25,22
04	MÓDULO ESCOLAR TIPO III - FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS	KIT	20,81
05	MÓDULO ESCOLAR TIPO IV - JOVENS E ADULTOS	KIT	23,64

Salvador, 11 de dezembro de 2017

BRUNO OITAVEN BARRAL
Secretário

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 001/2017 AO CONTRATO Nº 026/2017

CONTRATANTE: PMS/SMED

CNPJ: 13.927.801/0006-53

CONTRATADA: Camila Cristina Pereira Bartolini - ME

CNPJ: 11.250.876/0001-02

PROCESSO Nº: 7256/2016

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência pelo período de 30 (trinta) dias, tendo seu início em 01/12/2017 e término em 31/12/2017.

PARECER: 30 de novembro de 2017

AMPARO LEGAL: Art. 57, Parágrafo 1º, Inciso II e III, da Lei 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 01 de dezembro de 2017

ASSINAM:

BRUNO OITAVEN BARRAL
Secretaria Municipal da Educação - SMED

CAMILA CRISTINA PEREIRA BARTOLINI
Camila Cristina Pereira Bartolini - ME

RESUMO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL

AFM: 2017009638

Nº PROCESSO: 5477/15

CONTRATADA: COMDADOS COMÉRCIO E SERVIÇOS ELETRÔNICOS LTDA

CNPJ: 34.203.752/0001-71

OBJETO: 13 UN INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDES LÓGICA E ELÉTRICA REDE LÓGICA ESTRUTURADA - REMANEJAMENTO DE PONTO LÓGICO - REMANEJAMENTO DE PONTO LÓGICO, INCLUINDO CONECTORIZAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO, CERTIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO, COM APROVEITAMENTO DOS MATERIAIS A SEREM APLICADOS. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NOS AUTOS. 17 UN INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE REDES LÓGICA E ELÉTRICA REDE LÓGICA ESTRUTURADA - NOVO PONTO LÓGICO, 6, ATÉ 50M COM INFRAESTRUTURA E CERTIFICAÇÃO INSTALAÇÃO DE NOVO PONTO LÓGICO, CATEGORIA 6, COM



INFRAESTRUTURA, PATCH CORD, LINE CORD, GUIA DE CABO, CONECTOR RJ-45 FÊMEA, CABEAMENTO UTP E CERTIFICAÇÃO DO PONTO LÓGICO, EXCETO RACK E PATCH PANEL, ATE 50 (CINQUENTA) METROS.CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NOS AUTOS.
VALOR: R\$ 13.370,30
DATA DE ASSINATURA DA AFM: 01/12/2017
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade 12.122.015.2001 - Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos - FME. Natureza de Despesa. 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Fonte: 001 - Rec. de Impostos e Transferências de Impostos - Educação.
AMPARO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei Municipal nº 4.484/92.

Salvador, 07 de dezembro de 2017

FLAVIO HENRIQUE PIMENTA
Diretor de Suporte à Rede Escolar

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS

RESUMO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 134/2014

PROCESSO: Nº 10137/2017
DO CONTRATO: Acordam as partes em prorrogar o prazo por mais 12 (doze) meses, com início em 07/11/2017 a 06/11/2018.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto Atividade 10.302.028.2096; 10.122.015.2001; Elemento de Despesa 3.3.90.39; Fontes de recursos 002 e 014.
CONTRATADA: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS.
CNPJ: 61.198.164/0001-60
DATA DA ASSINATURA: 06/11/2017.
AMPARO LEGAL: Art. 57, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.
RESPONSÁVEL LEGAL: Eduardo de Oliveira
Neide Oliveira Souza

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

JOSÉ ANTÔNIO RODRIGUES ALVES
Secretário Municipal da Saúde

RESUMO DE TERMO DE COMPROMISSO Nº 502/2017

PREGÃO ELETRÔNICO SMS: 306/2017
PROCESSO Nº 12799/2017
OBJETO: Registro de preços para aquisição de cabine de segurança biológica
TERMO DE COMPROMISSO SMS Nº: 502/2017
CONTRATADA: FILTERFLUX EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA - EPP
CNPJ: 08.040.473/0001-24
VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 01 (um) ano, a contar da data de assinatura.
AMPARO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, Municipal 4.484/92 e Decreto Municipal nº 10.267/93.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE(S)
SMS	10.302.011.1345	4.4.90.52	0.1.02 0.1.92

DATA DA ASSINATURA 07/12/2017
ASSINAM: JOSÉ ANTÔNIO RODRIGUES ALVES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE
LUIZ ROBERTO MANACERO
FILTERFLUX EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA - EPP

PREÇOS REGISTRADOS:

ITEM	MATERIAL	UF	VALOR UNITÁRIO
01	CABINE DE SEGURANÇA PARA MANUSEIO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS COM VENTILAÇÃO LAMINAR MARCA: FABRICANTE: FILTERFLUX	UND	15.200,00

Salvador, 07 de dezembro de 2017

STELA GLEIDE OLIVEIRA SANTANA
Coordenadora

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL - AFM

OBJETO: Medicamentos
PROCESSO: 10416/2016
AFM Nº: 9435/2017 - R \$ 931,00- DATA DA ASSINATURA: 27/11/2017
CONTRATADA: DROGAFONTE LTDA
CNPJ: 08.778.201/0001-26

PROCESSO: 15391/2016
AFM Nº: 9453/2017 - R\$ 766,40 - DATA DA ASSINATURA: 27/11/2017
CONTRATADA: DROGAFONTE LTDA
CNPJ: 08.778.201/0001-26

PROCESSO: 10416/2016
AFM Nº: 9430/2017 - R\$ 344,50 - DATA DA ASSINATURA: 27/11/2017
CONTRATADA: FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICO FARMACÊUTICA CEARENSE LTDA
CNPJ: 06.628.333/0001-46

PROCESSO: 10416/2016
AFM Nº: 9433/2017 - R\$ 313,00 - DATA DA ASSINATURA: 27/11/2017
CONTRATADA: FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICO FARMACÊUTICA CEARENSE LTDA
CNPJ: 06.628.333/0001-46

PROCESSO: 7799/2017
AFM Nº: 9457/2017 - R\$ 4.053,00 - DATA DA ASSINATURA: 27/10/2017
CONTRATADA: FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICO FARMACÊUTICA CEARENSE LTDA
CNPJ: 06.628.333/0001-46

PROCESSO: 10416/2016
AFM Nº: 10416/2017 - R\$ 260,00- DATA DA ASSINATURA: 27/11/2017
AFM Nº: 9434/2017 - R\$ 9.730,00- DATA DA ASSINATURA: 27/11/2017
CONTRATADA: RIOBAHIAFARMA COM. E DIST. DE PROD. MEDICOS E COSMETICOS LTDA
CNPJ: 15.145.035/0001-96

PROCESSO: 10416/2016
AFM Nº: 9445/2017 - R\$ 1.500,00 - DATA DA ASSINATURA: 27/11/2017
AFM Nº: 9451/2017 - R\$ 1.282,50- DATA DA ASSINATURA: 27/11/2017
CONTRATADA: COMERCIAL VALFARMA LTDA - EPP
CNPJ: 02.600.770/0001-09

PROCESSO: 6521/2017
AFM Nº: 9477/2017 - R\$ 20.240,00- DATA DA ASSINATURA: 27/11/2017
CONTRATADA: MEDYCAMENTHA PRODUTOS ONCOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 13.778.147/0001-59

PROCESSO: 10416/2016
AFM Nº: 9443/2017 - R\$ 4.287,00- DATA DA ASSINATURA: 27/11/2017
CONTRATADA: SOLUMED DISTRIBUIDORA DE MED. E PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
CNPJ: 11.896.538/0001-42

PRAZO: IMEDIATO
AMPARO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, Municipal nº 4.484/92 e Decreto Municipal nº 10.267/93.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto Atividade: 2104; Elemento de Despesas 3.3.90.30; Fonte de Recursos 002 (Rec. de Impostos e Transferências de Imposto - Saúde).

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

STELA GLEIDE OLIVEIRA SANTANA
Coordenadora

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL - AFM

OBJETO: Móveis hospitalares, odonto e ambulatoriais
PROCESSO: 9714/2017
SOLICITAÇÃO DE EMPENHO Nº: 2017000976 - R\$ 30.000,00
DATA DA ASSINATURA: 24/11/2017
CONTRATADA: MOVEIS ANDRADE INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS HOSP. LTDA
CNPJ: 04.910.323/0001-73

PROCESSO: 9714/2017
SOLICITAÇÃO DE EMPENHO Nº: 2017000976 - R\$ 130.127,50
DATA DA ASSINATURA: 24/11/2017
CONTRATADA: HOSPIMETAL INDÚSTRIA METALÚGICA DE EQUIP. HOSP. LTDA
CNPJ: 54.178.938/0001-80

PROCESSO: 9714/2017
SOLICITAÇÃO DE EMPENHO Nº: 2017000976 - R\$ 52.295,00
DATA DA ASSINATURA: 24/11/2017
CONTRATADA: J BOAVENTURA DOS SANTOS - ME
CNPJ: 03.036.280/0001-86

PROCESSO: 9714/2017
SOLICITAÇÃO DE EMPENHO Nº: 2017000976 - R\$ 11.190,00
DATA DA ASSINATURA: 24/11/2017
CONTRATADA: RENASCEER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS HOSP. EIRELI - EPP
CNPJ: 04.198.372/0001-25

OBJETO: Equipamentos e utensílios para copa e cozinha industrial
PROCESSO: 10795/2017
SOLICITAÇÃO DE EMPENHO Nº: 2017000978 - R\$ 2.630,00
DATA DA ASSINATURA: 24/11/2017
CONTRATADA: BR&SP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME
CNPJ: 19.860.197/0001-67

PROCESSO: 10795/2017
SOLICITAÇÃO DE EMPENHO Nº: 2017000978 - R\$ 1.600,00
DATA DA ASSINATURA: 24/11/2017
CONTRATADA: JP COMÉRCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME
CNPJ: 21.746.899/000166

PROCESSO: 10791/2017
SOLICITAÇÃO DE EMPENHO Nº: 2017000984 - R\$ 21.200,00
DATA DA ASSINATURA: 24/11/2017
CONTRATADA: BR&SP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME
CNPJ: 19.860.197/0001-67

PROCESSO: 10791/2017
SOLICITAÇÃO DE EMPENHO Nº: 2017000983 - R\$ 11.000,00
DATA DA ASSINATURA: 01/11/2017
CONTRATADA: TRIPLICE REPRESENTANTES DE ALIMENTOS LTDA - ME
CNPJ: 09.550.793/0001-97

PRAZO: IMEDIATO
AMPARO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, Municipal nº 4.484/92 e Decreto Municipal nº 10.267/93.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto Atividade: 1345; Elemento de Despesas 4.4.90.52; Fonte de Recursos 002 (Rec. de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde).

Salvador, 07 de dezembro de 2017 .

STELA GLEIDE OLIVEIRA SANTANA
Coordenadora

RETIFICAÇÃO DO RESUMO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 166/2017

PUBLICAÇÃO: D.O.M. nº 6.849 de 26 de maio de 2017, pág. 16.
PROCESSO Nº 12686/2016.

ONDE SE LÊ:

TERMO DE COMPROMISSO SMS Nº: 166/2016

LEIA-SE:

TERMO DE COMPROMISSO SMS Nº: 166/2017

Salvador, 07 de dezembro de 2017.

STELA GLEIDE OLIVEIRA SANTANA
Coordenadora

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E COMBATE À POBREZA - SEMPS

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL - AFM

AFM Nº: 2017009704
LICITAÇÃO Nº: 066/2017
TERMO DE COMPROMISSO Nº: 2017000170
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 3692/2016
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E COMBATE À POBREZA - SEMPS
CNPJ Nº 13.927.801/0017-06
CONTRATADA: SOS GÁS LTDA - ME
CNPJ Nº: 09.266.128/0001-76
OBJETO: AQUISIÇÃO DE VALE GÁS
VALOR TOTAL: R\$ 729,00 (SETECENTOS E VINTE E NOVE REAIS)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PROJETO/ATIVIDADE: 200142
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 FONTE: 0.1.00 - TESOURO.
DATA DA AFM: 04/12/2017
PROCESSO SEMPS Nº 2639/2017

Salvador, 07 de Dezembro de 2017

LILIAN MARINS
Coordenadora Administrativa

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL - AFM

AFM Nº: 2017009705
LICITAÇÃO Nº: 066/2017
TERMO DE COMPROMISSO Nº: 2017000170
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 3692/2016
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E COMBATE À POBREZA - SEMPS
CNPJ Nº 13.927.801/0017-06
CONTRATADA: SOS GÁS LTDA - ME
CNPJ Nº: 09.266.128/0001-76
OBJETO: AQUISIÇÃO DE VALE GÁS
VALOR TOTAL: R\$ 2.187,00 (DOIS MIL CENTO E OITENTA E SETE REAIS)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PROJETO/ATIVIDADE: 230801
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 FONTE: 0.1.00 - TESOURO.
DATA DA AFM: 04/12/2017
PROCESSO SEMPS Nº 2186/2017

Salvador, 07 de Dezembro de 2017

LILIAN MARINS
Coordenadora Administrativa

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL - AFM

AFM Nº: 2017009739
LICITAÇÃO Nº: 069/2017
TERMO DE COMPROMISSO Nº: 2017000177
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 288/2017
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E COMBATE À POBREZA - SEMPS
CNPJ Nº 13.927.801/0017-06
CONTRATADA: AZZUX COMERCIAL LTDA ME
CNPJ Nº: 01.741.726/0001-48
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GARRAFÃO DE ÁGUA MINERAL
VALOR TOTAL: R\$ 876,60 (OITOCENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E SESSENTA CENTAVOS)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PROJETO/ATIVIDADE: 200142
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 FONTE: 0.1.00 - TESOURO.
DATA DA AFM: 05/12/2017
PROCESSO SEMPS Nº 2962/2017

Salvador, 07 de Dezembro de 2017

LILIAN MARINS
Coordenadora Administrativa

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL - AFM

AFM Nº: 2017009784
LICITAÇÃO Nº: 010/2017
TERMO DE COMPROMISSO Nº: 2017000167
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 3697/2016
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E COMBATE À POBREZA - SEMPS
CNPJ Nº 13.927.801/0017-06
CONTRATADA: DISK EPI EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA EIRELI - EPP
CNPJ Nº: 14.382.142/0001-75
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PROTETOR AURICULAR DESCARTÁVEL
VALOR TOTAL: R\$ 195,00 (CENTO E NOVENTA E CINCO REAIS)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PROJETO/ATIVIDADE: 234001
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 FONTE: 0.1.00 - TESOURO.
DATA DA AFM: 06/12/2017
PROCESSO SEMPS Nº 2283/2017

Salvador, 11 de Dezembro de 2017

LILIAN MARINS
Coordenadora Administrativa

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL - AFM

AFM Nº: 2017009785
LICITAÇÃO Nº: 031/2017
TERMO DE COMPROMISSO Nº: 2017000205
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 3531/2016
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL E COMBATE À POBREZA - SEMPS
CNPJ Nº 13.927.801/0017-06
CONTRATADA: J FERREIRA MULTI COMERCIO LTDA - ME
CNPJ Nº: 15.253.747/0001-29
OBJETO: AQUISIÇÃO DE ARTIGO DE ESCRITÓRIO E DESCARTÁVEIS
VALOR TOTAL: R\$ 337,60 (TREZENTOS E TRINTA E SETE REAIS E SESSENTA CENTAVOS)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PROJETO/ATIVIDADE: 234001
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 FONTE: 0.1.00 - TESOURO.
DATA DA AFM: 06/12/2017
PROCESSO SEMPS Nº 2278/2017

Salvador, 11 de Dezembro de 2017

LILIAN MARINS
Coordenadora Administrativa



SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E URBANISMO - SEDUR

Fundação Mário Leal Ferreira - FMLF

RESUMO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2016

PROCESSO Nº: 616/2017.
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA.
CONTRATADA: DOMO ARQUITETURA, ENGENHARIA E PROJETOS CULTURAIS LTDA.
OBJETO: alterar o cronograma de desembolso, ou seja, o item 4.3 da Cláusula Quarta do Contrato.
DATA DE ASSINATURA: 22/11/2017.
AMPARO LEGAL: alínea c, inciso II do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

GABINETE DA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA, em 11/12/2017.

TÂNIA MARIA SCOFIELD SOUZA ALMEIDA
Presidente

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO - SECULT

Fundação Gregório de Mattos - FGM

RETIFICAÇÃO

No resumo do contrato nº 068/2017 ao processo nº 773/2017, publicado em 01 de dezembro de 2017.

Onde se lê data de assinatura: 23/11/2017

Leia-se data de assinatura: 28/11/2017

Onde de lê Processo Nº 773/2017-FGM

Leia-se Processo Nº 782/2017-FGM

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

FERNANDO FERREIRA DE CARVALHO
Presidente

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL - AFM

AFM : 2017009826

Licitação : 166/2016

Termo de Compromisso nº 2017000001

Processo nº 2563/2016

Contratante : FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS.

CNPJ : 15.185.234/0001-28

Contratada : PA ARQUIVOS LTDA.

CNPJ : 34409656/0001-84.

Objeto : Serviços de digitalização e indexação de documentos A3 e A4.

Valor Total : R\$ 1.500,00 (um mil quinhentos reais).

Dotação Orçamentária : 13.126.0015.250425

Elemento de Despesa : 33.90.39

Fonte : 0.1.00

Data de Assinatura : 07/12/2017

AFM : 2017009827

Licitação : 83/2017

Termo de Compromisso nº 2017000259

Processo nº 17/17

Contratante : FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS.

CNPJ : 15.185.234/0001-28

Contratada : ALDENER GONÇALVES DE OLIVEIRA - ME.

CNPJ : 34.055962/0001-60.

Objeto : Compra de cola automotiva adesiva para junta de motores 75g.

Valor Total : R\$ 25,00 (vinte cinco reais).

Dotação Orçamentária : 13.392.0022.129301

Elemento de Despesa : 33.90.30

Fonte : 0.1.10

Data de Assinatura : 07/12/2017

RESUMO DE CONTRATO Nº 16/2017

Processo Nº: 799/2017

Contratante: FGM - FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS

CNPJ: 15.185.234/0001-28

Contratada: MAGNO CRIAÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME.

CNPJ: 16.400.020/0001-90

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação de Serviços

Objeto: Contratação de empresa especializada, para confecção de uma estátua do escritor João Ubaldo Ribeiro, prevendo a instalação/implantação em mobiliário urbano de concreto, pela mesma empresa, com acabamento em verniz, a ser implantada na Praça Nossa Senhora da Luz, Pituba, nesta cidade.

Parecer Nº: 205/2017

Valor Total: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Prazo de Vigência: 04 (quatro) meses

Data da Homologação: 05.12.17

Data da Assinatura: 11.12.17

Amparo legal: Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Municipal nº 4.484/92

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

FERNANDO FERREIRA DE CARVALHO
Presidente

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 053/2017

Processo nº: 661/2017

Contratante: FGM- FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS

Contratada: RES INEXPLICATA VOLANS

Objeto: prorrogação por mais 90 (noventa) dias, a contar de 27 de dezembro de 2017, do contrato original celebrado entre as partes em 02 de outubro de 2017.

Data de Assinatura: 11/12/2017

Assinam: FERNANDO FERREIRA DE CARVALHO- FGM

GILDETE NASCIMENTO FERREIRA -FGM

RES INEXPLICATA VOLANS

RESUMO DO CONTRATO Nº 069/2017

PROCESSO Nº 773/2017- FGM

CONTRATADO: Coletivo de Entidades Negras da Bahia

CNPJ: 07.684.218/0001-51

OBJETO: Apresentação musical no show de encerramento da XI Alvorada dos Ojás credenciado através do Edital nº 001/2016 - Credenciamento de Artistas, Grupos, Produtores e Instituições Culturais

VIGÊNCIA: 20 de dezembro 2017.

VALOR: R\$ 3.000,00 (três mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 23 de Novembro de 2017

Salvador, 11 de Dezembro de 2017

FERNANDO FERREIRA DE CARVALHO
Presidente

Empresa Salvador Turismo - SALTUR

RESUMO DO CONTRATO

CONTRATO nº 597/2017

PROCESSO nº 419/2017

INEXIGIBILIDADE nº 397/2017

Contratante: Empresa Salvador Turismo - SALTUR.

Contratada: GEGE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O presente contrato tem como objeto a contratação da empresa GEGE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, que tem a exclusividade do artista "Gilberto Gil", para apresentação no dia 28 de dezembro de 2017, no Festival da Virada 2018, neste município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR - O valor do presente contrato é de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Fonte: 0.100; Projeto/Atividade: 230101 - Realização do Calendário Anual de Eventos e Festas Populares; Elemento de Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA - 06 (seis) meses.

DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2017.

ASSINAM: Isaac Chaves Edington - Presidente

Antônio José Oliveira Lins - Diretor Administrativo e Financeiro

GEGE PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

ANTÔNIO JOSÉ OLIVEIRA LINS
Diretor Administrativo e Financeiro

RESUMO DO CONTRATO

CONTRATO nº 598/2017
PROCESSO nº 420/2017
INEXIGIBILIDADE nº 398/2017
Contratante: Empresa Salvador Turismo - SALTUR.
Contratada: PARCEC SERVIÇOS E PRODUÇÕES LTDA - ME.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O presente contrato tem como objeto a contratação da empresa PARCEC SERVIÇOS E PRODUÇÕES LTDA - ME, que tem a exclusividade da atração artística “Banda Tallowah”, para apresentação no dia 16 de dezembro de 2017, na Inauguração do Centro de Educação Integrado, em Vista Alegre, neste município.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR - O valor do presente contrato é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).
CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Fonte: 0.100; Projeto/Atividade: 230101 - Realização do Calendário Anual de Eventos e Festas Populares; Elemento de Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA - 06 (seis) meses.
DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2017.
ASSINAM: Isaac Chaves Edington - Presidente
Antônio José Oliveira Lins - Diretor Administrativo e Financeiro
PARCEC SERVIÇOS E PRODUÇÕES LTDA - ME.

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

ANTÔNIO JOSÉ OLIVEIRA LINS
Diretor Administrativo e Financeiro

RESUMO DO CONTRATO

CONTRATO nº 600/2017
PROCESSO nº 2116/2016
OBJETO - Locação de gerador, para serem utilizados em diversos eventos promovidos e/ou apoiados pela SALTUR.
LEI FEDERAL: nº 8.666/93.
LEI MUNICIPAL: nº 4.484/92
Contratada: NS EVENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA - EPP.
CNPJ/MF: 08.695.753/0001-70
DATA DA ASSINATURA: 11 de dezembro de 2017.

ÓRGÃO/ENTIDADE	SUBAÇÃO	ELEMENTO DESPESA	FONTE	VALOR
SALTUR	230101	3.3.90.39	0.100	2.000,00

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

ANTÔNIO JOSÉ OLIVEIRA LINS
Diretor Administrativo e Financeiro

RETIFICAÇÃO

No resumo do Contrato nº 571/2017, publicado em 28 de novembro de 2017.

ONDE SE LE: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O presente contrato tem como objeto a contratação da empresa ESTRELAR PRODUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - ME, que tem a exclusividade da atração artística “Janela Brasileira”, para apresentação no dia 08 de dezembro de 2017, no Projeto Viver Barra, neste município.

LEIA-SE: Contratada: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O presente contrato tem como objeto a contratação da empresa ESTRELAR PRODUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - ME, que tem a exclusividade da atração artística “Janela Brasileira”, para apresentação no dia 22 de dezembro de 2017, no Projeto Viver Barra, neste município.

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

ANTÔNIO JOSÉ OLIVEIRA LINS
Diretor Administrativo e Financeiro

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL-AFM

AFM: Nº 2017009832
LICITAÇÃO: PE Nº 130/2017
PROCESSO: Nº 2716/2017
CONTRATANTE: SALTUR
CNPJ: 14.909.105/0001-72
CONTRATADA: J. B. DA SILVA NETO-ME
CNPJ: 10.666.452/0001-60
OBJETO: Aquisição de 250un de kit lanche com suco, sanduiche e biscoito - Kit lanche composto de 03 itens: 01 suco de fruta pronto para beber, sabores variados ou achocolatado líquido, em embalagem tetra pak com 200ml; 01 sanduiche: com pão de leite, manteiga, 01 fatia de queijo e 01 fatia de presunto; 01 biscoito em forma de barrinha, recheio sabor goiaba, embalagem de 25 a 30g, acondicionados em embalagem de polietileno transparente, dimensões aproximadas 90 x 160 x 50mm (L X C X A).
VALOR TOTAL: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto Atividade: 2301-Elemento Despesa: 3.3.90.39-Fonte: 000

Salvador, 11 de Dezembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ OLIVEIRA LINS
Diretor Administrativo Financeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DA CIDADE - SEMAN

RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 042/2017
CONTRATANTE: SEMAN - Secretaria Municipal de Manutenção da Cidade
CNPJ: 13.927.801/0030-83
CONTRATADA: ASSISTHERM ASSISTÊNCIA TÉRMICA LTDA - EPP
CNPJ: 58.291.725/0001-66
PROCESSO Nº: 510/2017
BASE LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93.

OBJETO ORIGINAL CONTRATADO: Contratação de empresa especializada para aquisição e instalação de tanque cilíndrico metálico aéreo horizontal com 25.000 L, com bacia de retenção, boca de visita e escada.
PRAZO: 06 (seis) meses.
VALOR GLOBAL: R\$ 78.090,00 (setenta e oito mil e noventa reais).
 Dotação Orçamentária: Classificação da Despesa 200147, Natureza de Despesa 44.90.52, Fonte 0.1.00.000000.
DATA DA ASSINATURA: 22/11/2017

Assinam:
Pela Contratante: Virgílio Teixeira Daltro - SEMAN
Pela Contratada: Walter Antônio Orti Biassi - ASSISTHERM ASSISTÊNCIA TÉRMICA LTDA - EPP

VIRGÍLIO TEIXEIRA DALTRO
Secretário

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL - AFM

AFM: 2017007933
Nº PROCESSO: 17/2017
CONTRATADA: ALDENER GONÇALVES DE OLIVEIRA ME
CNPJ: 34.055.962/0001-60
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PINTURA
VALOR TOTAL: R\$ 26.268,20 (Vinte e seis mil duzentos e sessenta e oito reais e vinte centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 56002 Projeto/Atividade: 2001.
Elemento Despesa: 339030
Fonte: 0.100

Salvador, 11 de dezembro de 2017.

ALINE ELOY DE ALCÂNTARA SANTOS LIMA
Coordenadora Administrativa

Companhia de Desenvolvimento Urbano do Salvador - DESAL

RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO nº27/2017
CONTRATANTE: DESAL - Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador
CNPJ: 63.242.473/0001-15
CONTRATADA: DEPAU COMÉRCIO DE MADEIRA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
CNPJ: 07.188.943/0001-39
PROCESSO Nº: 395/2017
BASE LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93
OBJETO ORIGINAL CONTRATADO:Aquisição (com entrega inclusa) de paquímetro analógico universal profissional de 0-150mm, 0-200mm, 0-300mm, válvula corta chama regulador de oxigênio e de acetileno, morsa torno de bancada industrial de aço nº6, nº5, nº4, nº3, nº3, tipo mini de 2.1/2, maçarico de solda com 3 extensões nº2, 4 e 6, caneta de corte para maçarico, mangueira de borracha dupla de 5/8 para oxigênio e acetileno, alicate (porta eletrodo) de 500A e de 200ª, macho manual de 3/4, 5/16, 3/8, ½ com 13 fios, mandril Ø de 0 a 13 com rosca, mandril Ø de 0 a 13 com encaixe e compasso industrial de 300mm com ponto de videa.

PRAZO: 120 (cento e vinte) dias
VALOR GLOBAL: R\$ 14.948,05 (quatorze mil, novecentos e quarenta e oito reais e cinco centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Sub Ação 152100- Elemento de Despesa 33.90.30, Fonte 0.1.00
DATA DA ASSINATURA: 11/12/2017.
PARECER Nº: 128/2017

Assinam:
Pela Contratante: DESAL - Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador
- Marcílio de Souza Bastos e Beyla Maria Balbi Ataides
Pela Contratada: Depau Comércio de Madeira e materiais de Construção LTDA ME
- Arleide da Silva

MARCÍLIO DE SOUZA BASTOS
Diretor Presidente



RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO n°29/2017

CONTRATANTE: DESAL - Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador

CNPJ: 63.242.473/0001-15

CONTRATADA: D FORMAS INSTALAÇÕES E DIVISÓRIAS LTDA ME

CNPJ: 73.472227/0001-03

PROCESSO N°: 374/2017

BASE LEGAL: Lei Federal n° 8.666/93

OBJETO ORIGINAL CONTRATADO: Aquisição (com entrega inclusa)de Eletrodo Discos Flap,Disco Manta,Disco de Pano Brim,Rolo PG e Pasta chocolate.

PRAZO: 01(um) ano

VALOR GLOBAL: R\$ 30.858,00 (trinta mil, oitocentos e cinquenta e oito reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Sub Ação 152100- Elemento de Despesa 33.90.30, Fonte 0.1.00

DATA DA ASSINATURA: 11/12/2017.

PARECER N°: 111/2017

Assinam:

Pela Contratante: DESAL - Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador

- Marcílio de Souza Bastos e Beyla Maria Balbi Ataides

Pela Contratada: D Formas Instalações e Divisórias LTDA ME

- Normivalda Fernanda Leite Paixão

MARCÍLIO DE SOUZA BASTOS
Diretor Presidente

RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO n°30/2017

CONTRATANTE: DESAL - Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador

CNPJ: 63.242.473/0001-15

CONTRATADA: PODIUM DISTRIBUIDORA LTDA ME

CNPJ: 11.258.473/0001-00

PROCESSO N°: 387/2017

BASE LEGAL: Lei Federal n° 8.666/93

OBJETO ORIGINAL CONTRATADO: Aquisição de materiais para fabricação e manutenção de equipamentos públicos - dividido em Lote 02.

PRAZO: 60 (sessenta) dias

VALOR GLOBAL: R\$ 5.775,60 (cinco mil, setecentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Sub Ação 152100- Elemento de Despesa 44.90.52, Fonte 0.1.00

DATA DA ASSINATURA: 11/12/2017.

PARECER N°: 125/2017

Assinam:

Pela Contratante: DESAL - Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador

- Marcílio de Souza Bastos e Beyla Maria Balbi Ataides

Pela Contratada: Podium Distribuidora LTDA ME

- Caroline Xavier da Cruz

MARCÍLIO DE SOUZA BASTOS
Diretor Presidente

CONVÊNIOS

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS

RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 023/2016

Resumo do 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 023/2016 celebrado em 02/12/2016 entre a PMS/ Secretaria Municipal da Saúde e a FUNDAÇÃO COLOMBO SPINOLA ATRAVÉS DO HOSPITAL SANTA LÚZIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 13958/2016

CONVENENTES: PMS/Secretaria Municipal da Saúde

FUNDAÇÃO COLOMBO SPINOLA ATRAVÉS DO HOSPITAL SANTA LÚZIA

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO: O convênio vigente fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de encerramento, vigorando de 02/12/2017 a 30/05/2018

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS O valor mensal estimado para a execução do presente Convênio importa em R\$ 664.872,05 (seiscentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e setenta e dois reais e cinco centavos), e o valor semestral importa em R\$ 3.989.232,30 (três milhões, novecentos e oitenta e nove mil, duzentos e trinta e dois reais e trinta centavos)

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO - Permanecem em vigor e inalteradas as demais cláusulas e condições do Convênio ora Aditado que não conflitem com o presente

DATA DA ASSINATURA: 01/11/2017

JOSÉ ANTÔNIO RODRIGUES ALVES
Secretaria Municipal da Saúde

DR. EDUARDO SPINOLA PRÍNCIPE DE OLIVEIRA
FUNDAÇÃO COLOMBO SPINOLA através do HOSPITAL SANTA LÚZIA

EDITAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ

EDITAL

A Coordenadoria de Cadastro da Secretaria Municipal da Fazenda, em cumprimento ao disposto no Artigo 293 B, parágrafo 4º, da Lei 7.186/06 notifica os contribuintes abaixo relacionados a comparecerem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da publicação deste edital, à SEFAZ, na Rua das Vassouras nº 01, Centro, nesta capital no horário de 09:00 h às 17:00 h, de 2ª a 6ª feira, para esclarecimentos e apresentação de documentos indicados na consulta específica dos processos respectivos no site www.sefaz.salvador.ba.gov.br (Serviços/Consultas/Processos). Em caso de não comparecimento, o processo será arquivado.

PROCESSO	REQUERENTE	ASSUNTO
62566/2016	JOANILSON FERREIRA TORRES	R.A.CONSTRUÇÃO
63758/2016	FABIO DE ANDRADE LOBO	CONST.ANDAMENTO
46505/2017	ANTONIO CLAUDIO LOPES DE CASTRO	R. A. TERRENO
29179/2016	NINALVA RODRIGUES BRITO	R. VALOR VENAL

PROCESSO	REQUERENTE	ASSUNTO
37881/2017	AMALIA COSTA E SILVA	DESMEMBRAMENTO
50981/2016	MARIA RITA HART SANTOS	DESMEMBRAMENTO

Salvador, 11 de Dezembro de 2017.

DILSON TANAJURA MOREIRA
Coordenador de Cadastros

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SEMGE

AVISO DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os Fornecedores, relacionados abaixo, a comparecerem ao Setor de Cadastro da PMS, localizado à Av. Vale dos Barris, 125 - Barris das 08:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 16:30 horas ou através do endereço eletrônico: <http://www.compras.salvador.ba.gov.br/> para renovação cadastral.

FORNECEDOR	CPF/CNPJ
CARVALHO E NERY LTDA	00.285.660/0001-66
ESAU THIAGO SANTANA SILVA - ME	22.169.170/0001-37
WILLIAM LEÃO MASCARENHAS - ME	10.523.111/0001-36

FORNECEDOR	CPF/CNPJ
BLUE SKY SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LTDA	17.341.891/0001-42
POLITICA LIVRE COMUNICAÇÃO LTDA - ME	08.146.210/0001-02
MAIS & MAIS SERVIÇOS E PROJETOS EMPRESARIAIS LTDA - ME	22.783.304/0001-05
TOPDONTOP OPERADORA DE PLANO ODONTOLÓGICO LTDA	10.360.856/0001-21
CD COMÉRCIO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA	00.196.673/0001-69
FLIPPER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GELO LTDA - EPP	05.025.744/0001-84
SISTEMA NORDESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA	16.390.478/0001-05
QUALICOMP COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA	00.937.900/0001-60
PROPEG COMUNICAÇÃO S/A	05.428.409/0001-27
AP PRODUÇÕES PUBLICIDADE LTDA - EPP	00.565.107/0001-87
VOETUR CARGAS E ENCOMENDAS LTDA	24.893.687/0001-08
BAHIA MÍDIA SERVIÇOS LTDA - EPP	16.926.557/0001-96
ESCRITA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	16.306.870/0001-23
FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS DE DIRIGENTES LOJISTAS DO ESTADO DA BAHIA	14.371.561/0001-01
N&D MÍDIA EXTERIOR EIRELI - ME	22.860.783/0001-16

Salvador, 04 de Dezembro de 2017.

THIANE COELHO OLIVEIRA
Presidente da COMPEC

BOLETIM DE FORNECEDORES

Boletim de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal

FORNECEDOR CPF/CNPJ	BASE LEGAL LEI	ART	INCISO	PENALIDADE INÍCIO/TÉRMINO
CALDAS SERVICE LTDA CNPJ: 08.872.024/0001-42 EMPRESA DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6.148/02 4.484/92 DEC 15.984/05 8.666/93	87	IV	06/06/2016 05/06/2018
TOP MÓVEIS LTDA CNPJ: 05.269.798/0001-95	6.148/02 4.484/92 DEC 15.984/05 8.666/93	87	II E III	23/12/2016 22/12/2017
JORGE JURUNA FERREIRA BATISTA - ME CNPJ: 11.338.744/0001-37	6.148/02 4.484/92 DEC 15.984/05 8.666/93	87	II E III	27/12/2016 26/12/2017
DEJ SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA - ME CNPJ: 14.608.115/0001-78	6.148/02 4.484/92 DEC 15.984/05 8.666/93	87	II E III	18/09/2017 17/09/2018
ALTIS IMPORT COMERCIAL LTDA CNPJ: 15.397.346/0001-42	6.148/02 4.484/92 DEC 15.984/05 8.666/93	87	II E III	29/09/2017 28/03/2018
CESAR VASCONCELOS MATTOS - ME CNPJ: 15.053.288/0001-30	6.148/02 4.484/92 DEC 15.984/05 8.666/93	87	II E III	26/10/2017 25/01/2018
BAHIA FORTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO EIRELI CNPJ: 13.690.975/0001-30	6.148/02 4.484/92 DEC 15.984/05 8.666/93	87	II E III	26/10/2017 25/04/2018
MASTER PAPELARIA E MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA CNPJ: 13.181.572/0001-66	6.148/02 4.484/92 DEC 15.984/05 8.666/93	87	II E III	26/10/2017 25/01/2018
V.M. COMÉRCIO LTDA - EPP CNPJ: 03.019.930/0001-85	6.148/02 4.484/92 DEC 15.984/05 8.666/93	87	II E III	26/10/2017 25/01/2018
IMPRIMA SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA CNPJ: 08.108.612/0001-04	6.148/02 4.484/92 DEC 15.984/05 8.666/93	87	II E III	26/10/2017 25/01/2018
CAPITAL TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ: 03.753.081/0001-07	6.148/02 4.484/92 DEC 15.984/05 8.666/93	87	II E III	26/10/2017 25/10/2018
M&M DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA CNPJ: 19.590.072/0001-64	6.148/02 4.484/92 DEC 15.984/05 8.666/93	87	II E III	26/10/2017 25/04/2018
PARANÁ CARTUCHOS SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME CNPJ: 07.685.138/0001-10	6.148/02 4.484/92 DEC 15.984/05 8.666/93	87	II E III	26/10/2017 15/04/2018

FORNECEDOR CPF/CNPJ	BASE LEGAL LEI	ART	INCISO	PENALIDADE INÍCIO/TÉRMINO
LN DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA - ME CNPJ: 07.848.730/0001-96	6.148/02 4.484/92 DEC 15.984/05 8.666/93	87	II E III	26/10/2017 25/04/2018
LEONARDO LOPES DA MATA - ME CNPJ: 15.733.856/0001-43	6.148/02 4.484/92 DEC 15.984/05 8.666/93	87	II E III	26/10/2017 25/04/2018
JORGE JURUNA FERREIRA BATISTA CNPJ: 11.338.744/0001-37	6.148/02 4.484/92 DEC 15.984/05 8.666/93	87	II E III	26/10/2017 25/04/2018
A&R MERCANTIL LTDA CNPJ: 19.000.123/0001-50	6.148/02 4.484/92 DEC 15.984/05 8.666/93	87	II E III	26/10/2017 25/04/2018
JOCEANE BARBOSA DA SILVA - ME CNPJ: 08.288.013/0001-10	6.148/02 4.484/92 DEC 15.984/05 8.666/93	87	II E III	26/10/2017 25/01/2018
COMERCIAL SUPER PREÇOS ONLINE CNPJ: 21.250.321/0001-14	6.148/02 4.484/92 DEC 15.984/05 8.666/93	87	II E III	20/11/2017 19/05/2018
CENTURIUM COMERCIAL LTDA - ME CNPJ: 03.361.592/0001-65	6.148/02 4.484/92 DEC 15.984/05 8.666/93	87	II E III	20/11/2017 19/05/2018
M&M DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA CNPJ: 19.590.072/0001-64	6.148/02 4.484/92 DEC 15.984/05 8.666/93	87	II E III	20/11/2017 19/05/2018

Atualizado em 04/12/2017

Salvador, 04 de Dezembro de 2017.

THIANE COELHO OLIVEIRA
Presidente COMPEC

COMUNICADO DE CADASTRAMENTO

Comunicamos a Relação de Fornecedores admitidos e renovados no Cadastro Unificado de Pessoas Físicas e Jurídicas do Município do Salvador, em Novembro de 2017.

FORNECEDOR	CPF/CNPJ
REDIM SERVIÇOS LTDA EPP	04.534.093/0001-95
CORDEIRO CARAPIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	09.090.958/0001-95
RAMPA PRODUÇÕES LTDA - ME	22.751.296/0001-15
DIVIMED COMÉRCIO E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.421.679/0001-18
TEMPO EXATO COMUNICAÇÃO LTDA - ME	10.930.703/0001-72
ARRIMO ENGENHARIA LTDA - EPP	19.623.518/0001-00
FLEX ENGENHARIA EIRELI EPP	08.708.647/0001-84
PET - PROJETOS, TOPOGRAFIA E CONSULTORIA LTDA - ME	05.045.675/0001-70
ALDENER GONÇALVES DE OLIVEIRA - ME	30.055.962/0001-60
TRIUNIT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	10.798.768/0001-06
MUNDI ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA - ME	21.102.361/0001-19
ALAN LEONEL VALENTE MORAES - ME	26.431.654/0001-63
GP ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA - EPP	26.519.752/0001-57
ADELSERVICE INSTALAÇÃO MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA - ME	19.997.585/0001-94
ANTONIO JOSÉ SILVA CONCEIÇÃO ME	20.830.053/0001-47
SERCORE ARTES GRÁFICAS LTDA EPP	13.080.676/0001-84
PODIUM DISTRIBUIDORA LTDA - ME	11.258.473/0001-00
LUX COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA - ME	19.435.127/0001-61
SATIVA ENGENHARIA LTDA	00.148.237/0001-14
MACACO GORDO PUBLICIDADE E SERVIÇOS LTDA	13.994.239/0001-76

FORNECEDOR	CPF/CNPJ
ULYFRION COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	01.101.873/0001-53
SURFBAHIA NETWORK LTDA - ME	10.469.938/0001-09
EMPRESA BAHIANA DE JORNALISMO S.A.	14.583.041/0001-62
GKS NEGOCIOS SUSTENTÁVEIS LTDA - EPP	01.851.190/0001-13
LPATSA ALIMENTOS E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA	13.530.225/0001-00
LIP COMUNICAÇÃO LTDA	13.505.469/0001-06
CSP PRO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI EPP	23.562.821/0001-17
NVP PRODUÇÕES ARTISTICAS E PUBLICITÁRIAS LTDA EPP	03.285.058/0001-17
AROMA E SABOR ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	34.017.970/0001-11
VITOR BORGES KRAUS 85834616518	27.096.842/0001-45
GOLD COMÉRCIO E MARKETING LTDA - ME	11.217.190/0001-10
CMS - MÍDIA E SERVIÇOS LTDA	19.325.999/0001-77
AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA	04.301.884/0001-75
EMPREENDIMENTOS ALLMED CLYHOSP COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM EQUIPAMENTOS LTDA - EPP	08.430.455/0001-59
BAHIA EVENTOS LTDA	33.995.184/0001-26
LUCIANA FREITAS COSTA	05.092.265/0001-80
RM CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA - ME	28.683.988/0001-50
ELPIDIO SOM SERVIÇOS LTDA	96.779.731/0001-56
HUGO NEVES GUSMÃO EIRELI - EPP	18.317.737/0001-06
AXXO CONSTRUTORA LTDA	01.327.233/0001-66
MEDIA KIT MARKETPLACE E TECNOLOGIA LTDA - EPP	24.711.635/0001-65
LINK PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI	03.719.252/0001-70
DIGITAL CUSTOM PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME	11.073.636/0001-80
EDITORIA 247 LTDA	12.867.382/0001-34

Salvador, 04 de Dezembro de 2017.

THIANE COELHO OLIVEIRA
Presidente da COMPEC

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS

AVISO DE CONVOCAÇÃO

A Coordenadoria Administrativa torna público para conhecimento dos interessados que será realizada COTAÇÃO DE PREÇO Nº. 5715/2017, aquisição do medicamento **Dutasterida 0,5mg + cloridrato de tansulosina 0,4mg, capsula**, visando atender demanda de Ação Judicial, em favor do paciente J.R.C. As propostas deverão ser apresentadas até às 10:00h do dia 15 de dezembro de 2017.

O processo administrativo nº. 18068/2017 referente ao objeto da presente cotação encontra-se no Setor de Suprimentos - SESUP, telefone: (71) 3202-1146 ou 3202-1147 e-mail: sesup.sms5@gmail.com, onde os interessados poderão solicitar maiores informações.

Salvador, 11 de Dezembro de 2017.

STELA GLEIDE OLIVEIRA SANTANA
Coordenadora

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E URBANISMO - SEDUR

INTIMAÇÃO

O Setor de Cobrança - SECOB, da Secretária Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo - SEDUR, tendo em vista que os autuados abaixo relacionados não foram localizados, quando da execução das operações fiscais.

Resolve Intimar, nos termos do Art. 249, inciso III, do Código da Polícia Administrativa do Município, para tomar conhecimento do teor do AUTO DE INFRAÇÃO:

A.I. 312690/2017 AUTUADO: Roberto Vilas Boas Seixas

DESCRIÇÃO DO FATO: Autuado por não ter atendido à notificação nº 015397 que visava providenciar no prazo de 72 horas a demolição da obra irregular no fundos do edifício, lavrada em 03/10/2017.

DISPOSITIVO INFRINGIDO: Art.237º da Lei Municipal 5.503/99.

PRAZO DEFESA: 10 dias, a contar da data desta publicação.

N.T. 133658/2017 NOTIFICADO: Condominio Edificio Anhanguera

DESCRIÇÃO DO FATO: O síndico, o ocupante, os proprietários e/ou os inquilinos das unidades imobiliárias integrantes deste imóvel para , no prazo de 72 (setenta e duas) horas Executar a recuperação das fachadas e muro (revestimento e/ou pintura).

DISPOSITIVO INFRINGIDO: Lei Municipal 5.503/99.

GABINETE DO SECRETÁRIO, 11 de Dezembro de 2017.

SÉRGIO GUANABARA
Secretário

DIVERSOS - PUBLICAÇÃO FEITA NOS TERMOS DA LEI Nº 3.675/86

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA

A ASTRAM - Associação dos Servidores em Transporte e Trânsito do Município e o SINDTTRANS - Sindicato dos Servidores de Trânsito e Transporte de Salvador e Região Metropolitana, no uso de suas atribuições estatutárias, convocam todos os seus associados e demais servidores da TRANSALVADOR para Assembleia Geral Extraordinária no **dia 14/12/2017 (quinta-feira), às 09h00min.** Com participação das entidades ASCOP e ASSUCOM.

Pauta:

1 - Plano de Saúde.

Local: Sede da ASTRAM - Auditório Mércia Teixeira (Avenida Vale dos Barris, S/N - Barris).

Salvador, 11 de Dezembro de 2017

ANDRÉ LUIZ GOMES CAMILO
Presidente da ASTRAM

PEDRO DOS SANTOS PIRES
Coordenador Geral do SINDTTRANS